

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 15 DE AGOSTO DE 2007

NÚMERO 5.765

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1781
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 059ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 14/08/2007.....2

Atos da Mesa
Ato da Mesa DI.....18
Atos da Mesa18

Publicações Diversas
Portarias40
Projetos de Lei.....44

PLENÁRIO

ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2007

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Justifica-se por não ter votado a MP n. 137/2007; comenta a instalação das novas comissões provisórias do PRB.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Justifica sua ausência durante a votação da MP n. 137/2007.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Aborda a criação da Frente Parlamentar Catarinense contra a Prorrogação da CPMF.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (aparte) - Solidariza-se com a posição do deputado José Natal contra a prorrogação da CPMF.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Destaca polémica entre as Polícias Civil e Militar acerca do termo circunstanciado; cobra cumprimento da Lei Complementar n. 254.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Fala sobre os reajustes salariais dos servidores ligados à secretaria da Agricultura; aborda audiência pública no oeste para tratar de questões ambientais.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Cobra atitude do governo federal diante das greves na UFSC e dos fiscais da Agricultura.

Partidos Políticos

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença do vereador Moacir Piorini, acompanhado pelo PDT Jovem de São Miguel d'Oeste.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Comemora vitória de proprietários de terrenos de marinha.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (aparte) - Afirma que a Justiça reconheceu o aumento da taxa dos terrenos de marinha como abusivo e que é preciso esperar a decisão final do STF.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Refere-se às conquistas do PSDB em Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Aborda reportagem da revista *Veja* sobre a impunidade.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (aparte) - Comenta a filiação do deputado Gervásio Silva ao PSDB.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Reporta-se a inaugurações e assinaturas de convênios realizados pelo governador.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Comunica a indicação do deputado Joares Ponticelli para compor a CPI da Casan; refere-se à ação civil acerca de VTs produzidos pelo governo do estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Tece comentários a respeito da transferência do prédio sede da secretaria da Fazenda para a prefeitura de Florianópolis.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença do ex-prefeito de Mafra, do vereador de Chapecó, do presidente da Juventude Socialista e do secretário da Executiva.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comenta os recursos da Conab para o PAA; defende a prorrogação da CPMF.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Relata agenda cumprida no final de semana.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Refere-se à obra de duplicação da BR-101.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Registra a presença do empresário José Castelo Deschamps e do pastor Nacet Tomaz.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do vereador Eduardo de Joinville.

Ordem do Dia

DEPUTADO JANDIR BELLINI - Discute PL n. 0070/2007, que proíbe comercialização e uso de brometo de metila no estado.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Discute PL n. 0233/2007, que denomina rodovia José Carlos Pisani a rodovia SC-455.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Nilson Gonçalves ao engenheiro Ernesto Heinzelmann.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Onofre Santo Agostini à empresária Olga Gaboardi.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Elogia comercial da RBS e decreto federal que obriga a contratação de intérpretes da língua de sinais em colégios e universidades públicas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Enfatiza ações do governo Lula em prol do desenvolvimento.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Parabeniza todos os economistas pela passagem do seu dia.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comunica que os restos de Cruz e Sousa serão trazidos para Florianópolis; registra sua presença na reunião que articula a III Conferência Nacional do Meio Ambiente.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Indaga sobre a Conferência Nacional do Meio Ambiente.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Aborda a importância da III Conferência Nacional do Meio Ambiente.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Tece críticas a Eduardo Pinho Moreira; aborda o pedido de cassação do governador.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Refere-se a Eduardo Pinho Moreira.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Rebate críticas do deputado Joares Ponticelli a Eduardo Pinho Moreira e a Luiz Henrique.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Rebate críticas do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Crítica colocações do deputado Joares Ponticelli a respeito do governador do estado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (aparte) - Rebate críticas do deputado Joares Ponticelli ao governador do estado.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença de alunos da Furb e da prefeitura de Blumenau.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Correia Pinto.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Tece críticas aos deputados que defenderam o governo do estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Crítica o governo do estado.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Refere-se à entrevista do economista Raul Velloso ao jornal *A Notícia*.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (aparte) - Crítica a descentralização do governo do estado.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Crítica colocações do deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Crítica colocações dos deputados Reno Caramori, Kennedy Nunes e Joares Ponticelli ao governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, demais integrantes da mesa, sras. e srs. deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada, nossas amigas taquígrafas que sempre estão prontas a taquigrafar todos os trabalhos realizados em nossas sessões, eu devo justificar o meu ato de repúdio na quarta-feira próxima passada, quando deixei de exercer o direito de voto na Medida Provisória n. 0137/2007, de procedência do Executivo.

Não costumo ausentar-me das votações. Sempre estou atenta, analisando as matérias, pois as mesmas tramitam nas várias comissões das quais somos integrantes. Sou membro efetivo e assíduo da comissão de Finanças e Tributação, mas essa medida provisória não tramitou, não houve tempo para que nós pudéssemos analisá-la, o que seria de suma importância para o estado de Santa Catarina. Gostaria também que pudéssemos ter contribuído elaborando nossas emendas.

Por isso, deputado Sargento Amauri Soares, líder do PDT, esta deputada teve que se ausentar. Encontrei apoio na bancada do Partido dos Trabalhadores e do Partido Progressista, e não poderia deixar de me justificar para o estado de Santa Catarina, ao qual devo prestar conta dos meus atos.

Quando não conhecemos a matéria não podemos colocar nossa digital. Eu voto com muita responsabilidade, mas não conhecendo a matéria, como poderia votar? Por isso ausentei-me do plenário.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Ouço com muito prazer, com muita alegria, o brilhante líder nesta Casa, meu colega de primeiro mandato, mas que está brilhando nesta Casa com muita responsabilidade, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Agradeço a oportunidade do aparte, deputada Odete de Jesus.

Quero registrar que no momento daquela votação eu estava em audiência na secretaria de estado da Segurança com uma caravana do município de Itapoá. Estávamos com o secretário Ronaldo Benedet discutindo a segurança pública em Itapoá e no norte do estado de Santa Catarina e reivindicando mais policiamento e outras modalidades de policiamento para aquela cidade.

A caravana esteve aqui, foi anunciada sua presença e eu os acompanhei até a secretaria da Segurança para a audiência com o secretário Ronaldo Benedet. Por isso não estava presente no momento da votação. Mas quero dizer também que se estivesse presente teria registrado o meu voto contra a Medida Provisória n. 0137.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares. V.Exa tem seus posicionamentos muito firmes, muito definidos, sempre honrando o povo catarinense. Parabéns pelas suas atitudes.

Gostaria também de prestar contas do meu final de semana, de onde estive presente. Sou presidente do PRB Mulher aqui no estado e no dia 25 estarei em Brasília com o presidente nacional, dr. Vitor Paulo dos Santos, com os demais integrantes da Executiva Nacional e também com outras mulheres presidentes do meu partido em seus estados, o PRB, o partido de n. 10, o partido nota 10. Estarei também com uma delegação aqui de Florianópolis.

Não podemos parar, sr. presidente. Nós, que somos integrantes de uma agremiação partidária, temos que trabalhar para que o nosso partido cresça nos municípios, para que possamos instalar as comissões provisórias aonde não temos e trazer novas lideranças para estar à frente dessa nova sigla, o Partido Republicano Brasileiro, que já se está destacando bastante.

Estivemos instalando a comissão provisória no município de Rio do Sul, cidade do nosso querido colega, deputado Jailson Lima, que futuramente lá estará disputando as eleições e certamente terá muito sucesso. A presidente é uma mulher, Marilise Bárbara Beerli Kirten, que muito nos tem honrado com o trabalho realizado à frente do PRB. Lá tivemos muitas lideranças participando das reuniões e outras justificando sua presença, ou seja, dizendo por que estão saindo de outras agremiações e vindo para a nossa.

Deputado José Natal, nós também estivemos participando em Jaraguá do Sul. Naquele município temos uma linha de frente formada por pessoas escolhidas a dedo. Naquele município temos como presidente o advogado Alveir Antônio Fogaça Júnior e como vice-presidente o sr. Carlos Alberto Reali, proprietário da rádio e TV locais. Tivemos lá uma reunião aconchegante, quando pudemos passar as novas diretrizes do Partido Republicano Brasileiro.

A noite estivemos em Joinville, a Terra dos Príncipes, onde também pudemos compor com novas lideranças o nosso tão querido Partido Republicano Brasileiro, sob a presidência de Ridevaldo Bezerra Gomes e do vice-presidente, sr. Milton Reis Martins, famoso protético, muito conhecido no município.

Temos que batalhar todos os dias, visitar novos municípios e instalar as nossas comissões provisórias.

Sr. presidente, fico muito agradecida pelos minutos que v.exa. nos concedeu para prestarmos contas das nossas atividades.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e da Rádio Alecs Digital, na semana passada diversos parlamentares subiram nesta tribuna e trataram de diversos temas inerentes à política estadual e federal. Em nível de política de governo federal, diversos parlamentares se pronunciaram a respeito da prorrogação da CPMF, através da PEC n. 50 do governo federal.

Mas na última terça-feira, enquanto a sessão desta Casa estava acontecendo, eu pedia aos nobres pares deste Parlamento suas assinaturas para criarmos, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, um termo de adesão à Frente Parlamentar Catarinense contra a Prorrogação da CPMF e pela Redução da Carga Tributária. Tive eu a felicidade de 25 deputados assinarem a minha proposição. Especificamente, sr. presidente, srs. deputados, catarinenses, sociedade em geral, podemos dizer então que já está implantada nesta Casa a Frente Parlamentar Contra a Prorrogação da CPMF e pela Redução da Carga Tributária.

(Passa a ler.)

"A CPMF passou a vigorar em 1997 e sua alíquota era de 0,38%. No ano de 2000 sua alíquota foi baixada para 0,30% e em 2001 novamente elevada para 0,38%.

Originalmente o tributo foi criado em um momento de comoção do povo brasileiro em relação a problemas relacionados à área da saúde. O país enfrentava crises agudas no setor e sua destinação deveria ser exclusivamente para o Fundo Nacional de Saúde, para a efetivação de ações e serviços de saúde.

'Somente nos primeiros anos, a CPMF foi revertida totalmente para a saúde', sendo que hoje, pasmem srs. parlamentares catarinenses, segundo dados, próximo de 10% do arrecadado são destinados ao seu intento e o restante fica para, no meu entendimento particular, fazer caixa para o governo federal." E ao fazer esse caixa, srs. deputados, o governo federal, com o tributo que foi criado para ser usado única e exclusivamente na saúde, começou a pagar dívidas do país, passou a fazer tudo o que era tipo de coisa que não deveria ser feita com o dinheiro da CPMF.

(Continua lendo.)

"Então, srs. deputados, é dever do estado prover a sociedade de suas necessidades básicas, mas, por outro lado, é um direito do cidadão exigir daqueles que, por uma razão ou outra, deixam de empregar o dinheiro público na concretização do bem comum. Reitero que era a questão da saúde.

Nós, legítimos representantes dos cidadãos catarinenses, não podemos ficar calados diante de tão abrupta e ilegal cobrança. Vamos lutar para impedir que desmandos como esses continuem a passar por cima dos direitos da sociedade e a alimentar a ganância dos poderosos.

Justificativas para acabar com a CPMF não faltam. Basta dar uma passada de olhos pelos jornais e revistas, assistir a telejornais ou ouvir rádio, para verificar que este imposto não cumpriu e não cumpre com o objetivo de melhorar o sistema de saúde em nosso país.

Assim sendo, srs. deputados e catarinenses, venho aqui anunciar a instituição da Frente Parlamentar Catarinense contra a Prorrogação da CPMF. Volto a dizer que subscreveram o documento 25 srs. deputados."

E aproveito este momento em que vejo na minha frente os deputados Décio Góes e Pedro Uczai para convidá-los para assinar o termo de adesão à Frente Parlamentar Catarinense Contra a Prorrogação da CPMF. Os srs. deputados do PT, que no passado muito falavam da não-aplicabilidade dos recursos arrecadados pelo governo federal nas diversas áreas e que, lamentavelmente, ao chegarem ao poder prorrogaram, pretendem prorrogar novamente e não cumprem - reitero - como também não cumpriram no passado o que diz a lei.

Então, deputado Pedro Uczai, conheço v.exa., sei da sua retidão como deputado nesta Casa, e também o deputado Décio Góes, por isso peço-lhes que assinem o termo para discutirmos aqui, junto com a sociedade organizada de Santa Catarina, o que vamos fazer se o governo federal prorrogar a CPMF e continuar não fazendo nada pela saúde deste país.

Vimos que no último sábado houve um movimento aqui em Florianópolis a respeito da não-prorrogação da CPMF. É uma questão que devemos discutir com urgência, porque está na Câmara Federal, na comissão, onde será dado parecer, irá a plenário e logo em seguida será encaminhado ao Senado Federal.

Na semana passada o *Estado de S. Paulo* noticiou que o governo federal já estava negociando a liberação de recursos para diversos estados em troca da adesão dos srs. deputados para conseguir votar e implementar a PEC n. 50, que prevê a prorrogação da CPMF até 2011. Se não fizermos nada, nós, catarinenses, com certeza absoluta, especialmente nós, parlamentares,

teremos culpa no cartório, como se diz por aí, porque deixamos o Parlamento de Santa Catarina sem o seu posicionamento coletivo, porque no individual todos já externaram seu pensamento de diversas formas.

Mas eu digo que não posso concordar que o governo Lula continue fazendo caixa com o dinheiro do povo. Vou dar um exemplo. Se eu for ao banco e retirar R\$ 1 mil hoje para pagar ao deputado Dagomar Carneiro, que está solicitando um aparte, pago CPMF. Se ele depositar numa conta bancária, quando fizer um saque também pagará. E a pessoa para quem ele pagar fizer um pagamento, também pagará CPMF. Este é um imposto que não tem fim!

Dizer aqui que o assalariado não paga CPMF, para mim é enganação, porque se ele saca dinheiro no seu banco, ele paga; se for depositar em outro banco ou pagar uma conta, aquele que está recebendo, ao depositar o dinheiro também pagará CPMF.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Vou encerrar para conceder um aparte ao deputado Dagomar Carneiro.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Deputado José Natal, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que, como deputado da bancada da saúde nesta Assembléia só tenho que respaldar o pronunciamento de v.exa.

Já fiz, também nesta Casa, um pronunciamento a respeito da distribuição da CPMF. No Congresso Nacional está tramitando um projeto do deputado Fernando Coruja que determina a distribuição entre os estados e os municípios, porque o governo federal arrecadou, no ano passado, R\$ 34 bilhões com a CPMF e gastou, só na Saúde, R\$ 40 bilhões. E o deputado Dirceu Dresch disse que 40% desses recursos foram destinados à Saúde. O orçamento da Saúde hoje é menor do que há 20 anos. Então, a...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores deste Poder Legislativo e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão.

Quero usar o meu primeiro pronunciamento desta semana para falar de um assunto que tem movimentado em parte os meios de comunicação no nosso estado e que tem a ver diretamente com a profissão à qual dediquei 21 anos da minha vida, que é a segurança pública, e é um assunto também de grande interesse da população, sem dúvida nenhuma.

Quero falar de toda polêmica que tem acontecido nos últimos dias entre a cúpula da Polícia Civil e a cúpula da Polícia Militar e tem aparecido através dos meios de comunicação ou por outros meios.

Gostaria de dizer a todos os companheiros da base do sistema de segurança, aos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, à base da Polícia Civil e do Sistema Prisional, que é um assunto que, embora esteja envolvendo a cúpula da Polícia Militar e da Polícia Civil, tem interesse para o conjunto do sistema de segurança, porque é de interesse da população em geral. Trata da polêmica se a Polícia Militar tem ou não o poder e o direito de lavrar o termo circunstanciado. E aí é preciso esclarecer qual é essa questão e essa polêmica.

Em setembro de 1995, há 12 anos, portanto, foi promulgada a Lei n. 9.099, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Então, a Lei n. 9.099 tem o objetivo de desafogar o processo e o trâmite dos processos judiciais do nosso país. Ela estabelece o Juizado Especial para dirimir as questões relativas às contravenções penais e aos crimes de menor potencial ofensivo, que são aqueles crimes cuja pena não ultrapassaria dois anos de reclusão.

Pois bem, essa lei e os Juizados Especiais foram saudados pelo conjunto da população e pela imprensa desde 1995 até hoje, como uma lei que pode, efetivamente, garantir que a sociedade perceba melhor a ação do macrossistema de segurança, envolvendo desde as Polícias, passando pelo Ministério Público e o Poder Judiciário.

Efetivamente é preciso dizer que teve resultado no sentido de simplificar. E simplificando para as contravenções penais e os crimes de menor potencial ofensivo, é natural entendermos que sobra mais tempo para a Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário trabalharem as questões relativas aos crimes de maior potencial ofensivo, os grandes crimes que têm uma pena maior.

Ao mesmo tempo é preciso registrar que a Lei n. 9.099 possibilita que a ação mais eficaz, mais presente, mais direta e mais rápida da Polícia ou entre a Polícia e o Poder Judiciário cria para a população uma maior sensação de segurança. E esse é um elemento importante, inclusive para buscarmos garantir a diminuição da criminalidade, porque quando a população está mais confiante no sistema de segurança, os infratores têm mais dificuldades porque serão denunciados com mais frequência.

O termo circunstanciado - e o próprio nome diz - é um instrumento através do qual se descreve as circunstâncias em que uma contravenção ou crime ocorreu. E essa peça informativa encaminhada ao Juizado Especial seria suficiente para o juiz, ouvindo as partes envolvidas, tomar uma decisão e aplicar uma pena alternativa, as tão faladas penas alternativas.

A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina tem efetuado e lavrado termos circunstanciados há vários anos, principalmente através da Polícia de Proteção Ambiental e da Polícia Rodoviária Estadual. E essa ação tem sido elogiada por juizes e promotores ao longo de todo esse tempo, de forma que é uma ação, uma prática, que precisa continuar.

E por sentir essa presença maior e essa efetividade por parte da Polícia, a população tem apoiado e aplaudido a Polícia Ambiental, a Polícia Rodoviária em todas as ações que visam agilizar o processo judiciário.

Recentemente, a Polícia Militar aqui do estado resolveu realizar o termo circunstanciado na prática policial corriqueira e ordinária. E por incrível que pareça, por conta disso tem havido uma reação por parte de alguns delegados de polícia, que buscam alegar que a Polícia Militar não tem poder constitucional para fazer o termo circunstanciado.

É preciso registrar que nós temos que falar da Constituição e também de uma lei que foi aprovada e sancionada - portanto não é inconstitucional -, que é a Lei n. 9.099, de 1995, que eu já citei, que é posterior à Constituição, em respeito à Constituição. Essa lei possibilita, em seu art. 69, que a Polícia Militar realize o termo circunstanciado. E assim está escrito no art. 69 na Lei 9.099:

(Passa a ler.)

"Art. 69 - A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários."[sic]

Então, a lei estabelece a autoridade policial, e não especifica qual, a menos que agora tenhamos que considerar que o policial militar não é autoridade policial e não tem poder de polícia.

Dessa forma, entendendo que é importante para a segurança da população, que clama por isso, que clama por mais efetividade por parte do trabalho das Polícias, que clama pela Polícia mais efetiva e mais eficaz e por maior rapidez do Poder Judiciário, e por considerar a legitimidade e a legalidade, é que nós defendemos que a Polícia Militar possa realizar o termo circunstanciado.

Com essa manifestação não pretendemos, de forma alguma, contrapor-nos à Polícia Civil, que é nossa coirmã, cuja maioria ou cuja totalidade praticamente, especialmente dos trabalhadores de base da Polícia Civil, é nossa aliada. E defendemos a unificação das duas Polícias assim que possível, porque depende de reforma constitucional, e defendemos desde já o trabalho unificado na prática cotidiana das duas Polícias para garantir mais segurança para a nossa população.

Este é o nosso registro, no sentido de defender a legalidade, a possibilidade e a importância da Polícia Militar realizar o termo circunstanciado.

Por último, sr. presidente e srs. deputados, queremos registrar que no dia de amanhã, 15 de agosto, estará completando três meses desde a última vez que os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que a base da Polícia Civil e agentes prisionais foram às ruas manifestar a sua vontade e a sua reivindicação com relação ao cumprimento integral daquela parte que ainda falta pagar da Lei Complementar n. 254, de 2003.

Então, num intervalo de três meses de uma espera angustiada, deputado Moacir Sopelsa, de três meses de uma trégua forçada e compulsiva, não obtivemos nenhuma resposta do governo. E continuamos esperando do governador Luiz Henrique da Silveira o aceno para que possamos discutir a implementação da Lei n. 254. e os praças voltarão às ruas em breve.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, primeiramente, quero deixar registrada nesta Casa a presença do prefeito de Paial, Adelmo Luiz Braatz, e também dos vereadores Ermes Munarini e Acy Hylson Bender. É uma alegria tê-los aqui na nossa Casa e desejo que possam ter sucesso em sua missão.

Sr. presidente e srs. deputados, se não me falha a memória, na terça-feira ou na quarta-feira passada, o deputado Pedro Uczai e a deputada Ana Paula Lima solicitaram que nós interferíssemos, deputado Onofre Santo Agostini - e sei que v.exa. foi questionado no dia -, na questão dos acordos salariais dos servidores das empresas vinculadas à secretaria da Agricultura. E quero deixar registrado aqui que tenho uma consideração e um apreço muito grande pelo trabalho que desenvolvem tanto os nossos técnicos quanto todos os servidores, independentemente de mais humilde cargo que possam exercer.

E foi proposto que se possa fazer o acordo dentro das intersindicais. E a informação que eu tive hoje do secretário Antônio Marcos Gavazzoni, uma pessoa de presteza, é que se está dando, deputado Onofre Santo Agostini, a oportunidade de que as intersindicais possam discutir a proposta do governo de reafirmar todos os acordos.

Deputado Marcos Vieira, v.exa. foi secretário da Administração, nós estivemos muitas vezes juntos e sei que nos quatro anos passados alcançamos alguns objetivos que as empresas queriam. E o governo está, mais uma vez, garantindo todos os acordos sociais já efetuados em mandatos anteriores. E nessa oportunidade garante também, que eu acho o mínimo de justiça que nós estamos fazendo -, que se possa dar a esses profissionais também a garantia do aumento conforme o INPC, conforme a inflação.

Então, o secretário da Agricultura, Antônio Ceron, há muito tempo vem discutindo e buscando esse entendimento. Também é um reconhecimento do governo a importância que essas empresas têm para a garantia da qualidade da sanidade animal e da sanidade vegetal, e também do desenvolvimento de nossa agricultura e das nossas empresas.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu ouço com muito prazer v.exa. o seu aparte, deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. já prestou os esclarecimentos que nós pretendíamos prestar, porque a deputada Ana Paula Lima cobrou-nos, com toda a razão, que na secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina nós abrissemos também o diálogo para a conversa entre a Epagri e a Cidasc. V.Exa. já esclareceu! Eu acabei de telefonar para o secretário Antônio Ceron, e foi exatamente o que v.exa. disse: está aberto e vamos conversar, se preciso for, quantas vezes forem necessárias. Disse o secretário Antônio Ceron que vai sentar para evitar que haja a greve. E é uma pena que a deputada Ana Paula Lima não esteja presente.

Só que os servidores da Universidade Federal de Santa Catarina continuam em greve! Já passa de 70 dias a greve. No dia 16 os delegados do Ministério da Agricultura voltam à greve. Então, a coisa está complicada! Nós precisamos fazer cumprir a lei aqui no estado de Santa Catarina, mas também temos que fazer cumprir lá no governo federal, porque não se admite que os servidores da Universidade Federal estejam há 75 ou 80 dias em greve. Eu não sou contra o movimento grevista, mas causa um prejuízo muito grande para a sociedade catarinense.

Nobre deputado, cumprimento v.exa. É uma pena que a deputada Ana Paula Lima não esteja presente para prestarmos esse esclarecimento. Essa cobrança da deputada é perfeita, é um direito que ela tem, e acho que é nosso dever procurar ajudar.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Nobre deputado, agradeço o seu aparte. Sei que v.exa., naquele dia das colocações, ficou sendo o deputado que poderia buscar essas informações.

De mesma forma, o deputado Pedro Uczai solicitou que ajudássemos. Imagino que o mínimo que o governo pode fazer é garantir os direitos já conquistados e também dar o ajuste conforme o INPC, fazendo com que as pessoas tenham pelo menos a reposição conforme aquilo que a inflação determina.

Deputado Onofre Santo Agostini, quero fazer das suas as minhas palavras. Também estamos preocupados porque faz dois anos que nós estivemos em Brasília, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira e o secretário de estado, na época, Valdir Colatto, conversando com o ministro do Planejamento para acertar a questão dos fiscais de inspeção federal. Sabemos das dificuldades. É uma pena que ainda não se tenha chegado a um acordo, e a greve que aconteceu nesses dias trouxe um prejuízo muito grande para o estado de Santa Catarina.

Quando falamos no estado, estamos nos referindo às indústrias, aos produtores. E eu imagino que deve acontecer antes do prazo fatal, que, se não me falha a memória, é agora na próxima quinta-feira, para que se faça acordo e os fiscais federais possam também estar trabalhando nas suas atividades importantes para garantir o escoamento dos produtos que precisam dessa inspeção no estado de Santa Catarina.

Há uma outra coisa que me traz à tribuna. Eu já me pronunciei, deputada Odete de Jesus, na semana passada sobre a questão ambiental. A comissão da Agricultura recebeu um requerimento do deputado Herneus de Nadal solicitando uma audiência pública para tratar desse assunto. Vamos tratar disso na comissão, hoje, para realizarmos uma audiência no município de Chapecó. Conversei também com secretário Ronaldo Benedet, ontem, no sentido de que estivesse presente a secretaria da Segurança, assim como o Ministério Público, a Fatma e a Assembléia Legislativa para que se encontre um encaminhamento para essa questão ambiental que nos preocupa.

Quero registrar os meus cumprimentos ao deputado Valdir Colatto, que tem a visão de que os maiores empecilhos que temos, hoje, no desenvolvimento da nossa agricultura são, sem dúvida nenhuma, as questões ambientais. Não estamos aqui defendendo que não se dê a proteção ao meio ambiente. Não! Estamos aqui porque temos raízes, porque temos toda a nossa vida vinculada à produção agrícola no estado de Santa Catarina e sabemos das dificuldades que o nosso produtor está passando, quando é fiscalizado pela própria Polícia Ambiental, muitas vezes tratando-o como se fosse um bandido. Sabe-se que, às vezes, essa pessoa está incorrendo em alguns erros porque realmente quer produzir, quer fazer a sua propriedade produtiva.

Há que se encontrar uma posição que sirva também ao estado de Santa Catarina. A continuar da forma que as coisas estão, dificultando cada vez mais o campo e inchando cada vez mais as periferias das cidades, trazendo filhos de agricultores que, às vezes, são obrigados a praticar ações na cidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Gostaria de registrar a presença nesta Casa do vereador de São Miguel d'Oeste, que foi candidato a deputado federal pelo PDT, Moacir Piorini, acompanhado pelo PDT Jovem de São Miguel d'Oeste, pelo Antonio e pelo assessor Luiz. A todos desejamos boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Onofre Santo Agostini, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, primeiro, quero agradecer, se me permitem v.exas., ao deputado Pedro Baldissera que gentilmente concordou em trocar o horário, porque este deputado tem um outro compromisso. Por isso, ao líder do PT o nosso agradecimento.

Também queremos registrar a presença dos srs. vereadores do município de Três Barras, que vêm a esta Casa reivindicar em favor daquele município.

O deputado Cesar Souza Júnior, deputado João Henrique Blasi, estava de aniversário no domingo. Fez 28 anos de idade - um jovem parlamentar, uma grande esperança, um moderno deputado. E o melhor presente que o deputado Cesar Souza Júnior recebeu não foi a camisa, não foi o litro de uísque ou a garrafa de vinho, não foram os bens materiais, deputado Pedro Uczai, o grande presente que o deputado recebeu foi conseguir na Justiça ganho de causa contra aquele absurdo que se estava praticando com os proprietários de terrenos de marinha.

Claro que outros deputados também levantaram a idéia do absurdo que se estava praticando contra a os proprietários de área de marinha. Mas foi o deputado Cesar Souza Júnior que levantou essa idéia, que se rebelou, que procurou defender os interesses do povo de Florianópolis e região, onde essa alta taxa de cobrança estava sendo evidenciada - não só aqui, na capital, como em todas as regiões.

Deputado Elizeu Mattos, não era o proprietário rico, não era aquele que pode pagar, mas era o pescador que estava sendo prejudicado com essa alta cobrança. Houve casos em que a taxa, que era de R\$ 500,00, passou para R\$ 5.000,00. E foi com uma ação desse parlamentar que, graças a Deus, a Justiça começou a resgatar essa grande injustiça que estava sendo praticada contra o povo da região litorânea.

Deputado Cesar Souza Júnior, acho que maior presente do que esse no dia do seu aniversário não podia v.exa. ter recebido. Por isso, cumprimento v.exa. assim como todos aqueles deputados, o deputado Darci de Matos, o deputado Marcos Vieira, o deputado João Henrique Blasi e também o deputado Manoel Mota. Enfim, a todos aqueles que se rebelaram contra essa decisão equivocada, os nossos parabéns. E todos os proprietários que se entenderem injustiçados que procurem a Justiça para que não se cometa essa arbitrariedade que estava iminente.

Deputado Cesar Souza Júnior, meus parabéns pelo seu aniversário, mas de modo especial pela sua luta em favor do pescador, em favor do proprietário pobre de toda a região.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Deputado Onofre Santo Agostini, muito obrigado pelas suas palavras. Quero agradecer também as felicitações pela passagem do meu aniversário e dizer que essas ações começam a ser julgadas favoravelmente com ações individuais daqueles que entraram na Justiça Federal. Tivemos decisão já do juiz Zenildo Bodnar, na Vara Ambiental de Florianópolis, e também, na Vara Federal de Itajaí, do juiz Viliam Bollmann, ou seja, a Justiça já está reconhecendo que o aumento é abusivo, injustificável e que tem que se aplicar apenas a correção inflacionária. Esse é o teor da decisão.

Nós ainda aguardamos, deputado Onofre Santo Agostini, a decisão do Supremo Tribunal Federal, que, se favorável, beneficiará todos e não apenas aqueles que ingressem na Justiça. Aguardamos essa decisão e aguardamos também um posicionamento do Ministério Público Federal, que poderá propor no âmbito de Santa Catarina também uma ação que beneficie todos.

Por enquanto, a orientação nossa é de que todos entrem na Justiça, busquem o Poder Judiciário para fazer valer o seu direito. E aguardamos ansiosos, assim como os demais dez parlamentares que estiveram na audiência pública que realizamos nesta Casa, que as pessoas entrem, ingressem, e aguardemos uma decisão que venha beneficiar todos. E ainda bem que a nossa Justiça Federal está protegendo o cidadão, impedindo essa extorsão fiscal praticada contra aqueles que têm terreno perto do mar.

Deputado Onofre Santo Agostini, o juiz foi muito claro na decisão. Essa ex-crescência só existe no Brasil. E o governo aproveitou um detalhe, um anacronismo na lei para fazer terrorismo fiscal contra o cidadão catarinense e brasileiro.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu quero agradecer a manifestação do ilustre parlamentar. Realmente, para que se faça justiça, também quero enaltecer todos os dez deputados que estiveram na audiência pública defendendo o proprietário de terra de marinha de Florianópolis e da região litorânea. E entendo que é muito importante quando o Parlamento defende o interesse da população, como o nosso partido também defendeu, junto com as Oposições. Vamos fazer justiça ao PT, ao PP, à deputada Odete de Jesus, que aqui se rebelaram contra a elevação da taxa de aumento da secretaria da Segurança. E rebelou-se a Oposição, e o Democratas também concordou com a posição dos partidos de oposição. E graças a essa interferência essas taxas não foram aumentadas conforme determinava o projeto de lei.

Por isso, deputado Pedro, v.exa. está de parabéns, estamos todos nós de parabéns. Inclusive, contamos com a compreensão do deputado João Henrique Blasi, que concordou com a colocação das Oposições e dos deputados que defenderam a não-elevação da taxa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PSDB.

Com a palavra o nosso líder, deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, lá se vão dez anos de existência do Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB. E desde a sua fundação, quando o saudoso Mário Covas colocava o seu nome à disposição do PSDB para ser o nome do partido como candidato à Presidência da República, na sua primeira eleição nacional, em 1989, ao vê-lo nos programas partidários, ali nascia a minha simpatia pela Social Democracia, que ora começava a vingar no território nacional.

A militância partidária efetivamente concretizou-se no mês de agosto de 1995, quando o PSDB de Santa Catarina iniciava uma carreira que o tornaria uma das principais estruturas partidárias no nosso estado. E exatamente agora, no mês de agosto, completaram-se 12 anos de militância partidária. E não teria este deputado recebido presente melhor, no mês de aniversário da sua filiação, senão o de estar presente num ato de conagração partidário ocorrido, como

aquele de sábado passado, no Hotel Castelmar, quando o seu partido, o PSDB, deu um passo a mais na consolidação de sua estrutura em Santa Catarina. Nada mais nada menos do que dezenas de conquistas de novos mandatos estão vindo para o PSDB: são vereadores, vice-prefeitos, prefeitos, capitaneados no último sábado por uma liderança inquestionável de Santa Catarina, que já no seu terceiro mandato de deputado federal se abriga no ninho tucano e vem junto com os deputados que fazem parte da bancada nesta Casa a se somar no sentido de fazer com que o PSDB se transforme efetivamente numa das principais estruturas de Santa Catarina.

Eu me refiro, evidentemente, ao deputado Gervásio Silva, que tem percorrido Santa Catarina no sentido de trabalhar e trabalhar sempre fortemente em favor do coletivo. Ele já foi prefeito da cidade de São José, há muito tem percorrido Santa Catarina e se abrigado nos mais diversos municípios. É bem-vindo, sim, o deputado Gervásio Silva, porque ele se filia num partido que quando no exercício da Presidência, com o presidente Fernando Henrique Cardoso, propôs a Lei de Responsabilidade Fiscal, que está vigorando no país até hoje. Foi na condução da Presidência da República do PSDB, junto com outros partidos que davam sustentação ao governo, entre os quais o PFL e o PMDB, que a nação efetivamente passou a ter controle da inflação, quando foi implantado o Plano Real.

Também não podemos deixar de falar sobre a rede de proteção social, com a implementação de 12 programas sociais, beneficiando na época mais de 35 milhões de pessoas carentes. O Programa Saúde da Família também foi implantado no governo Fernando Henrique Cardoso, que atendeu na época mais de 54 milhões de pessoas. Enfim, foram reformas estruturais patrocinadas pelo PSDB quando no exercício da Presidência da República, e para nós, peessedebistas, é bom ter o deputado federal Gervásio Silva filiado à nossa agremiação.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, meu líder, deputado Marcos Vieira, o PSDB de Santa Catarina no último sábado mostrou que realmente é um partido grande e que está no caminho certo.

Quero reportar-me ao deputado Gervásio Silva. E sou suspeito ao falar que é um grande parceiro, um grande amigo. Fui seu funcionário, vereador, quando foi prefeito. Então, com certeza vai somar para Santa Catarina em nível de Senado Federal.

Já que v.exa. tocou no assunto do governo Fernando Henrique Cardoso, que deixou neste país uma marca de desenvolvimento muito grande, gostaria de dizer que lamentavelmente a revista *Veja* desta semana, à qual bem poucos brasileiros têm acesso, traz uma reportagem com uma página, duas páginas, com o seguinte título: "A boa vida dos mensaleiros". Traz o José Genoíno, que se elegeu deputado federal numa boa, o nosso amigo José Dirceu, assessor, ganhando aproximadamente R\$ 150 mil por mês fazendo consultoria, o Duda Mendonça, que continua com um contrato de R\$ 250 milhões na Petrobras e curtindo uma fazenda com oito mil cabeças de boi, o João Paulo Cunha, que se reelegeu e que vive numa boa depois de desviar R\$ 536.400,00, e mais uma gama de petistas que escandalizaram este país e que estão sob a alçada da reportagem "Frágil como papel".

A Justiça brasileira é incapaz de manter presos assassinos confessos e corruptos pegos em flagrante. Na origem da impunidade está a própria lei, a lei feita realmente pelo Senado, pela Câmara Federal.

É um absurdo, realmente, a marca que deixou o PT para o país que nós deixamos redondinho, mas que eles não souberam aproveitar.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Agradeço ao deputado José Natal.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Deputado Marcos Vieira, é conhecido que o deputado Gervásio Silva era filiado em nosso partido, meu amigo, com quem fiz campanha junto. A ele desejo sucesso em sua vida pessoal, em sua vida política.

Agora, não posso deixar de registrar a incoerência de seu partido que, em Brasília, junto com vários outros partidos, busca no STF a tese da fidelidade partidária ser vencida naquela Corte e na filiação de um deputado federal da mesma base vem toda a cúpula para a sua filiação.

Respeito, desejo sucesso, mas tenho que registrar essa dicotomia em seu discurso em Brasília.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário será destinado ao PTB.

(Pausa)

Na ausência do PTB, passaremos ao horário reservado ao PPB.

Com a palavra o sr. deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Só para completar e responder respeitosamente ao deputado Gelson Merísio que o questionamento que s.exa. fez ao deputado Gervásio Silva é pertinente. Ao deputado Gervásio Silva foi perguntado, pela direção nacional do PSDB, se mesmo assim ele desejava vir para o PSDB. Ele disse que sim, que viria mesmo correndo todos os riscos do Supremo Tribunal Federal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está assegurada a palavra ao sr. deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, srs. deputados, ocupo a tribuna para fazer um registro do que ocorreu na minha região no último final de semana, com a presença do governador do estado, Luiz Henrique da Silveira.

No sábado à noite tivemos a satisfação de participar da inauguração da nova prefeitura do município de Nova Trento, com a participação efetiva do governador Luiz Henrique da Silveira, com um trabalho árduo da prefeita Sandra Regina Rachadel, que lá entregou à comunidade uma bela obra para o povo de Nova Trento.

A prefeitura municipal é a Casa do Povo. E hoje Nova Trento tem uma casa digna para aquele povo trabalhador, ordeiro, respeitado, de colonização Italiana, que no dia-a-dia vem construindo o futuro do município. Inclusive, com o advento da Santa Paulina fazendo já por merecer há muito tempo uma obra de tamanha envergadura, como foi a prefeitura construída pela prefeita, com o aporte financeiro de mais de R\$ 1.200 milhão pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

No ato também o governador garantiu mais um R\$ 1 milhão para somar com mais R\$ 1 milhão que está vindo do governo federal, para asfaltar o acesso a Santa Paulina, dando àquele santuário um acesso com condições para os turistas visitarem.

Estava presente o deputado Peninha, que também acompanhou a visita com o deputado João Henrique Blasi e com o deputado professor Sérgio Grandó. Então, ficamos muito satisfeitos ao ver uma obra de tamanha envergadura com a participação efetiva do governo do estado.

Na tarde de ontem estivemos também na nossa região, Blumenau, onde o governador Luiz Henrique da Silveira assinou mais dois convênios com a prefeitura municipal, com o prefeito João Paulo Kleinübing. Estávamos acompanhados pelo secretário Jean Kulmann quando governador Luiz Henrique da Silveira destinou R\$ 2.800 milhões para a contenção de cheias em Blumenau, mais especificamente no bairro Fortaleza, que vem sendo castigado constantemente por inundações. É uma obra importante, reivindicada há mais de 30 anos pela comunidade blumenauense.

Além disso, assinou um convênio, também com a prefeitura municipal, com o projeto Asfalta Blumenau, que prevê um custo de R\$ 20 milhões. Para esse primeiro projeto o governador Luiz Henrique da Silveira, na tarde de ontem, repassou a primeira parcela do primeiro convênio assinado com a prefeitura de Blumenau, no valor de R\$ 500 mil, demonstrando a participação do governo Luiz Henrique da Silveira em toda a nossa região, seja no Vale do Itajaí Mirim, seja no Vale do Rio Tijucas, seja no Vale do Itajaí-Açu.

Por isso, deputado Manoel Mota, líder do governo, sem dúvida nenhuma Luiz Henrique da Silveira está honrando os compromissos que assumiu com a nossa região. Posteriormente farei aqui o pronunciamento demonstrando a grande obra que o governador Luiz Henrique da Silveira nos ajudou a fazer na nossa cidade de Brusque, que é o canal extravasor da Beira Rio, que estarei trazendo num próximo pronunciamento.

Assim, quero parabenizar o governador e a sua estrutura por essa participação nos dois municípios e ressaltar a importância da construção da nova prefeitura de Nova Trento, o projeto de contenção de cheias e o Asfalta Blumenau naquele município.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Digital, colegas de imprensa, funcionários desta Casa e os demais catarinenses que nos acompanham pessoalmente aqui na nossa sessão de hoje.

Gostáramos, sr. presidente, neste dia, de falar sobre alguns assuntos. Entre eles, deputado Pedro Baldissera, quero comunicar que a nossa bancada já está encaminhando à Mesa Diretora o nome do nosso representante na CPI que foi aprovada e que vai ter encaminhamento nos próximos dias. Para representar a nossa bancada escolhemos o deputado Joares Ponticelli. Comunico à Mesa Diretora e já está sendo encaminhada, via ofício, a nossa indicação. O Partido Progressista indica o deputado Joares Ponticelli como o nosso representante na CPI da Casan, aprovada nesta Casa.

Também gostaríamos de dizer que hoje estamos entrando com um adendo numa ação civil que está no Ministério Público, com relação aos VTs produzidos pelo governo do estado. Nossa equipe de assessoria fez um levantamento a partir de um edital do governo do estado, da secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador, que contratou a produção de um VT, de um vídeo de dez minutos, com imagens aéreas, direção, enfim uma produção grande por R\$ 34 mil. O VT de dez minutos, com uma série de quesitos exigidos.

Fomos ver a prestação de contas, deputada Ada De Luca, de outros VTs produzidos pelo governo do estado, não de dez minutos, mas de 60 segundos, que não tinham imagem aérea, que não tinham direção, VTs desses que rodam na televisão, com valores bem maiores do que esse de dez minutos.

Dai, deputado Jailson Lima, nossa assessoria foi verificar 102 vídeos que foram produzidos pelo governo do estado, governo do nosso nobre deputado Manoel Mota. E para nossa surpresa, a nossa assessoria destacou (é isso que estamos encaminhando junto à ação que movemos contra o governo do estado) vários VTs, vários vídeos que têm cenas repetidas. Por exemplo, usaram uma cena no vídeo "a" e no vídeo "b", deputado Peninha, usaram a mesma cena do vídeo "a". Mas o problema é que o vídeo "b" também cobrou a cena do vídeo "a", ou seja, duas, três vezes cobrado pela produtora DPM o mesmo serviço para veicular um vídeo na televisão.

Isso é que nós queremos saber agora: por que uma empresa cobra R\$ 34 mil para a produção de um vídeo de dez minutos com direção, com produção, com imagens aéreas e uma outra empresa cobra bem mais caro por um vídeo de 60 segundos? Algo que agora nós estamos passando para o Ministério Público e queremos saber o porquê disso. Por que a DPM produziu 102 vídeos, muitos deles com imagens repetidas, com valores extremamente colocados no seu contexto? Este é um assunto que vamos investigar. Este é um assunto que nós estamos atentos, até porque deste assunto eu entendo um pouco, já que minha profissão também visa essa área de comunicação.

Agora cedo o restante do tempo ao meu deputado Joares Ponticelli, nosso indicado para compor a CPI da Casan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, pelo tempo restante do horário do PP.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, a imprensa notícia hoje que mais uma decisão foi proferida em desfavor do governo do estado e da prefeitura municipal de Florianópolis. Trata-se ainda da transação, deputada Odete de Jesus, amplamente questionada na oportunidade, de transferência do prédio sede da secretaria da Fazenda para a prefeitura municipal de Florianópolis.

Eu resgatei, deputado Kennedy Nunes, todo o processo, toda a matéria que foi amplamente discutida nesta Casa. O então secretário Marcos Vieira deve conhecer profundamente, porque dele também temos várias manifestações nesse processo.

Nós cobramos na época, alertamos o governo de que ele não poderia colocar à disposição da prefeitura de Florianópolis em dos seus imóveis sem que houvesse autorização legislativa. V.Exa., deputada Odete de Jesus, lembra bem, como os deputados Pedro Baldissera e Gelson Merísio lembram o quanto essa matéria foi debatida nesta Casa. O governo insistiu que a Oposição não tinha razão, deputado Manoel Mota, v.exa. inclusive, e agora a Justiça mandou devolver.

Para a minha surpresa, deputado Moacir Sopelsa, o mesmo secretário da época, Ivo Carminati, agora está dizendo que vai mandar a lei para a Assembléia. Portanto, secretários do governo, dos 56 eu tenho a certeza de que há uns 30 assistindo-nos: aviseem o governador que ele recebeu mais um puxão de orelha.

Mais uma vez a Oposição tinha razão, deputado Pedro Uczai. Mais uma vez! A Oposição alertou e o governo não atendeu! E o que é pior, nós entramos - como não conseguimos convencer o governo, porque ele fez por decreto -, em fevereiro de 2005, com uma proposta de sustação do decreto que até hoje não foi votado por esta Assembléia, pois o governo não deixou votar. Está aqui o parecer do deputado João Henrique Blasi, que propôs o sobrestamento e até hoje não deixou votar. Agora estão pedindo o prédio de volta. Eu já estou achando que não querem que o prefeito Dário Berger fique mais nem no prédio e talvez estejam aproveitando para se livrar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, hoje é o dia do PDT visitar esta Assembléia Legislativa. Gostaria de anunciar aqui a presença do segundo suplente a deputado estadual e ex-prefeito de Mafra, o Carlinho da Farmácia, ao qual desejamos boas-vindas.

Também quero registrar aqui a presença do vereador de Chapecó, Alsiari Balbinot, do presidente da Juventude Socialista, Luiz Marcelo e do nosso secretário da Executiva, o Luiz Everton. A todos desejamos boas-vindas a nossa Assembléia Legislativa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, penso que nesta mesma linha que o deputado Joares Ponticelli pontuava, a Oposição cumpre, com toda a sua modéstia, o seu papel no Parlamento e na sociedade catarinense.

Nós estamos tendo as maiores dificuldades possíveis, incalculáveis, mas procuramos de toda forma responder ao papel que a sociedade nos tem colocado. Neste sentido, quero na tarde de hoje me ater a alguns temas que julgo importantes para a sociedade catarinense, entre eles alguns já pontuados em outros momentos aqui desta tribuna.

Está para ser assinado um decreto do governo federal. E nos dizia com muita satisfação e alegria o diretor nacional da Conab, Sílvio Porto, nesse final de semana, quando estivemos juntos numa grande agenda de assinatura de convênios com inúmeros municípios de toda a região do extremo oeste e oeste do estado de Santa Catarina e que irá continuar agora na região sul, que serão destinados mais de R\$ 8 milhões para o programa da aquisição de alimentos.

Dizia-nos na presença do diretor da Conab, o diretor Nacional, que o governo estaria, nos primeiros 60 dias, assinando um decreto do recurso, hoje destinado à merenda escolar nas escolas estaduais e municipais, proveniente do Fundo Nacional da Educação, que seriam disponibilizados mais R\$ 1.6 bilhão para aquisição de produtos dos nossos pequenos agricultores.

Acho essa uma atitude fundamental do presidente Lula, pois vai privilegiar o agricultor camponês, o agricultor familiar e adquirir direto deles, com a dispensa da licitação, os produtos da nossa agricultura que irão incrementar o cardápio da merenda escolar, da alimentação escolar dos nossos estudantes por todo o nosso país.

Acho que isso é importante, e faço questão aqui de pontuar essa iniciativa louvável de inclusão social e de respeito ao nosso pequeno agricultor, seja ele familiar ou camponês.

Outro ponto que quero aqui trazer neste tempo que me resta, é com relação à CPMF, que em vários momentos tem sido pontuada, discutida, trazida ao debate. Quero lembrar que a CPMF, essa contribuição, foi criada no governo de ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, mesmo que tenha sido provisória, mas na época foi criada dessa maneira, e posso dizer aqui que foi uma das poucas coisas importantes e significativas de distribuição do dinheiro à sociedade criada naquele governo, que traz um caráter de justiça na distribuição dos recursos dos impostos.

E aqui deputado Pedro Uczai, não podemos nos enganar. Por quê? O nosso pequeno trabalhador, o nosso trabalhador assalariado, ele contribui, sim, mas são os pequenos, os marginalizados, os abandonados, os esquecidos da nossa sociedade que são os grandes beneficiados por esse imposto.

Portanto, é o tributo que traz o caráter da redistribuição e do privilégio daqueles despossuídos, dos que menos têm neste nosso país. Essa é uma questão.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Peço a v.exa. para aguardar, pois terá o seu momento, porque quando v.exa. estava na tribuna, sequer concedeu um aparte ao deputado Décio Góes que estava aguardando. Mas logo depois da conclusão de meu raciocínio, sobrando tempo, lhe concederei um aparte.

Quero dizer que a CPMF não está cumprindo o seu papel, é um equívoco! Aliás, temos que deixar claro para a sociedade que a CPMF é um imposto que além da questão da justiça na distribuição dos recursos, traz outro elemento fundamental que é o cruzamento de dados na questão da declaração do imposto de renda.

Deputado Pedro Uczai, aqui está o grande nó. Aliás, quem iniciou esse cruzamento de dados com o imposto de renda foi o governo do presidente Lula. E aí, lógico, mexeu com muitos daqueles e daquelas que, historicamente, sonegavam, e querem continuar a sonegar, seus impostos, seus tributos. Aqui está a grande realidade que se esconde por detrás dessa contribuição.

Agora, se nós formos tomar os dados - e aqui nós fazemos uma crítica -, veremos que não está cumprindo integralmente com aquilo para o qual foi criado. Isso nós não podemos omitir e temos que ser transparentes, claros, honestos, justos e sinceros. Esse tributo ainda não é 100% destinado ao objetivo para o qual foi criado. Mas nós não podemos esquecer que 42.1%

dos 100% da CPMF ele cumpre e vão para o Fundo Nacional da Saúde; que 21% desse imposto vão para o custeio da Previdência Social e 21.1% vão para a erradicação da pobreza.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 16 minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, vou utilizar metade deste tempo e na outra metade o líder do nosso partido, deputado Manoel Mota, fará uso da palavra.

Nesse último final de semana, eu cumpri um roteiro muito extenso, tanto no Vale do Itajaí como no Vale do Rio Tijucas, como normalmente nós, deputados, fazemos. E muitas vezes somos injustiçados porque falamos que o deputado tem recesso, tem muitas férias e tudo o mais. Mas muitas vezes eles não lembram que nós, deputados, trabalhamos aqui durante a semana e trabalhamos, muitas vezes, muito mais durante os finais de semana.

No último final de semana, iniciei na quinta-feira as minhas atividades, primeiramente na cidade de Rio do Sul - e lá esteve conosco o secretário Antônio Ceron -, onde tomaram posse os dois novos gerentes da Epagri: o engenheiro agrônomo Eloy e o médico veterinário, que assumiu como gerente regional da Cidasc. Naquele encontro o secretário Antônio Ceron fez um pequeno relato das suas atividades à frente da secretaria de estado da Agricultura, que, aliás, está fazendo um grande trabalho, repetindo o bellissimo trabalho que já tinha feito o deputado Moacir Sopelsa.

Na quinta-feira à tarde, deputado Valmir Comin, presidente desta sessão, estive na posse do novo presidente do Sindicato das Indústrias de Cerâmica e Olaria do Vale do Rio Tijucas e do Vale do Itajaí. V.Exa., que também tem defendido esse segmento, sabe que hoje esse setor da cerâmica vermelha é marginalizado, é o primo pobre das indústrias catarinenses que sofre, deputado Manoel Mota, com os preços baixos, com a falta de tecnologia, com problemas ambientais de toda ordem - que, aliás, não acontece só com a cerâmica vermelha - que criam, muitas vezes, entraves àqueles que querem produzir e também em relação à baixa produtividade.

Hoje temos em Santa Catarina, aproximadamente - e o deputado Valmir Comin conhece melhor do que eu esses dados -, 250 empresas de cerâmica vermelha que empregam aproximadamente quatro mil pessoas. E existe uma previsão de que em três anos poderão fechar até 150 indústrias de cerâmica, gerando principalmente o desemprego. Vão ficar aquelas empresas competitivas. E, aliás, temos muitas empresas que já estão com a tecnologia de ponta, que estão competindo com as melhores empresas e indústrias do setor da Europa. Mas aquelas que não se qualificarem, com certeza vão perder espaço.

Em Portugal, deputado Valmir Comin, há 25 anos existiam 2.700 indústrias de cerâmica. Hoje existem apenas 70 empresas.

E assumiu como presidente desse sindicato o meu amigo Cláudio Kurtz, que é um dos diretores da cerâmica Rainha, em substituição ao José Luiz Petry, o nosso Chiquinho lá de Ituporanga que tem a olaria Bela Vista.

E o setor da cerâmica vermelha tem, sem dúvida, uma importância muito grande para toda a região de Santa Catarina e, especificamente, para o Vale do Itajaí, Rio Tijucas e também para o sul do estado de Santa Catarina.

Na sexta-feira, durante todo o dia, percorri a secretaria Regional de Ibirama, também estive em Vitor Meireles para uma reunião do nosso partido e estive vendo a belíssima obra de asfaltamento ligando Witmarsum a Vitor Meireles em 9,5 quilômetros, sendo que 5,5 quilômetros já estão prontos e faltam quatro quilômetros de um investimento de R\$ 6 milhões do governo do estado nessa rodovia.

Fui também visitar a rodovia que está sendo asfaltada em José Boiteux ligando Dalbergia a José Boiteux. São nove quilômetros, sendo que 6,5 estão prontos e restam 2,5 quilômetros de um investimento do governo do estado de R\$ 4 milhões.

Lá no Alto Vale do Itajaí também estão sendo concluídos os asfaltamentos de Mirim Doce, Chapadão do Lageado, Leoberto Leal.

A estrada da Madeira, deputado Jailson Lima, foi v.exa. que iniciou esse pedido quando era prefeito, e o atual prefeito Milton Alves, com apoio do governo estadual, iniciou praticamente todo esse trabalho, uma obra importantíssima para a nossa região.

Temos também preparados alguns pleitos prontos para serem asfaltados, como a rodovia Vidal Ramos/ Botuverá, com a indústria de cimento lá em Vidal Ramos. E queremos também: Santa Terezinha/Planalto Norte, Ituporanga/Atalanta e a ligação de Petrolândia com a BR-282. Muitas obras estão em execução e muitas ainda estarão sendo realizadas graças a este governo que realmente está descentralizando todo o estado de Santa Catarina com obras por todos os municípios.

Na sexta-feira, o deputado Jailson Lima e eu estivemos juntos no aniversário de 62 anos da nossa Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul, que foi fundada no ano de 1945 e que participou, ao longo do tempo e ao longo da nossa história, de muitas conquistas da nossa região. Eu poderia citar a Unidavi, a Amavi, o Hospital Regional, a luta pela BR-470. E agora também há uma nova bandeira da Associação Comercial e Industrial que foi levantada pelo prefeito Milton Alves lá naquela reunião, mas é uma bandeira do deputado Jailson Lima, minha e do governador do estado. Ou seja, a reativação da nossa ferrovia ligando o Alto Vale a Itajaí, uma ferrovia que, infelizmente, foi desativada, um crime contra o setor de transportes não só de Santa Catarina, mas de todo o Brasil.

Hoje, o projeto da sua reativação já está praticamente elaborado, e nós pretendemos, sim, que ela volte a funcionar e a transportar as riquezas do estado de Santa Catarina. Ela foi desativada no dia 13 de março de 1971 e precisamos reativar 170 quilômetros que já existiam de Agrolândia à cidade de Itajaí.

Nós temos um orçamento dessa rodovia, deputada Ada De Luca, que prevê US\$ 100 milhões para a sua reativação, enquanto que para a duplicação da BR-470 são necessários US\$ 400 milhões. Nós queremos também, evidentemente, a duplicação da BR-470, estamos lutando juntos por ela, mas sem dúvida a nossa ferrovia é importante e precisamos que ela não seja só em relação ao Alto Vale para o litoral, mas seja também do Alto Vale em direção ao nosso oeste de Santa Catarina.

No sábado, estive na cidade de Nova Trento - o deputado Dagomar Carneiro já fez a exposição -, onde inauguramos uma belíssima prefeitura, um cartão postal da cidade, uma obra com a participação do governo do estado, do então governador Eduardo Pinho Moreira e agora com o atual governador Luiz Henrique da Silveira, que liberaram recursos em convênio com a prefeitura para a construção dessa obra.

No domingo, como era o Dia dos Pais, deputada Ada De Luca, tivemos de estar junto com as nossas famílias, e eu também estive com a minha esposa e com os meus filhos numa confraternização da nossa família.

Mas na segunda-feira, ontem, tivemos uma reunião do nosso diretório estadual do PMDB, na qual o nosso partido demonstrou realmente unidade e independência em relação ao governo. Apresentou sugestões, metas e a maior delas foi, no ano que vem, elegermos mais de 150 prefeitos e mais de 1.000 vereadores em Santa Catarina, como também lançamos a bandeira do nosso PMDB ambiental. Lá contamos com a presença maciça dos nossos membros dos diretórios, do nosso presidente de partido, dos nossos deputados estaduais e federais e do nosso senador.

Sem dúvida, o nosso PMDB continua cada vez mais forte e unido em busca de melhores dias para a população do estado de Santa Catarina e também do Brasil.

Passo o espaço, na sequência, para o líder de nosso partido, deputado Manoel Mota, e peço desculpas porque me alonguei um pouco. Mas fazer um relatório do final de semana, das nossas atividades, deputado Manoel Mota, em pouco tempo não é possível. V.Exa. sabe que nós, deputados, trabalhamos realmente bastante, e eu sei que v.exa. é um deputado trabalhador e atuante também pelas causas de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e visitantes que nos dão a honra de prestigiar o nosso Parlamento catarinense na tarde de hoje, eu ouvi atentamente o eminente deputado Kennedy Nunes quando colocou a questão dos CDs, dos vídeos e de diferenças de preços. Entendo que ele é uma pessoa altamente preparada, mas não é apenas uma empresa que faz, são várias empresas que participam das licitações e aquela que ganha é que realiza. E não depende de "a", "b" ou "c". Então, não é simplesmente vir aqui e dizer que só a empresa "a" faz. Oh, que beleza, daí seria coisa particular e não coisa pública.

Assim, parece que, com todo o seu conhecimento, ainda falta muito da escola da vida pública ao deputado Kennedy Nunes e saber que várias empresas participam e executa a que ganha, evidentemente. E assim é feito para os órgãos públicos no estado, que não é diferente.

Apenas queria levantar essa questão para não ficar dúvida nenhuma em relação aos vídeos que são feitos no estado de Santa Catarina pelo governo do estado.

Gostaria de dizer que é uma honra enorme poder falar um pouquinho de uma luta travada por 14 anos nessa questão da BR-101, sendo que o movimento começou pelo norte do estado, lá por Joinville. E o deputado Darci de Matos, como vereador na época, com certeza

esteve no movimento da BR-101 para que começasse a duplicação. Nós participamos efetivamente e hoje posso aqui dizer com muita alegria, não só em meu nome, porque muitas pessoas participaram - vereadores, prefeitos, deputados, Associação Comercial e Industrial, CDL, igrejas - efetivamente de todos os movimentos que foram travados na questão da BR-101 para que houvesse a sua duplicação.

O primeiro fechamento foi em 1993, das 6h às 16h, com 70 quilômetros de fila triplíce em busca da solução da duplicação. E houve outros movimentos e fechamentos em Criciúma e Maracajá. Aqui em Barreiros houve movimentos por várias vezes e também em São José; fechamos a BR em Palhoça e em muitos lugares. Lembro que na ponte de Cabeçadas deitamos em cima de uma bandeira do Brasil muito grande, e como as cruzes ainda estavam com a tinta fresca, o deputado Paulo Serafim ficou com a cruz no terno e acabou perdendo-o naquele movimento que nós fizemos.

Eu respondo quatro processos na Polícia Federal por todos aqueles movimentos. Nossa luta era em busca de uma solução que hoje está acontecendo. Faria tudo novamente, duplicaria a força, para que aconteça a duplicação.

Hoje posso aqui fazer um relato porque a duplicação da BR-101 está indo bem no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Estamos apenas presos por três gargalos. Um no morro do Formigão, em Tubarão. Lá não adianta correr porque quando tudo estiver pronto vai ser um gargalo, vai afunilar e vai parar.

Estivemos em Brasília, o governo assumiu o compromisso que vai colocar o edital na rua no segundo semestre de 2007.

O segundo gargalo é a ponte de Cabeçadas. O governo, através do ministro dos Transportes, assumiu o compromisso que vai abrir o edital para este ponto. Vamos ter um adiantamento. Apesar do atraso, ainda vamos conseguir quase equilibrar.

O terceiro é o morro dos Cavalos que ainda não tem o processo e que só vai ser lançado o edital no ano que vem.

É evidente que ainda vamos ter muita preocupação, muitos caminhões virados, muitos acidentes, muitas mortes. Hoje o problema é muito grande.

Apesar de reconhecer que as empresas estão trabalhando, trabalham com sinalização, colocam importante sinalização, mas é mudança constante de desvio. Hoje o desvio é em um lugar, amanhã é em outro. E não dá tempo de as pessoas verem onde é o desvio.

Registramos que a luta vai continuar, que a fiscalização vai continuar para que tenhamos uma obra de qualidade que não só orgulhe o governo federal, mas todo o usuário e nós, que somos do sul de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, desejo registrar a presença nesta Casa do empresário de Biguaçu, José Castelo Deschamps, e também da grande liderança daquele município, o pastor Nacet Tomaz de Souza que está reingressando nas fileiras democratas no nosso município de Biguaçu.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo registrar a presença do jovem e atuante vereador Eduardo, de Joinville, filiado ao nosso partido. Ele me substituiu na Câmara de Vereadores, quando vim para esta Assembléia. Muito obrigado pela presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projetos de Lei n.s.: 0056/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0166/2007, de autoria da deputada Ada De Luca; 0214/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves e 0263/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Projetos de Lei Complementar n.s.: 0014/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0020/2007, de autoria do deputado Darci de Matos e 0021/2007, de autoria do deputado Darci de Matos.

Comunica, outrossim, que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s.: 0067/2007 e 0086/2007.

Os projetos de lei relatados terão o seu encaminhamento na forma do Regimento Interno.

A Presidência comunica ainda que de acordo com a proporcionalidade da representação parlamentar cabe na Comissão Parlamentar de Inquérito requerida na semana que passou a seguinte distribuição de vagas: PMDB, dois representantes; PT, um representante; PP, um representante; Democratas, um representante; PSDB, um representante; aos partidos de representação igual ou inferior a dois parlamentares, PTB, PRB, PPS e PDT cabe, fruto do entendimento que deve ocorrer entre eles, a indicação de um representante. De acordo com o Regimento Interno as indicações devem ser feitas pelos srs. líderes em até duas sessões ordinárias, ou seja, na sessão de quarta-feira e na sessão de quinta-feira, desta semana.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0070/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que proíbe a comercialização e o uso de brometo de metila no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, srs. deputados, chama-me um pouco a atenção este projeto, até porque temos uma exigência de que toda madeira utilizada em embalagem, como paletes e caixaria para exportação, seja imunizada com este tipo de produto.

Então, acho que caberia nós, parlamentares, analisarmos com mais atenção, para talvez constar ali, deputado Moacir Sopelsa, presidente da comissão de Agricultura, uma emenda permitindo que esse produto seja utilizado somente para esse fim; senão, vamos ter problema na exportação, aqui, no nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputado, há uma emenda ao projeto de lei, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que inclui o parágrafo que diz que a proibição a que se refere o art. 1º não se aplica aos tratamentos quarentenários e fitossanitários para fins de exportação e importação em zonas primárias dos portos, aeroportos, estações aduaneiras e alfândegas do estado de Santa Catarina, realizados de acordo com procedimentos legais vigentes.

Acho que essa emenda atende a ponderação de v.exa.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Parabéns ao deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação o projeto com as emendas.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0233/2007, de autoria do deputado Romildo Titon, que denomina rodovia José Carlos Pisani a rodovia SC-458, no trecho que liga a BR-470 ao distrito de Ibicuí, em Campos Novos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

O Sr. deputado Romildo Titon - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, eu queria saber qual é a emenda modificativa, porque ainda não tomei conhecimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A emenda modificativa altera a ementa e também a redação do art. 1º e único. O art. 1º denomina rodovia José Carlos Pisani a rodovia SC-455, que liga no trecho a BR-470 ao distrito de Ibicuí, em Campos Novos.

Aqui há uma confusão de números. Na Ordem do Dia está SC-458 e no projeto está SC-455.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Foi um equívoco nosso na redação, colocamos o número da rodovia errado, o número correto da rodovia é SC-455, conforme a emenda.

Eu queria apenas fazer um encaminhamento sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. deputado Romildo Titon - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, v.exa., como a grande maioria dos parlamentares desta Casa Legislativa, teve a oportunidade de conhecer o grande empresário José Carlos Pisani, conhecido como Caio Pisani, um grande empreendedor, principalmente na região do oeste catarinense, que através de suas empresas do grupo Imaribo deu sustentação à economia dos municípios de Campos Novos, Monte Carlo, Frei Rogério, Tangará, ao longo de muitos anos desde a

existência das primeiras empresas do grupo Imaribo. E com o seu falecimento resolvemos dar o seu nome a essa rodovia, uma rodovia pela qual ele lutou por muitos anos. Durante muitos governos que passaram no estado de Santa Catarina houve o pleito dessa rodovia.

Agora, no dia primeiro de setembro, a rodovia vai ser inaugurada pelo governador Luiz Henrique da Silveira, numa parceria entre o estado e a prefeitura municipal de Campos Novos. Por isso invoco a todos os nossos colegas parlamentares o voto favorável, pois é um legado que ficou para todos nós de um empresário exemplo para o estado de Santa Catarina e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0475/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0476/2007, de autoria do deputado Jandir Bellini; 0477/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0478/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0479/2007, de autoria do deputado Reno Caramori; 0482/2007, de autoria do deputado Valmir Comin, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao engº Ernesto Heinzelmann, cumprimentando-o pelo recebimento da Medalha de Honra ao Mérito da Associação Comercial e Industrial de Joinville - ACIJ.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só para dizer que ontem eu e o deputado Darci de Matos estivemos na reunião da Associação Comercial e Industrial de Joinville, que prestou homenagem ao empresário Ernesto Heinzelmann, por receber a maior honraria que um engenheiro pode receber no Brasil. Então, juntamente com o deputado Darci de Matos, gostaria de subscrever esse requerimento do deputado Nilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor deputado Nilson Gonçalves, o deputado Kennedy Nunes passa a subscrever o requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos profissionais de imprensa Hélio Costa, Antônio Neto, Sérgio da Costa Ramos, Roberto Motta, Gilberto Gonçalves, João Ari Dutra e Ariel Bottaro Filho (*in memoriam*), cumprimentando-os pela homenagem recebida da Associação Catarinense de Imprensa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente regional da Epagri de Tubarão, cumprimentando-o pelas atividades desenvolvidas por aquela gerência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à empresária Olga Gaboardi, cumprimentando-a pela doação de área para a instalação da UFSC em Curitiba.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pediria para assinar também este requerimento pela importância e pelo mérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, deputado Onofre Santo Agostini, o deputado Professor Grandó passa a subscrever também o requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos de Ipira e Peritiba, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Ipira, Peritiba e Petrolândia, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Cultural Esportiva e Social Per Tutti de Ascurra, cumprimentando-o pela realização da Festa Per Tutti.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à prefeita municipal de Nova Trento, cumprimentando-a pela inauguração da nova sede administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Petrolândia, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Peritiba, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Peritiba, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que requer prioridade na discussão e votação da matéria objeto do PLC n. 0015.3/2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes solicitando a instalação de iluminação na rodovia BR-280.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e à Frente Parlamentar Catarinense, visando estudos e alteração da legislação pertinente à validade nacional da Carteira de Identidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando a criação de subsídios para os suinocultores catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Terminada a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quando assistimos a um comercial na televisão ele pode nos chamar a atenção de forma positiva ou negativa. E quero nesta tarde, ocupando este horário, tratar de um comercial de uma rede de televisão que me sensibilizou, que é o comercial que trata do anúncio institucional do aniversário de 50 anos de existência do Grupo RBS em nosso país. Trata, pois, de um anúncio institucional, de uma menina surda-muda, incentivada pela mãe, que tenta interagir com outras crianças que brincam em uma praça. No início é difícil, mas alguém toma a iniciativa de tentar se comunicar com a criança, e novas oportunidades se abrem para todos.

(Passa a ler.)

"Fiquei sensibilizado, sim, pois fiquei imaginando as dificuldades pelas quais passam essas crianças e jovens, principalmente no ambiente escolar, e procurei mais informações acerca do assunto. Foi quando descobri que todos os colégios e universidades federais do país são obrigados a contratar intérpretes da língua dos sinais para que os surdos possam acompanhar as aulas. Segundo o mesmo decreto, todas as universidades públicas e particulares incluíram Libras - a língua brasileira de sinais - nos cursos de formação de professores.

É uma medida louvável, tendo em vista que segundo o censo do ano de 2000 temos cerca de seis milhões de pessoas com deficiência auditiva. Isso corresponde a 3% da população brasileira. De acordo com o Ministério da Educação, existem mais de 60 mil alunos surdos da educação infantil ao ensino médio, ou seja, 0,12% do total. E é uma pena que esse percentual diminua para 0,02% no ensino superior, ou seja, é muito difícil para os portadores de deficiência auditiva chegar até a universidade.

A boa nova é que o primeiro curso superior voltado para a formação de professores da língua de sinais no Brasil é coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina. O curso de Licenciatura em Letras/Libras tem o objetivo de formar professores para atuar no ensino da língua de sinais. É desenvolvido na modalidade a distância, em rede nacional, com a participação de nove instituições educacionais. Como parlamentar, fiquei feliz pelo nosso Estado mais uma vez estar à frente. Mas nesse mesmo momento surgiu a minha preocupação em relação à inclusão dos pequenos catarinenses com problemas de audição nas nossas escolas estaduais.

Gostaria de incentivar a Secretaria de Estado da Educação a providenciar a presença de pelo menos um intérprete da língua de Libras em cada estabelecimento educacional catarinense. Gostaria de ver cursos de Libras sendo ministrados nas salas de aula, todos os anos, para garantir aquele pequeno gesto que nos tocou na propaganda da RBS, a comunicação, a interação.

'Seria ótimo se todos nós soubéssemos a língua dos sinais, mas não é essa a realidade. Vivemos num mundo de ouvintes'. Esta frase é de Maria Aparecida Leite Soares, que trabalha com crianças surdas na Universidade Federal de São Paulo. E é verdade. Neste mundo de ouvintes, dificilmente paramos para nos preocupar com uma dificuldade que não é a nossa. Nesse mundo de ouvintes, apesar de não portarmos deficiência física, muitas vezes não conseguimos perceber a existência de um universo diferente do nosso, o universo da deficiência auditiva. Mas que é real, muito real.

Quero parabenizar, pois, o grupo RBS, não só pelos seus 50 anos de atividades, mas também pela sensibilidade de comemorar esta data sem excluir, mantendo vivo o seu compromisso comunitário."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Boa-tarde sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, abri o jornal *Diário Catarinense* no dia de ontem e uma frase me chamou atenção: "Deus foi muito bom com o Brasil, porque colocou uma figura como Fernando Henrique para governar na crise e Lula em um momento de bonança." Frase do senador Artur Virgílio, do PSDB.

O que me chama muito a atenção é que não querem admitir que o Brasil esteja num momento estratégico, não simplesmente por vontade de Deus, mas porque é o momento em que entramos numa construção muito consciente do governo Lula, um momento em que o Brasil entra num crescimento seguro. Inclusive muita gente nunca ganhou tanto dinheiro como nestes últimos tempos com a valorização do salário mínimo, com investimentos do BNDS na estruturação do nosso país.

Não é por acaso que o Brasil avança com o fortalecimento do estado e da política pública, tanto de empresas públicas como é o caso do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal que estão investindo em habitação, saneamento e tantas outras políticas de investimento do estado. A capacidade do nosso país é investir mais de R\$ 500 bilhões, sem buscar um real do FMI.

Deputado Reno Caramori, eu comecei a atuar nos movimentos sociais discutindo: "Fora FMI". Hoje não temos mais nenhuma dívida com o Fundo Monetário Internacional, melhor, estamos com uma condição muito positiva, pois a nossa reserva cambial é maior do que a dívida externa do país. Isso dá condição do Brasil disputar e de olhar para o mundo. E o governo Lula é quem tem feito isso, enquanto outros governos, o próprio Fernando Henrique, ficavam de joelhos para os Estados Unidos tentando forçar uma relação comercial, onde o Brasil sempre levava o pior.

O governo Lula foi para a Arábia, para a Índia, para a China e outras regiões buscar mercados importantes de exportação, de relações comerciais que têm crescido muito, melhorado a balança comercial e dado um belo superávit para o Brasil.

Não querer admitir isso é fechar os olhos para esse novo momento que o país vive. Os trabalhadores brasileiros, com a melhoria do poder aquisitivo, com o salário mínimo maior do que US\$ 200,00 está comprando e conseqüentemente as indústrias estão produzindo, o comércio rendendo e o Brasil arrecadando impostos. Outro fator importante é justamente a cobrança de impostos dos grandes, que nunca pagavam, que sonjavam impostos e conseqüentemente o país não tinha poder para investimentos externos, para políticas públicas e para construir os grandes programas sociais.

Os programas Bolsa Família e Fome Zero têm dado uma condição diferenciada para a população pobre, de baixa renda, que agora também pode entrar no mercado, consumir, se alimentar e contribuir com o desenvolvimento.

O controle da inflação hoje, sem planos artificiais, mas com uma política séria, austera, de investimento, constrói a política estratégica e séria da diminuição dos juros mês a mês, criando uma condição melhor para investimentos, apostando na continuidade do mercado interno e na construção e possibilidade das nossas indústrias produzirem para o mercado brasileiro.

Essa condição vem se expandindo a cada momento, assim como a construção de políticas sociais de combate à pobreza que são estratégicas também, mas não devem ser permanentes, pois é preciso, num primeiro momento, garantir a segurança alimentar, porque uma criança com fome não estuda, uma família com fome não trabalha, não tem perspectiva de buscar um trabalho. É preciso pensar o futuro do Brasil. Agora, não querer admitir que estamos num novo momento interno no Brasil... É verdade que nós temos uma política externa importante, mas não foi construída com programas, com planos aventureiros que duram algum tempo e depois acaba sobrando para a população brasileira.

Assim, nesse segundo mandato do nosso presidente Lula está-se construindo grandes estratégias de desenvolvimento no país; está-se discutindo o PAC; está-se discutindo um plano para a educação; está-se discutindo um plano de segurança pública. Isso com certeza é olhar para o futuro com segurança; é olhar pela população brasileira olhando pelos trabalhadores; é olhar pelas micro e pequenas empresas construindo uma política nacional de garantias. Com certeza essa estratégia visa fortalecer as nossas políticas de estado, as nossas políticas públicas.

Chama-me muito a atenção essas declarações de quem ainda não quer admitir que o nosso Brasil está no rumo de uma política segura e que não precisamos manter artificialmente uma moeda forte, que cada vez mais se transforma em uma moeda forte, porque tem segurança na política econômica, na política de juros, na política de inflação e na relação comercial com os outros países.

Vamos viver, com certeza neste segundo mandato... Muitas vezes os segundos mandatos são piores que os primeiros, mas temos a convicção e a certeza de que com a estratégia do governo para a economia brasileira, teremos uma grande perspectiva de um segundo mandato com mais investimentos, com mais política pública para a sociedade nas mais diversas áreas de políticas de estado.

Então essas palavras de não-reconhecimento do que vem acontecendo neste novo momento que o Brasil vive, com certeza é por não reconhecer essa perspectiva do presidente Lula em reconhecer as grandes demandas do país, de construí-las com muita segurança e enfrentá-las com muita tranquilidade, olhando de fato para o futuro pelos próximos dez ou vinte anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, já que estamos falando tanto em economia nesta Casa, falando da economia do país, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar os economistas, pois ontem foi comemorado o Dia do Economista.

Gostaria que ficasse registrado nesta Casa os meus parabéns a essa classe que tem contribuído tanto com o governo, com as empresas privadas e com a sociedade num todo.

Parabéns a todos os economistas do estado de Santa Catarina pelo seu dia ontem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Está registrado nos anais desta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, sras. deputadas, queremos comunicar a este Plenário, a viva voz, o recebimento de um ofício do secretário de estado de Coordenação e Articulação, Ivo Carminati, bem como do secretário de estado de Cultura, Turismo e Esporte, Gilmar Knaesel, e da presidente da Fundação de Cultura do Estado, professora Elisabete Nunes Anderle.

Para este deputado é uma alegria, e para esta Casa também, que por nossa iniciativa, e foi aprovado por unanimidade em plenário desta Assembléia no dia 10/04/07, indicação que solicita ao senhor governador providências para trazer os restos mortais do poeta Cruz e Sousa para Florianópolis.

O processo foi encaminhado ao secretário de Cultura, Turismo e Esporte, ao deputado Gilmar Knaesel, a sra. diretora-geral da Fundação de Cultura, professora Elisabete Anderle, que submeteu ao Conselho Estadual de Cultura no dia 22 de maio de 2007. E o parecer do Conselho Estadual de Cultura, por unanimidade, é que esta iniciativa de trazer os restos mortais do poeta Cruz e Sousa se realize.

Então, quero comunicar a v.exas. que a nossa indicação foi aceita, é um evento que considero da maior respeitabilidade cultural, e o governador Luiz Henrique da Silveira assim quer fazer. Vamos homenagear, já que é uma decisão do Conselho de Cultura. Quiçá nesse dia em que virão os restos mortais, seja anunciado um concurso estadual, nacional ou internacional, porque Cruz e Sousa é considerado o maior poeta negro do mundo, um concurso de poesias, de contos e de ensaios sobre essa grande personalidade que deu o nome ao nosso palácio Cruz e Sousa e que representa Santa Catarina em sua grandiosidade. Representa ele o que há de mais belo, apesar de todo o seu sofrimento, apesar de tudo o que passou, mas a sua obra é vitoriosa para as gerações futuras, e Santa Catarina tem que valorizar o que chamo de suas personalidades. Faz parte da nossa história.

Outro assunto que gostaria de comunicar a v.exas. é que fui representar o presidente desta Casa, portanto, esta Casa, na reunião que articula a III Conferência Nacional do Meio Ambiente. Essa conferência tem como tema para ser discutido em todo o país as mudanças climáticas.

Realmente é um assunto inerente à ordem do dia, além de ser importante que tenhamos esse conhecimento das conseqüências da mudança climática, do efeito estufa, do aquecimento, e como subtema para ser discutido em sete regiões do estado, e depois numa grande conferência estadual para confirmar os delegados que irão a Brasília.

Teremos na III Conferência Nacional do Meio Ambiente quatro subtemas que serão discutidos:

Aspectos Científicos das Mudanças Climáticas. É um dos subtemas dessa Conferência. Depois temos: O Regime internacional das Mudanças Climáticas. Essa questão não se resolve somente através de um país, tem que haver toda uma política, uma interligação de todos os países e com nosso planeta Terra.

O Brasil e as Mudanças Climáticas. E finalmente a Educação Ambiental e as Mudanças Climáticas. Serão esses os quatro subtemas discutidos na III Conferência Nacional do Meio Ambiente.

Amanhã, às 13 horas, estará aqui na Assembléia, visitando a comissão de Turismo e Meio Ambiente, convidado por nós, o representante da III Conferência Nacional do Meio Ambiente a ser realizada em Santa Catarina. Assim, nós, como Poder Legislativo, além de estar ajudando a realizar essa Conferência, poderemos encaminhar essas discussões das mudanças climáticas, bem como o relacionamento que existe com a água, com o meio ambiente, com a proteção ambiental, que é o papel e o trabalho de um novo homem que irá surgir, um novo homem com hábitos melhores, diferentes, mais coerentes e honestos.

Teremos, pois, uma nova agricultura, valorizando os produtos, um novo homem que se democratiza na questão ambiental e participa da responsabilidade, porque ninguém vai se salvar sozinho. Todos nós temos que estar juntos nessa luta do meio ambiente.

E digo mais, a luta do meio ambiente, além da paixão, além da vontade que nos desperta para esse chamamento, também pressupõe que devemos ter algum conhecimento científico, saber quais são os gases de efeito estufa e como ocorre. Como eu disse, de uma maneira mais fácil isso poderá ser entendido por todos com muita coerência e é por isso que o dever desta Casa é divulgar, trabalhar, ajudar e patrocinar essas conferências, palestras, para que, com a forma da transversalidade, esse assunto do meio ambiente passe a ser discutido em todas as escolas.

Eu sempre digo que não há palavra mais transversal do que a palavra água. Água, nós sabemos que é vida. A água esta relacionada à saúde, então é transversal à saúde. Nós sabemos que 70% das doenças são transmitidas através da água não tratada, como o tifo, hepatite, malária, enfim, todas as doenças que nós sabemos que a água transmite. Os hospitais praticamente lotam os seus leitos com 70% das doenças provenientes da água, que poderão ser combatidas de forma preventiva através do saneamento.

Então, água também é transversal ao saneamento, porque sem água não teremos saneamento. Então é necessário termos água para ter saneamento, para ter saúde, para ter uma melhor qualidade de vida, de higiene, porque o nosso planeta é composto de 72% de água e também o nosso corpo é composto por 72% de água.

Vejam como há uma relação do fruto da evolução e do cuidado que nós temos que ter em proteger a natureza e ter este conhecimento o mais amplo possível.

Nós queremos que toda Santa Catarina se mobilize e participe da III Conferência Nacional do Meio Ambiente, sendo delegado em cada uma das oito regiões das mesorregiões que serão mobilizadas. Depois teremos o encontro estadual e os delegados irão para Brasília ou para Foz do Iguaçu, porque as decisões desta Conferência farão parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Então, cresce a consciência ambiental, mas para isso temos que ter a participação, pois é um governo participativo, é um desencadeamento democrático em nível de igualdade, desde o mais jovem ao mais idoso; desde o professor que estudou mais a matéria ao que quer aprender, todos estão convidados para participar desta III Conferência Nacional do Meio Ambiente.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Com certeza, deputado Professor Grandó, caiu na mão certa, porque v.exa. é o homem que gosta e que entende de meio ambiente.

Recebi de v.exa. esse *folder*, mas aqui não tem data nenhuma de quando vão acontecer as estaduais e as municipais. Eu não consegui visualizar.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Será marcado por essa equipe e a conferência será no ano que vem.

O Sr. Deputado José Natal - A Nacional eu sei que será no ano que vem, mas as estaduais é que não têm a data definida, ainda.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pode ser ainda no final deste ano - aliás nenhum estado fez, está começando hoje no Pará -, ou no início do próximo ano.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Gostaria de parabenizar v.exa. por trazer este tema presente que é, com certeza, um dos grandes temas neste momento, tanto no Brasil quanto fora.

Parabenizo também a equipe que está coordenando a conferência. Acho muito importante a sociedade, os estados estarem participando, se envolvendo, pois muitas pessoas não fazem nada não porque não queiram fazer, mas muitas vezes por não conhecer.

Tive a oportunidade de participar da III Conferência de Segurança Alimentar há poucos dias, e acho que essas conferências, esses momentos, são importantes porque massificam, trazem presente o debate para a sociedade, para a imprensa, para todo o conjunto.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Deputado Dirceu Dresch, realmente, nós sabemos que está relacionado à agricultura, que v.exa. tanto defende, mas também está relacionado às microbacias, que é o futuro e o desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, como disse na intervenção que fiz no horário dos Partidos Políticos, a imprensa hoje está repleta de notícias, deputado Jandir Bellini, que demonstram, mais uma vez, o grande volume de trabalho que a Oposição tem nesta Casa.

A primeira é intrigante, da coluna do Moacir Pereira, e diz que o avião da Epagri, que atendia à secretaria da Agricultura, foi cedido para a Celesc.

E aí eu me preocupo, primeiro porque o PMDB está reclamando que o Eduardo Moreira, que é o presidente da Celesc e do partido, não está cuidando do partido, tanto que estão na mesma coluna do Moacir Pereira as reclamações dos deputados João Matos, Celso Maldaner, Valdir Colatto de que o Eduardo Moreira não está cuidando do partido.

(Passa a ler.)

"Prefeitos avaliaram as críticas dizendo que o PMDB vem perdendo o discurso e eleitores."

Estão reclamando do Eduardo Pinho Moreira.

Será que esse avião foi colocado à disposição da Celesc para servir a Celesc? Será que é para o presidente da Celesc ou para o presidente do PMDB fazer campanha para o ano que vem ou para fazer campanha para governador, já que ele é candidato antecipado?

Temos que ficar atentos, deputado Reno Caramori, porque esse processo lá no TSE também já está dando dor de cabeça por ações do Eduardo Moreira. Onde há ação do Eduardo Moreira temos que ficar preocupados. Quanto a esse avião da Epagri que foi colocado à disposição do Eduardo Moreira, nós precisamos ficar atentos! Isso deve ser para fazer campanha para o ano que vem e para 2010. Vamos ficar ligados, portanto!

E por falar ainda em Eduardo Moreira, que coisa feia ele está falando do deputado Clésio Salvaro, deputado Manoel Mota? V.Exa., que é líder da bancada do PMDB, tem que pedir para o dr. Eduardo Moreira respeitar um pouco mais o deputado Clésio Salvaro.

Quero cumprimentar o deputado Clésio Salvaro pela resposta que deu. O Deputado Clésio Salvaro disse o seguinte: "Grandeza política não é o forte de Eduardo Moreira". Quem está dizendo isso é o deputado Clésio Salvaro, que respondeu à altura.

O dr. Eduardo Moreira, presidente do PMDB, ficar agredindo o deputado Clésio Salvaro só porque ele, responsável que é, independente que é, assinou a CPI da Casan para investigar?

Por que o dr. Eduardo Pinho Moreira está preocupado, deputado Kennedy Nunes? Será que o dr. Eduardo Moreira também tem algo a esconder na Casan? O que será que há? Por que essa agressividade do dr. Eduardo Moreira com o deputado Clésio Salvaro?

Parabéns, deputado Clésio Salvaro por ter respondido à altura, por ter mostrado que v.exa. não se intimida diante do poderoso chefe Eduardo Moreira.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Joares Ponticelli, quando o senhor fala que talvez o dr. Eduardo Moreira possa estar com tanta preocupação com a CPI do Cano, eu posso lembrar-me de uma declaração que o presidente da Casan, Walmor De Luca, deu. Ele falou para o jornal *A Notícia* que todos os candidatos da base, da Tríplíce Aliança, desde governador, senador, deputados eleitos, todos eles se beneficiaram da Casan. Palavras do presidente da Casan, Walmor De Luca. Talvez eu entenda a preocupação do dr. Eduardo Moreira, que na época era o ordenador maior de despesas do estado, pois estava no exercício do governo do estado, automaticamente tinha co-responsabilidade das ações governamentais ou das ações da Casan. Talvez por isso a preocupação dele com relação ao fato de um deputado independente assinar um item básico de um parlamentar, que é investigar algo com um fator determinado.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Faz sentido, meu líder, porque o dr. Walmor De Luca não foi contido ainda pelo governo e realmente declarou, na semana passada, que não foi só uma candidata que foi beneficiada; que a Casan também beneficiou o governador Luiz Henrique, beneficiou outros candidatos a deputados federais e estaduais. Portanto, faz sentido. Deve ser essa a preocupação maior do dr. Eduardo Moreira. Então, vamos ficar atentos, deputado Dirceu Dresch, porque está em curso a campanha do dr. Eduardo e parece-me que ele já começa a atropelar e a agir da forma que bem sabe.

Mas um outro assunto que vem ganhando espaço, deputado Silvio Dreveck, na grande imprensa estadual desde sexta-feira é o voto do relator no TSE do pedido de cassação do governador Luiz Henrique, proposto pela coligação Salve Santa Catarina, ação essa que foi derrotada aqui no Tribunal Regional Eleitoral por quatro votos a dois e que tem agora o primeiro voto proferido pelo ministro José Delgado, que foi quem leu e estudou com profundidade a matéria e já deu o voto favorável pela cassação do mandato.

No primeiro voto já está comprovado o abuso do poder econômico, o uso da máquina, e o governo está tão perdido na defesa, deputado Jandir Bellini, que está dizendo que é um absurdo porque ele não fez nada, porque ele tinha até renunciado.

Ora, todos nós sabemos que ele renunciou porque o Eduardo Moreira exigiu a aposentadoria. Ele renunciou para deixar o Eduardo Moreira por oito meses no governo para ficar aposentado para o resto da vida com R\$ 22 mil por mês. Isso foi um negócio! O Eduardo Moreira exigiu isso e o Luiz Henrique renunciou por isso. E é claro que aí deu mais liberdade para o Eduardo Moreira usar a máquina, tanto que uma das peças que está na ação é a lei da isenção das motocicletas que Eduardo mandou para esta Casa seis dias antes da eleição, depois de o candidato Amin ter prometido. Daí eles mandaram uma lei correndo para cá.

Mas o restante da ação é toda anterior, deputado Reno Caramori. O governador parece que não conhece a matéria, tanto é que já trocou de advogado. Se não está preocupado, por que trocou de advogado? Contratou, agora, para fazer a sua defesa o dr. José Eduardo Alckmin. Alckmin é um sobrenome árabe que, traduzido para o português, significa alquimia. Alquimia é fazer magia, é transformar terra em ouro, madeira em ferro. Talvez tenha contratado já para fazer alquimia, porque o advogado que estava até agora foi despachado. Por que despacharam o advogado que estava tratando do processo até agora e chamaram um alquimista? Quem é esse advogado? Foi ministro do TSE por nove anos, de 1991 a 2000. Antes de chegar ao TSE, atuou como conselheiro da OAB, entre outros cargos. Nas eleições de 2006 defendeu o primo presidenciável, Geraldo Alckmin, do PSDB. Se contratou gente grádua, é porque está preocupado. Contratou alquimista. Está preocupado.

Na verdade, deputado Reno Caramori, eu não sei qual será o final do julgamento, mas o puro voto do ministro relator já comprova que este governo que aí está não tem credibilidade e deve à Justiça!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e visitantes que nos dão a honra de visitar este Parlamento, como é interessante acompanhar, ver e ouvir o pronunciamento do eminente deputado Joares Ponticelli. Acredito que ele deve ter uma fábrica de agulhas para discos, porque já deve ter gastado milhões delas. O discurso muda bem pouco e a crítica é sempre a mesma todos os dias.

Ele sabe perfeitamente que foi governo e que foi líder da bancada do governo nesta Casa. Ele esqueceu que no seu governo a Celesc federalizou uma dívida de R\$ 1 bilhão. Agora a Celesc já pode pegar um avião! Tem dinheiro para ter um avião para utilizar. E antes, no governo do deputado Joares Ponticelli, tiveram que federalizar a dívida da Celesc. Não foi só a Celesc. Eles também pegaram o Ipsc. Quebraram e depois federalizaram a dívida do Ipsc.

Acho que a memória do deputado Joares Ponticelli é boa para uma coisa, mas ele esquece de outras coisas. Mas nós temos memória para reviver o seu governo a cada momento. Há um problema crucial em Santa Catarina. O primeiro governo do deputado Joares Ponticelli quebrou o Besc e entregou-o para o saudoso governador Pedro Ivo, que era da terra do deputado Kennedy Nunes, de Joinville, para salvá-lo. Veio de Joinville para salvar o Besc. Aí, num segundo momento, a primeira declaração foi que o Besc estava quebrado - isso para todos tirarem o dinheiro e ele quebrar. E o Besc quebrou e conseguiram fazer com que o banco fosse federalizado, com uma dívida de R\$ 2,150 bilhões. E serão necessárias muitas máquinas para saber quem pagou essa conta e aqueles que não a pagaram.

Foi o seu governo, deputado Joares Ponticelli, que elevou a dívida pública de R\$ 4 bilhões para R\$ 8,5 bilhões. E o governo do estado, que pagava R\$ 40 milhões da dívida pública por mês, hoje paga mais de R\$ 80 milhões porque a dívida foi elevada de R\$ 4 bilhões para R\$ 8,5 bilhões.

O eminente deputado Joares Ponticelli pensa que a nossa memória é curta, que nós não lembramos disso, que nós não conseguimos lembrar de um governo tão recente. Por que foi derrotado nas urnas por duas vezes? Porque não cumpriu o seu compromisso com a sociedade catarinense. E com a caneta na mão, perdeu a eleição para um cidadão que era prefeito, Luiz Henrique da Silveira, mas que passou a ser um cidadão comum porque renunciou à prefeitura, disputou a eleição e ganhou.

Agora estão criticando, mas foram poucos neste Brasil que tiveram a coragem de renunciar ao governo do estado, podendo estar com a máquina na mão, fazer campanha com a máquina, como outros fizeram. Mas Luiz Henrique foi correr o estado com o seu carrinho, fazendo a campanha política em Santa Catarina e novamente derrotou nas urnas o candidato dos deputados Joares Ponticelli e Kennedy Nunes.

E aí um parecer de um voto será muito questionado, há muita água para passar por baixo! Não é por problemas financeiros, porque colocou a mão! Não! Sabem o que é a denúncia? Publicidade. "Supremo Tribunal Federal confirma condenação a Maluf no caso do Paulipetro". Quer dizer, ele está condenado por roubo, por dinheiro desviado e não por publicidade.

Então, sou obrigado a falar porque a memória aqui é bastante ativa!

E está aqui outra matéria sobre sanguessuga: "O ex-deputado Lino Rossi, preso pela Polícia Federal, era o chefe da quadrilha". Felizmente, do partido do deputado Joares Ponticelli. Isso está na imprensa, nos jornais de São Paulo! Eu não estou aqui inventando! Estou falando a realidade.

Então, evidentemente que não dá para ouvir essas coisinhas sem buscar uma resposta. E como eu estive há poucos dias em tratamento, o deputado Joares Ponticelli disse que iria tolerar um pouquinho. Mas hoje ele não perdoou, não. Ele veio quente. Mas nós estamos preparados para qualquer missão.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu ouço v.exa. que, com certeza, vem contribuir com meu pronunciamento para que possamos resgatar o homem ético, o homem profissional, o homem comprometido com a sociedade, como é Luiz Henrique da Silveira, governador de Santa Catarina eleito pelo voto popular. E renunciou ao mandato para disputar de igual para igual. Ele não fez como o outro, que disputou com a caneta na mão e perdeu a eleição.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado Manoel Mota. Eu ainda vou ser governo de Santa Catarina e v.exa. vai ser meu líder, com certeza, porque é um grande parlamentar.

Mas se for para voltar ao passado, e vamos voltar, já que v.exa. falou do governo do deputado Joares Ponticelli, queremos dizer que o governo dele, em quatro anos, editou 33 medidas provisórias aqui nesta Casa, quando era governo. O nosso governo de Luiz Henrique da Silveira, do qual eu faço parte com muito orgulho, em quatro anos e sete meses só editou 29.

Mas eu pensei que o deputado Joares Ponticelli viria a esta tribuna hoje dizer à sociedade de Santa Catarina, já que ele é ligado à área da educação, que ele assistiu uma matéria em nível nacional, ontem, que mostrou que o governo de Santa Catarina, numa parceria com a Polícia Civil e a Unisul, permitiu que as máquinas de bingos presas fossem adaptadas para serem colocadas nas escolas públicas e ensinar os jovens, através de um programa, como não usar drogas, os malefícios dela, o português e tantas outras coisas.

Nós fomos matéria em nível nacional, ontem. Todas essas máquinas estavam jogadas num pátio e o nosso governo, que é voltado realmente para o desenvolvimento, foi o primeiro da federação a utilizar essas máquinas, colocando-as para o aprendizado dos jovens do nosso estado.

Mas acho que ele não conhece tanto de educação, como já coloquei na tribuna. Acho meio perigoso que ele não traga realmente nada de produtivo para uma sessão, como veio agora querer colocar o governo em xeque por causa de um voto num processo. O Maluf está enganando este país há quantos anos! E agora, que foi condenado... E se for! A revista *Veja* traz aquela matéria que eu coloquei sobre as fugas que tem realmente, que até agora deram benesses ao Maluf, à turma do PT e há tantos outros que escorregam, lamentavelmente, contra o dinheiro do povo.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu, evidentemente, tenho essa preocupação. Gostaria de fazer um levantamento no serviço de taquigrafia para ver, nesses quase cinco anos do governo Luiz Henrique, qual é o pronunciamento do deputado Joares Ponticelli que veio contribuir com alguma coisa.

Será que todo mundo está errado e só ele está certo, que só sabe criticar? Mas as respostas têm sido dadas à altura, porque quando se trata de um homem de bem, um homem comprometido com a sociedade, um homem que quer construir Santa Catarina, um homem que se dedica de corpo e alma, como Luiz Henrique, não merece esses tipo de críticas, muito pequenas e muito insignificantes.

Por isso, vamos trabalhar com garra, com responsabilidade, porque o povo catarinense precisa de decisão.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente. O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Eu quero neste momento para não cometer injustiça, já que falei, dizer e parabenizar a Unisul, pois verifiquei ontem no Jornal Nacional que os seus alunos da área de Tecnologia fizeram um trabalho voltado para a sociedade de Santa Catarina.

Parabenizo a Unisul e outras entidades que estão voltadas a desenvolver esse programa para os jovens do estado de Santa Catarina. Parabéns a essa parceria!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Srs. deputados, na semana que passou usei esta tribuna e usei o microfone de apertar para discutir o comportamento deste Parlamento e as questões a serem debatidas aqui. E volto a falar que quando estive aqui, deputado Kennedy Nunes, quando vi que tínhamos dez minutos para o debate, acreditava eu que esse tempo era muito pouco para um grande debate. Esta é a Casa do debate, do contraditório, da discussão de grandes projetos, mas no decorrer dos dias que tenho passado aqui já correu uma lista, se não me engano de autoria do deputado Serafim Venzon, no sentido de que esse tempo que temos para Explicação Pessoal e Breves Comunicações diminuiu para cinco minutos. E fui totalmente contrário a assinar essa diminuição do tempo, porque acho que aqui temos que debater grandes projetos, as questões do nosso estado, do nosso país, pois não são poucos os problemas que temos que debater.

Realmente estou-me convencendo de que os dez minutos é muito tempo mesmo. Talvez devêssemos ter apenas cinco minutos, porque o que quero e o que queremos é um debate de idéias, de projetos, de ações para o estado de Santa Catarina. E esses cinco minutos seria um bom tempo. Que me desculpe a Oposição, alguns deputados da Oposição, mas o assunto da semana, do mês passado, do início, de quando cheguei aqui, da semana passada continua sendo o mesmo. Não se discute um projeto, e desculpe-me o líder, o presidente do seu partido, deputado Kennedy Nunes, mas eu não vi o deputado que tem o meu maior apreço subir nesta tribuna e discutir um único projeto para este estado, para a nossa gente catarinense. Quando aquele deputado ocupa esta tribuna é o mesmo assunto de três meses atrás, é o mesmo assunto da semana passada, é o mesmo assunto quando fala no horário político e quando fala em Explicação Pessoal. É sempre o mesmo assunto.

Portanto, já estou ficando convencido também, deputado Professor Grando, que em árvore que não dá fruto ninguém atira pedra. E o assunto Eduardo Moreira, queira ou não queira, está todos os dias aqui. Eu já estou achando, e tenho certeza, que o Eduardo Moreira tem bons frutos; por isso, a grande preocupação do deputado Joares Ponticelli. Quanto ao Luiz Henrique, então, pelo amor de Deus! Se o apagão aéreo fosse responsabilidade de Santa Catarina, coitado do governador Luiz Henrique da Silveira. E por pouco já não estão aqui culpando-o pela queda do avião da TAM, porque só falta isso.

Agora o governador já está julgado por um voto. E o governador fez um ato heróico, pois renunciou e não se licenciou do governo do estado para concorrer às eleições em igualdade de condições. Mas agora talvez o crime fosse ter renunciado para poder concorrer às eleições em igualdade de condições.

Eu sei que existe partido, deputado João Henrique Blasi, nosso líder do governo, em que os votos começaram a minguar, existe partido que está com dificuldade de conseguir votos, e a única saída para chegar ao poder é só o tapetão, porque pelos votos nós já vimos na última eleição que a saída é o tapetão.

Esse é um assunto que eu não queria hoje voltar a esta tribuna para discutir. Eu queria hoje, meu líder, discutir o sistema de pedágio das rodovias do nosso estado e do nosso país, mas como foi novamente retomado esse assunto, em que o Eduardo Pinho Moreira daqui a pouco será presidente da Casan, e gostaria de dizer que se existe uma CPI é para investigar e que não se pode, antes da instalação da CPI e da nomeação dos seus integrantes, fazer julgamento. O líder do PP já assomou a esta tribuna e fez o prejulgamento. E julgou tanto que já estava quase falando que o Eduardo Pinho Moreira é o presidente da Casan. Só faltou também dizer que Eduardo Pinho Moreira não é mais presidente da Celesc, que é presidente da Casan.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Elizeu Mattos, a propósito do assunto ventilado há pouco na tribuna e agora também referido por v.exa., a respeito do julgamento que começou no TSE sobre representação feita a desfavor do governador Luiz

Henrique da Silveira, é um voto dado em sentido contrário, é um voto respeitável, como respeitável também foi um único voto divergente dado aqui no TRE de Santa Catarina contra todos os demais integrantes da Corte estadual. O princípio da colegialidade fará com que a partir de hoje os outros ministros também dêem o seu voto.

Agora, o que é fundamental, e que v.exa. colocou, é que foi o único candidato em todo o Brasil a governador que podendo permanecer no cargo e com as vantagens inerentes a ele, renunciou *sponte propria* para concorrer em igualdade de condições com todos os demais. Nenhum outro governador, muito bem disse o presidente da República, nesta ou em outra oportunidade, desvestiu-se dessa condição para concorrer em igualdade de condições.

Eu confio na Justiça do meu país, confio no pronunciamento soberano do Tribunal Superior Eleitoral, mas gostaria de fazer um registro do que disse sobre esta matéria o respeitável jornalista Moacir Pereira, na sua coluna do dia 11 de agosto, sábado, cuja parte final diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"É pouco provável que o TSE casse o mandato do governador. Luiz Henrique foi vitorioso em dois turnos, com vantagem de 173.268 mil votos. Seria uma violência contrariar a vontade popular numa polêmica de interpretação legal, e aqui vem o principal, em que não há crime ou prática de corrupção."

Quem está a dizer isso não é um correligionário do governador nem um opositor, é alguém isento que acompanha a cena política de Santa Catarina e que assim se manifesta.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu agradeço o aparte do nobre líder deputado João Henrique Blasi, mas quando o deputado presidente do PP falou no Alckmin, fez a tradução que significa alquimista. E eu, já desconfiado do que se fala aqui na tribuna, fui atrás procurar essa tradução do árabe com a minha assessoria para ter certeza se a tradução de Alckmin seria alquimista. Mas também não é assunto, porque o chefe do deputado, que esteve antes do deputado Manoel Mota nesta tribuna, é da comunidade árabe.

É o cara que chefia o deputado Joares Ponticelli que deve ter feito essa tradução. E eu não vou, deputado José Natal, desconfiar da tradução, porque deve ter sido o seu chefe que traduziu, porque quando o deputado usou a tribuna, s.exa. diz que nós temos chefe. Com certeza, se existe alguma tradução, foi realmente o chefe do deputado presidente do PP que a fez.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Edson Piriquito, com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, sr. presidente. É com muita satisfação que registro a presença no Parlamento catarinense dos alunos da Furb, de Blumenau, que estão fazendo MBA Gestão Pública, e de alunos da prefeitura de Blumenau.

Parabenizo o sr. prefeito daquela cidade por ter viabilizado a essa turma realmente aperfeiçoar os seus conhecimentos em favor da sociedade catarinense. Eu também tive a oportunidade, depois de 26 anos sem estudar, de voltar a estudar num patrocínio da prefeitura de São José, em que sou funcionário. Formei-me em Gestão Pública, Administração e Gestão de Cidades, com o meu amigo professor Francisco Pereira, que hoje para o nosso orgulho é secretário municipal de Planejamento do prefeito Dário Berger, em Florianópolis.

Ele é um dos motivadores de eu continuar no curso, porque para quem estava há 26 anos fora chegar a uma turma nova ele foi o grande alicerce. E os senhores de Blumenau com certeza estão com um grande mestre junto a vocês.

Parabéns a vocês. Parabéns ao prefeito.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quero registrar a presença e dar as boas-vindas ao nosso diretor do nosso colégio estadual João Paulo, um colégio bonito, um colégio que funciona, bem como ao Vonir Ramis e às lideranças do município de Correia Pinto, que visitam este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sejam bem-vindos os alunos da Furb de Blumenau, do município de Correia Pinto e, com certeza, de outros municípios do Vale do Itajaí.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, eu estava ali, sentado, ouvindo atentamente o discurso dos deputados. E, em tese, entendo o desespero de alguns deputados em defender o governo, até porque os seus empregos dependem disso. Mas pena que o deputado não está aqui. Eu vejo o deputado Manoel Mota, nesta tribuna, dizer que a agulha do deputado Joares Ponticelli não gasta.

Deputado Manoel Mota, o tempo da agulha já se foi. Nós estamos na era digital. A era digital não usa mais agulha, como os antigos LPs, que quebravam, pois as agulhas riscavam os LPs e não dava para dar leitura naquilo que estava gravado para a eternidade. Nós hoje estamos na era digital, do CD, do DVD, do MP3, que conseguem fazer uma leitura fidedigna daquilo que está registrado nos arquivos. É o que o deputado Joares Ponticelli tem feito aqui com muita intensidade. E para a alegria dos eleitores que querem as coisas claras e para o seu desespero, não tem como quebrar o digital, porque não dá para pegar.

Nós vamos continuar aqui, sim, dizendo das coisas e dos erros deste governo. Inclusive, quero dizer ao nobre deputado João Henrique Blasi, que veio aqui e está presente, que o governador Luiz Henrique da Silveira foi o único governador do estado a renunciar para sair como candidato. E o deputado Manoel Mota disse: "saiu com o seu carrinho por aí". E quero deixar claro para a sociedade catarinense que o governador já tinha a sua aposentadoria garantida, mas tinha que causar um prejuízo.

O que v.exa. diz que é isenção, que é coisa boa, está custando caro hoje, deputado Manoel Mota. O seu governo do PMDB, que diz que renunciou para tocar à parte, como cidadão, tomou uma atitude que custa hoje para o estado, é bom que se fale para que os alunos de gestão pública possam entender, essa atitude do governador Luiz Henrique da Silveira custa hoje para o estado de Santa Catarina uma aposentadoria até a morte do ex-governador, então vice-governador Eduardo Pinho Moreira, de R\$ 22.000,00 por mês, por oito meses de serviços prestados.

Esse é o prejuízo da ação que o governo, hoje, ou que os deputados do governo dizem que foi uma ação boa para Santa Catarina. Não, não foi uma ação boa. Foi um prejuízo. Somem isso, multipliquem por 12, multipliquem por quatro? Vejam quanto isso vai dar. Com certeza daria para fazer a reforma de algumas escolas que estão sendo fechadas por falta de manutenção.

Ouvi tanta coisa, hoje, neste Parlamento que sou obrigado a falar. Às vezes me contenho, tento ficar calado, mas é tanta coisa, é tanta ladainha, e o pior é que falam e saem do plenário. Falam e somem, mas estamos aqui como sentinelas do povo catarinense. Os deputados Elizeu Mattos e Manoel Mota vêm aqui dizer que nunca ouviram. O deputado Manoel Mota diz que vai fazer um levantamento na taquigrafia para saber o que o deputado Joares Ponticelli fez de propositivo.

Deputados, acho que v.exas. estão com amnésia. Tenho aqui, em mãos, um projeto de lei do governo de v.exas. E foi o deputado Joares Ponticelli, na comissão de Constituição e Justiça, que pediu vistas da matéria, através da qual iriam onerar mais ainda o bolso dos catarinenses.

Deputado Elizeu Mattos, v.exa. sabia que o seu governo iria criar uma taxa para cobrar do cidadão que tem telealarme R\$ 110,00 quando a Polícia fosse lá porque o alarme tinha disparado? Sabia que o seu governo, o governo do deputado Manoel Mota, do deputado José Natal, que tanto defendem aqui, iria aumentar 9.500% uma taxa pública para festas públicas de igreja? E v.exas. ficam quietinhos, e não querem que nós falemos. Se não fosse a ação da bancada de Oposição nesta Casa, dos sentinelas desta Casa, esse projeto já teria sido aprovado, e a partir do ano que vem os catarinenses teriam que pagar mais as taxas de segurança pública. É incompreensível.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não vou lhe conceder aparte, v.exa. já ocupou muito espaço hoje aqui.

É muito fácil ficar, vir aqui e querer desqualificar, como fez na última sessão o deputado Edson Piriquito. É muito fácil assomar à tribuna e dizer: "Se eu quisesse falar, eualaria". Que coisa baixa, que jogo sorrateiro, jogo em que se come a raiz de uma grama, quando se quer falar alguma coisa se pega... E aí vem o deputado Manoel Mota falar do Paulo Maluf. Deputado, o Paulo Maluf tinha que ir para a cadeia igual ao Renan Calheiros do seu partido, igual ao senador do Distrito Federal que renunciou, igual ao Jarbas e outros peemedebistas. Todos deveriam estar na cadeia. E agora com certeza v.exa. precisa não só trocar a agulha mas passar para MP3. E ouvir de v.exa. que foi o governo que quebrou o Besc?

Agora o seu governo está louco para colocar a mão no dinheirinho do Besc, que não teria, se não tivesse sido federalizado. O seu governo está louco para botar a mão na "bufunfa" do Besc, que foi conseguido pela federalização! Agora não, não tem nada a ver com isso daí! Deixa para lá! Eu creio que é bom falarmos dos assuntos de Santa Catarina. Assuntos estes que se não fosse a bancada de Oposição e do Democratas, que independentemente abraçaram a nossa luta, vocês teriam arcado mais ainda o catarinense. Se não bastasse vocês criarem uma nova aposentadoria, agora vocês querem passar a mão de novo no bolso do catarinense, onerando mais ainda as taxas de segurança pública.

Na nossa época, deputado Manoel Mota, nós não cobrávamos para o cidadão fazer um documento obrigatório, como a carteira de identidade. Nós não cobrávamos. O seu governo passou a cobrar. O cidadão para ter um documento obrigatório, hoje, tem que pagar!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Kennedy Nunes, são as manifestações do deputado criança-feliz, porque tem um deputado aqui que pensa que é Natal permanente, que veio aqui e atacou bastante na semana passada.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Ele ganhou um presente bom, o de ser deputado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Mas eu entendo. Se ele não vier fazer a defesa do governo todos os dias, de qualquer jeito, o governo o manda embora. Então, eu entendo, ele está fazendo o papel dele. Podem ver que outros deputados não vêm fazer esse tipo de jogo baixo, sorrateiro, sórdido. Vem quem está aqui de favor. Podem ver que os que vêm aqui fazer essa defesa cega e baixa é quem está aqui de favor. Por isso, vive rindo, porque está aqui de favor. Daí tem que lambear as botas todos os dias. Então, para lambear as botas não vou responder!

Agora, deputado Kennedy Nunes, se o governo tivesse nos ouvido não teria, por exemplo, cedido o prédio da Fazenda para a prefeitura de Florianópolis sem lei. E agora mandou evacuar o prédio. A Justiça mandou limpar o prédio. Não ter que mandar a lei para cá, agora.

Se o governo tivesse nos ouvido, não teria, como bem lembrou v.exa. com relação às taxas de segurança, permitido que o Eduardo tivesse cometido os equívocos que cometeu durante a campanha. Nós alertamos. Estão usando a máquina e agora tiveram que contratar um ex-ministro do TSE, alquimista, para tentar defendê-los, porque perderam o sono, deputado Kennedy Nunes, porque o voto do relator contundente é pela cassação do mandato!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, eu só queria resgatar a verdade, pois o deputado Kennedy Nunes disse que graças ao deputado Joares Ponticelli o projeto das taxas... Não! Foi graças ao governo, ao deputado João Henrique Blasi que retirou da pauta!

(Falas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Eu peço que cortem o microfone de aparte.

Com a palavra o deputado Reno Caramori por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, srs. deputados, esta é a Casa da discussão, este é o Parlamento catarinense. Alguns vêm aqui diretamente e outros indiretamente. Chama-se alguém para ocupar um cargo no Executivo e aqui assume, é óbvio, o seu suplente. Por isso entendo que eles também têm o direito de esperar, de opinar, de levantar aqui qualquer problema desde que venha em favor da sociedade.

Eu não iria ocupar a tribuna no dia de hoje, deputado Joares Ponticelli, mas tenho procurado ser muito coerente em meus pronunciamentos, até pelo respeito que tenho pelo cidadão catarinense; pelo respeito que tenho pelos srs. parlamentares, pelo trabalhador desta Casa; pelo respeito que tenho, acima de tudo, por aqueles que estão formando a sua opinião, que é a nossa juventude, e o respeito por aqueles que costumam muito assistir à TVAL, que é o nosso amigo e amiga da melhor idade, que dedicam boa parte de seu tempo para assistir o que se discute neste Parlamento.

Por isso ao fazer um aparte o deputado José Natal cumprimentou os economistas pelo seu dia, isso é muito importante. Eles são os pensadores, são pessoas idôneas, algumas entre aspas, mas na sua grande maioria, bem intencionadas, que procuram mostrar, expressar as suas experiências, os seus estudos, as suas convicções, através da imprensa escrita, falada e televisionada, e até nos bate-papos e nas palestras proferidas por eles, deputado Sílvio Dreveck.

E assim vejamos: o economista renomado Raul Velloso, que foi secretário de Assuntos Econômicos do ministério do Planejamento, um cidadão do Piauí, o catarinense teve a oportunidade de assisti-lo numa conferência em Joinville na semana passada.

O jornal *A Notícia* do dia 13 deste mês, segunda-feira, na página A-11, até sugestiva esta página, pela renomada participação desse economista, o entrevistou, e penso que muitos catarinenses leram. E lá pelas tantas, falando sobre impostos, sobre retorno para a comunidade catarinense e brasileira foi-lhe perguntado sobre o governo de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Na conversa com *A Notícia*, Velloso defendeu o enxugamento dos estados, criticou a estrutura pesada de Santa Catarina, que tem 53 secretarias, e lamentou a baixa cobrança dos brasileiros para com o retorno social dos impostos pagos ao governo." Este é o economista que tem credibilidade, tanto é que foi convidado para uma grande palestra em Joinville, na terra do governador.

E então o jornalista de *A Notícia*, assistindo a conferência, lhe fez um questionamento e uma das perguntas foi:

(Continua lendo.)

"O governo do estado de Santa Catarina tem 53 secretarias para propagar a idéia da descentralização. (É a maior estrutura do país, deputado Joares Ponticelli! Raul Velloso!) É a maior estrutura do país! Como o sr. observa esse modelo?"

O ideal é que seja o estado mais enxuto, o mais enxuto possível. Se Santa Catarina tem uma estrutura muito grande, precisa ser repensada, porque no momento atual a idéia é reduzir o peso do estado no bolso do contribuinte, para isso é preciso diminuir a tributação, e isso depende de corte

de gastos. Se há muitas secretarias, está se gastando muito, por mais que se queira descentralizar a administração. Esse modelo tem que ser acompanhado com a redução da máquina, para que o ônus do contribuinte diminua."

Parabéns, deputado José Natal, pela homenagem aos economistas. Aqui está um economista lúcido, que entende, que é analista, que diz que a maior estrutura governamental, conseqüentemente o maior gasto com a estrutura pública do governo no Brasil está no estado de Santa Catarina.

Quando o parlamentar vem a esta tribuna com constatações, com realidade, é importante, pois a tribuna é a alma do parlamentar! É através dela que ele pode externar à sociedade catarinense aquilo que ele pensa, aquilo que ele defende e aquilo pelo qual ele está aqui nesta Casa. E nós sempre defendemos, deputado Jandir Bellini, o enxugamento da máquina. É muita gente para pouco trabalho! É muita gente ganhando através do suor do nosso trabalho, e muitas vezes, não recompensa a comunidade pelo seu trabalho.

Vou arquivar isto aqui nos anais do meu gabinete. Estamos aqui já há 16 anos, espero permanecer mais um pouco. Penso que esse material deve ser bem guardado, até porque hoje é fácil arquivar através da informática, e nós vamos fazê-lo porque é para reflexão do catarinense de qualquer partido.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não! Concedo-lhe um aparte, deputado Jandir Bellini.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Deputado Reno Caramori, parabéns pelo assunto que traz a esta Casa. V.Exa. com certeza, está preocupado não em fazer oposição ao governo do estado, mas sim em desempenhar o seu papel de fiscalizador, de bem administrar o dinheiro do contribuinte.

Todos sabemos, e agora o economista traz essa matéria para elucidar ainda mais essa questão da descentralização. É viável a descentralização quando existe um custo-benefício, quando o benefício é maior do que o custo. E essa descentralização que estamos vendo, não tem trazido benefício à sociedade.

Então, cada vez mais estamos vendo uma máquina pesada, o estado com uma administração totalmente equivocada, desviando os recursos que seriam direcionados a algum cargo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que aqui estão, pessoas que nos assistem através da TVAL, as que nos ouvem pela Rádio Digital, a minha saudação.

Não dá para o cara olhar para o lado! Aqui se olhar para o lado eles avançam! Eles avançam! E com uma cara de coitados, com um jeitinho de puritanos, que parece que são todos eles as pessoas que condecoram aqueles que são merecedores do mais nobre merecimento de elogio da vida que todos nós podemos viver.

Parece que eles são as pessoas que definem o que é o bom e o que é o ruim. Parece que eles é que sabem separar, sabem analisar e estão com o preparo necessário, deputado Manoel Mota e srs. deputados.

Quem é, com todo o respeito, v.exa., deputado Kennedy Nunes, para falar de jogo baixo e jogo rasteiro? V.Exa. não está no plenário, então vou olhar para a câmara para que me veja do seu gabinete.

Quem é v.exa. para falar disso? V.Exa. em todos os momentos tenta utilizar as mais hábeis estratégias para poder alavancar, para poder galgar, para poder se promover politicamente. V.Exa. teve a ousadia de trazer, aqui nesta Casa, a revista *Veja* falando do prefeito Marco Tebaldi naquela relação da miss. V.Exa. fez diversas peripécias, teve diversos comportamentos que já demonstraram qual é o seu perfil, e agora, vem falar em comedor de raiz de grama? Me dá licença! E peço a atenção de v.exa. para que observe o que diz, para que saiba o que está dizendo, porque v.exa. não sabe o que está falando.

E no seu gabinete, ao chegar no banheiro olhe no espelho e faça uma reflexão, e veja o que v.exa. tem feito pelo povo catarinense e a forma que tenta repassar.

Quem é v.exa. para falar alguma coisa de mim? Lave a sua boca bem lavada, sr. deputado, com todo o respeito, para não cometer essas infâmias que v.exa. vem cometendo aqui no plenário.

E o deputado Joares Ponticelli, presidente partidário falando de suplente? Não merece os votos que a legenda lhe deu. Ou ele acha que sozinho se tornou deputado? Que ele sozinho tem voto para ser deputado? Alguém aqui nesta Casa tem voto, sozinho, para ser deputado? Ou alguém aqui está sem ser deputado?

Então, antes de v.exas. falarem de suplente, devem primeiro fazer uma reflexão! Não é isso que o povo catarinense quer. Aqui todo mundo é deputado igual, não tem isso.

E tem uma coisa: se fôssemos analisar esta questão de votos, deputado Nilson Gonçalves, aqui existem seis deputados eleitos com menos votos do que eu! Existem seis eleitos com menos votos do que eu!

Eu nunca falei isso! Nunca falei isso, porque aqui nós não estamos mais medindo pelo voto, passou a eleição dá um *reset*, zerou. É todo mundo igual e começa a nova corrida até o próximo pleito.

Agora sim, é aqui que nós temos que ter a responsabilidade de trabalhar e bem representar o povo catarinense. Essa conversa de suplente é uma vergonha, principalmente dita por um deputado de três legislaturas, presidente de uma agremiação como o PP. O que é isso? Esse é o exemplo que eles dão para aqueles que querem começar na política, de que o suplente não tem valor. No nosso partido tem! No PMDB tem valor, sim! O PSDB tem demonstrado também que valoriza os seus companheiros de trincheira, e que esse é um entendimento que deve prevalecer.

Eu tinha me decidido por não me pronunciar no dia de hoje, mas estava no meu gabinete atendendo a comunidade quando fui surpreendido por esse pronunciamento pequeno, mesquinho, por este pronunciamento vergonhoso do senhor, gran-deputado Clarikennedy Nunes.

E vou pedir uma gentileza a v.exa.: quando me encontrar nos corredores, quando v.exa. cruzar comigo nesta Casa, fale o que tem para me dizer olhando no meu olho! Diga o que tem para me dizer pessoalmente! Diga o que tem para me dizer na minha frente. Não precisa vir aqui no plenário fazer esse tipo de discussão. Se v.exa. tem alguma diferença comigo, vamos resolvê-la, vamos conversar pessoalmente, ou com o deputado Joares Ponticelli junto ou com quem v.exa. quiser.

Não foi para isto que nós fomos eleitos: para vir à tribuna desta Casa fazer esse tipo de conversa! Isso é uma vergonha para o povo catarinense! O que está pensando o povo catarinense numa hora dessas? Estes são os seus representantes! Isso só ajuda a denegrir, deputado Manoel Mota, a imagem do político. Ou eles querem esconder o que fazem? Eles são perfeitos, são bons, são os intocáveis e nós não prestamos, não somos ninguém, somos a escória da política, somos a pior espécie que existe. Eles não! Eles são os melhores! Pelo amor de Deus, povo catarinense, na próxima eleição vote nessa gente: Kennedy Nunes, Joares Ponticelli, vote no líder maior deles.

Mas eles lambem a bota dele, sim, e depois ficam dizendo que somos nós que lambemos a bota do nosso! Nós temos a responsabilidade de administrar porque hoje estamos no comando do governo do estado. Ou eles querem que larguemos o governo, que não façamos nada?! É isso que eles querem que façamos? Não! Nós temos responsabilidade e vamos cumprir com todas as determinações que nos são impostas, com todas as obrigações que nos são dadas porque, com certeza, esse é o nosso papel e é isso que vamos fazer.

Agora, o conselho que dou é para que mudem essa forma de agir! Que comecem a ir para a rua trabalhar, entender a comunidade, produzir para o povo de sua região, já que não conseguem por todo estado. E daí, quem sabe, consigam se promover e alcançar êxito nas próximas eleições.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentíssimo deputado Edson Piriquito, v.exa. é um deputado guerreiro e atuante. Como sempre, não leva nada embora de graça. As verdades têm que ser ditas aqui nesta Casa.

Agora, eu queria aqui, rapidamente, dizer ao eminentíssimo deputado Reno Caramori, ao qual eu respeito muito, que no nosso governo há 200 cargos comissionados a menos do que no seu governo. Estavam aqui em Florianópolis e hoje estão espalhados por Santa Catarina. Hoje é demais e quando era aqui não era? V.Exa. me perdoe, mas o seu pronunciamento tem que ser revisto. Se houver um cargo a mais do que tinha no seu governo, eu renuncio ao meu mandato! Só para v.exa. ter uma noção do quanto está equivocado, agora há 200 cargos a menos do que no seu governo!

Quero dizer para o eminentíssimo deputado Kennedy Nunes que, com o seu discurso gigante, faraônico, é bastante demagógico. O deputado Joares Ponticelli disse aqui desta tribuna que o deputado Kennedy Nunes iria eleger três deputados e chegou aqui com uns votinhos muito magros para se eleger deputado. Então, isso mostra que, com todos esses discursos faraônicos, ele não produziu votos em Joinville, na maior cidade de Santa Catarina, uma cidade que é um orgulho e que é sempre tão criticada.

O deputado Joares Ponticelli, e que me desculpe a sua ausência aqui, foi, no meu ponto de vista, irresponsável ao dizer que o deputado José Natal não deveria estar aqui. Ele está aqui porque teve suplente, senão ele não estaria aqui! Então, eles têm que respeitar os suplentes desta Casa! Muitas vezes ele me colocou aqui diminuído como suplente, mas hoje ele fez menos votos do que o suplente Manoel Mota! Ele tem que rever o seu pronunciamento para que possamos resgatar a verdade e distinguir aqueles que vêm com a verdade daqueles que vem aqui enganar a

população com esses discursos fáceis aqui na Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Para pedir respeito, primeiro de tudo tem que se dar ao respeito. E o cidadão que pediu respeito não se dá ao respeito! Por isso é difícil respeitá-lo!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Rogério Mendonça) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência fará a leitura da pauta da próxima sessão.

De acordo com o art. 108 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 60ª sessão ordinária de 15 de agosto de 2007: discussão e votação em turno do único do

Projeto de Lei n. 0187/2007; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0241/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0243/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, e discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0037/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA N. 041-DL, de 2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Reno Caramori para ausentar-se do País, no período de 05 a 20 de setembro do corrente ano, para viagem particular ao Canadá.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de agosto de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

0100 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
0101 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Atividade	008789		
Elemento	339092	R\$	800.000,00
Elemento	339094	R\$	100.000,00
Total		R\$	900.000,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 157, de 15/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **MARISE ORTIGA ROSA**, matrícula nº 1390, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de TV, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARIA IVONETE LESSA, a partir de 13/08/07 (Coordenadoria de TV).

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 158, de 15/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 1219/06 e n.º 0825/07,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 26 da Resolução n.º 002 de 11 de janeiro de 2006,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **EDER DE QUADRA SALGADO**, matrícula n.º 1265, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 80% (oitenta por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o do cargo de Coordenador de Publicação, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, e TORNAR SEM EFEITO o Ato da Mesa n.º 94, de 02 de maio de 2007.

O referido benefício confere estabilização financeira após deixar o comissionamento. Assim, os efeitos deste Ato, enquanto persistir o exercício das atividades do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, deverão ser meramente declaratórios.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 159, DE 15/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI, e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, combinado com o artigo 5º do Ato da Mesa nº 159, de 15 de agosto de 2007,

RESOLVE: .

Art. 1º As denominações e as atribuições das funções de confiança de que trata o Ato de Mesa nº 159, de 15 de agosto de 2007, ficam estabelecidas conforme o Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar em 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 155/07 de 15/08/2007

Estabelece normas para os Deputados Licenciados nos termos do inciso IV do art. 52 do Regimento Interno.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XXIII e parágrafo único do art. 63, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º É facultado ao Deputado licenciado investido em cargo previsto no inciso I, do art. 45, da Constituição Estadual, requerer espaço físico mobiliado e equipado no Palácio Barriga Verde, para o desempenho de suas atividades políticas inerentes ao mandato.

Parágrafo único. O Deputado submeterá requerimento à Mesa que atenderá na medida da disponibilidade de espaço físico no Palácio Bariga-Verde.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no art. 1º deste Ato correrão por conta da verba do Gabinete da Liderança da Bancada do Deputado licenciado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 156,15/08/2007

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), na atividade abaixo discriminada, os seguintes elementos de despesa:

0100	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
0101	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Atividade	008789		
Elemento	339001	R\$	800.000,00
Elemento	339091	R\$	100.000,00
Total		R\$	900.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado na atividade abaixo discriminada, os seguintes elementos de despesa:

ANEXO ÚNICO ato 159, de 15/08/2007
CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. Seção de Serviços de Recepção

- a) atender à Presidência, à Chefia de Gabinete, à Diretoria Geral, à Assessoria Especial, à Assessoria Parlamentar e à Casa Militar;
- b) direcionar autoridades e visitantes aos diversos setores da Assembléia Legislativa;
- c) receber e efetuar ligações telefônicas;
- d) recepcionar autoridades e visitantes;
- e) controlar o acesso de pessoas ao Gabinete da Presidência, à Chefia de Gabinete e à Diretoria Geral; e
- f) desenvolver as atribuições que lhe são conferidas em conjunto com as demais Seções.

2. Seção de Secretaria da Recepção

- a) manter atualizada a agenda de telefone de autoridades;
- b) receber documentos encaminhados ao Gabinete da Presidência, à Chefia de Gabinete e à Diretoria Geral;
- c) receber e efetuar ligações telefônicas;
- d) manter atualizado o cadastro de autoridades;
- e) manter atualizada a agenda de eventos internos; e
- f) desenvolver as atribuições que lhe são conferidas em conjunto com as demais Seções.

3. Seção de Controle de Agenda

- a) controlar os compromissos agendados para o Presidente e o Chefe de Gabinete;
- b) proceder a confirmação de reunião dos membros da Mesa e de Lideranças Partidárias;
- c) auxiliar no atendimento de ligações telefônicas;
- d) proceder a confirmação ou cancelamento de compromissos agendados; e
- e) desenvolver as atribuições que lhe são conferidas em conjunto com as demais Seções.

4. Seção de Serviços de Copa

- a) supervisionar os serviços de copa do Gabinete da Presidência;
- b) providenciar atendimento, no âmbito do Gabinete da Presidência, aos Deputados, visitantes e servidores; e
- c) controlar e providenciar o abastecimento de suprimentos atinentes à copa.

5. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Operacional
- a) colaborar no atendimento à Presidência, à Chefia de Gabinete, à Diretoria Geral, à Assessoria Especial, à Assessoria Parlamentar e à Casa Militar; e
 - b) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Operacional
- a) colaborar no atendimento à Presidência, à Chefia de Gabinete, à Diretoria Geral, à Assessoria Especial, à Assessoria Parlamentar e à Casa Militar; e
 - b) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

SECRETARIA GERAL

1. Seção de Suporte Técnico

- a) auxiliar diretamente o Secretário-Geral da Presidência;
- b) auxiliar na recepção das correspondências, dos atos administrativos e demais documentos enviados ao Gabinete da Presidência, na sua classificação e no encaminhamento necessário;
- c) auxiliar na revisão dos expedientes produzidos pelo Setor;
- d) distribuir aos membros da Mesa as pautas e as atas das reuniões; e
- e) controlar a pasta de *e-mails* recebidos para um pronto atendimento.

2. Seção de Redação e Revisão

- a) auxiliar na redação das matérias administrativas do Gabinete da Presidência;
- b) auxiliar na redação dos expedientes oriundos das decisões da Mesa;
- c) auxiliar na elaboração dos relatórios específicos de interesse do Gabinete da Presidência;
- d) manter atualizados os dados cadastrais das autoridades federais, estaduais e municipais e dos Diretores e Coordenadores da Assembléia Legislativa para uso da Secretaria Geral; e
- e) proceder ao *back-up* dos arquivos da Secretaria Geral.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Arquivo

- a) classificar e armazenar os documentos do Gabinete da Presidência;
- b) manter atualizados os registros e a documentação arquivada visando à sua fácil localização e à recuperação de informações;
- c) controlar a documentação enviada para arquivar, buscando preservar a origem e a numeração fornecida; e

- d) encaminhar, ao final de cada mandato de Presidente, toda a documentação arquivada para a Coordenadoria de Documentação.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Expedição e Controle de Documentos

- a) proceder à revisão de digitação e endereçamento dos expedientes;
- b) controlar o envio das correspondências encaminhadas pelo correio;
- c) manter os livros de protocolo de correspondências, interno e externo, atualizados;
- d) controlar o uso da foto copiadora e do aparelho de fax;
- e) controlar a aquisição e uso de material de expediente;
- f) auxiliar na manutenção atualizada dos dados cadastrais das autoridades federais, estaduais e municipais e dos Diretores e Coordenadores da Assembléia Legislativa para uso da Secretaria Geral; e
- g) auxiliar o controle da pasta de *e-mails* recebidos para um pronto atendimento.

COORDENADORIA DE EVENTOS

1. Seção de Planejamento de Eventos Externos

- a) verificar o local do evento;
- b) designar equipe de trabalho;
- c) providenciar toda estrutura e logística necessária para locomoção e acomodação da equipe; e
- d) planejar, organizar e participar em todas as Sessões Solenes de Interiorização, Audiências Públicas e stands.

2. Seção de Planejamento de Eventos Internos

- a) verificar o local do evento com cada Gerência;
- b) providenciar estrutura necessária para cada evento;
- c) elaborar material respectivo ao evento; e
- d) verificar e acompanhar a equipe de apoio durante o evento.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Mestre-de-Cerimônias

- a) atuar como mestre-de-cerimônias nos eventos externos e internos solicitados;
- b) elaborar roteiros dos eventos solicitados; e
- c) fazer a locução dos roteiros.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Suporte Agenda de Atividades

- a) elaborar a agenda de atividades dos espaços de responsabilidade da Coordenadoria;
- b) contactar com todos os órgãos externos que solicitam os respectivos espaços;
- c) entregar semanalmente a agenda atualizada dos espaços da Coordenadoria de Eventos; e
- d) solicitar para os eventos externos o preenchimento do termo de permissão simples de uso do Auditório Deputada Antonieta de Barros.

Gerência de Relações Institucionais

1. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio das Relações Institucionais

- a) dar apoio logístico e de comunicação ao estreitamento de relações com instituições e organizações locais, nacionais e internacionais;
- b) produzir ofícios internos e externos, cartões, mensagens, circulares e releases;
- c) elaborar relatórios oficiais; e
- d) acompanhar a elaboração de convênios e acordos com instituições.

Gerência Cultural

1. Assessoria Técnica-Administrativa - Controle e Supervisão do Acervo

- a) zelar pelo acervo artístico e cultural da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e manter atualizado o cadastro deste patrimônio;
- b) planejar e organizar festas regionais; e
- c) catalogar o acervo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio e Planejamento de Eventos

- a) recepcionar os artistas e autores que utilizam os espaços culturais da Assembléia Legislativa (Espaço Cultura Jerônimo Coelho, Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho, Hall), instruindo-os e coordenando os trabalhos;
- b) responsabilizar-se pelo cadastramento da obra doada pelo autor ou expositor; e
- c) organizar o arquivo da Coordenadoria de Eventos.

Gerência do Cerimonial

1. Assessoria Técnica-Administrativa - Visita Protocolar

- a) elaborar histórico do país nas visitas de embaixadores e do corpo consular;
- b) recepcionar autoridade na visita protocolar no aeroporto e no hall da Assembléia Legislativa;

c) acompanhar a visita protocolar durante todo o tempo em que esta permanece na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; e
d) acompanhar autoridades em almoços e jantares.

2. Assessoria Técnica-Administrativa - Receptivo de Visitantes

a) explanar sobre o trabalho do parlamentar no Plenário, no Gabinete e nas Comissões para os alunos da rede escolar, grupos organizados, associações e universitários;
b) acompanhar os visitantes em alguns setores da Assembléia Legislativa; e
c) distribuir kits contendo folder dos diversos setores da Assembléia Legislativa, simbologia do Estado e a cartilha explicativa sobre o Parlamento Catarinense.

COORDENADORIA DE BIBLIOTECA

1. Seção de Serviços de Referência

a) responder pela circulação do material para pesquisa e empréstimo domiciliar, bem como o zelo e preservação do acervo;
b) orientar os usuários no uso dos catálogos e do acervo;
c) atender as solicitações de assuntos de interesse dos usuários;
d) organizar e manter atualizado o fichário de inscrição dos leitores; (Deputados e servidores efetivos e comissionados);
e) providenciar o empréstimo do material bibliográfico; e
f) observar o cumprimento das normas de empréstimo.

2. Seção de Serviços Técnicos

a) organizar e manter atualizados catálogos do acervo, segundo os títulos, autores e assuntos, indispensáveis ao bom funcionamento da Coordenadoria de Biblioteca;
b) responder pela seleção, aquisição e preparo do material bibliográfico para pesquisa local e empréstimo domiciliar;
c) orientar a confecção de fichas catalográficas para organizar e atualizar o catálogo (autor, título, assunto e topográfica);
d) organizar a informação para o banco de dados; e
e) controlar os dados (estatística, leitores inscritos, obras compradas, obras doadas, para a confecção do relatório anual.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Pesquisa

a) registrar e carimbar os periódicos;
b) manter organizado o material nas estantes;
c) promover a divulgação das informações;
d) indexar artigos de periódicos; e
e) pesquisar nos periódicos, diários oficiais (da União e Estado), Lex Federal e Estadual.

ESCOLA DO LEGISLATIVO

1. Seção Pedagógica

a) elaborar programa dos cursos e seminários;
b) estabelecer contato com professores;
c) acompanhar o andamento de cursos, e professores;
d) rever com a Coordenação material didático existente, para ver aproveitamento;
e) solicitar a Seção de Apoio Administrativo material necessário para cada evento;
f) sistematizar necessidade de cursos dos setores da Assembléia Legislativa;
g) elaborar *site* pedagógico, em parceria com Seção de Comunicação;
h) estabelecer ligação com o canal ILB, colocar em funcionamento e divulgar programação;
i) elaborar cursos a distância programa Interlegis e do ILB e da Câmara dos Deputados;
j) criar programas de TV em parceria com a Seção de Comunicação;
k) elaborar material impreso, em vídeo e em CD para ser enviado às Câmaras e escolas do Estado; e
l) acompanhar, divulgar e registrar videoconferências em parceria com o programa Interlegis.

2. Seção de Apoio Administrativo

a) elaborar inventário de todo material permanente e de consumo da Escola;
b) fazer o levantamento do material necessário para o ano;
c) levantar e providenciar o material necessário para cada curso ou evento;
d) organizar as salas da Escola;
e) organizar e conservar o material e equipamentos da Escola;
f) organizar o almoxarifado da Escola;
g) organizar as salas de videoconferência e multiuso;
h) promover lanches para cada evento;
i) solicitar mensalmente relatórios de consumo da Escola; e
j) orçar materiais necessários.

3. Seção de Projetos Especiais

a) organizar o Programa Parlamento Jovem;
b) organizar o Programa Conhecendo o Parlamento;
c) elaborar Prêmio Escola do Legislativo;
d) organizar Prêmio Vergílio Várzea;
e) organizar o Programa Objetivos do Milênio;
f) organizar a participação no Projeto de Reciclagem do Lixo;
g) coordenar em parceria com a Seção de Comunicação o Programa Fala Jovem; e outros projetos especiais.

4. Seção de Comunicação

a) criar *site* da Escola;
b) elaborar material de divulgação da Escola;
c) elaborar boletins;
d) criar revistas;
e) criar folders;
f) elaborar cartazes etc;
g) organizar Programa Fala Jovem, em conjunto com a Seção de Projetos Especiais;
h) contactar jornalistas para divulgação das atividades; e
i) contactar com imprensa da Assembléia Legislativa para cobertura de eventos.

5. Seção de Secretaria Acadêmica

a) organizar as listas de frequência para cursos e eventos;
b) responsabilizar-se pelas inscrições;
c) elaborar e distribuir certificados;
d) organizar pastas e materiais para cursos;
e) responsabilizar-se pelo credenciamento nos eventos;
f) registrar alunos e professores;
g) elaborar os relatórios dos eventos;
h) entregar ofícios na Assembléia Legislativa e no correio; e
i) apoiar as demais Seções.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Núcleo de Pesquisa e Assessoramento do Programa de Agentes Políticos

a) contribuir com a chefia da Seção Pedagógica na elaboração dos programas de ensino;
b) auxiliar na elaboração e execução do calendário anual;
c) pesquisar e disponibilizar material didático de interesse da Assembléia Legislativa; e
d) acompanhar as matérias de interesse da Assembléia Legislativa, em tramitação no Congresso Nacional.

7. Assessoria Técnica-Administrativa - Núcleo de Cursos de Graduação e Pós-Graduação

a) acompanhar as aulas e atividades dos cursos de graduação e de pós-graduação oferecidos em parceria com a Escola do Legislativo;
b) organizar material disponibilizado pelos professores;
c) auxiliar os professores, quando solicitado, quanto a materiais e recursos tecnológicos; e
d) acompanhar o desenvolvimento dos convênios e protocolos de intenções.

8. Assessoria Técnica-Administrativa - Núcleo de Ensino a Distância

a) divulgar a realização de videoconferências;
b) acompanhar a realização das videoconferências;
c) manter contato frequente com os órgãos federais, responsáveis pelo ensino a distância; e
d) propor e organizar cursos, atividades e materiais para o ensino a distância.

9. Assessoria Técnica-Administrativa - Núcleo de Registro Acadêmico

a) acompanhar as inscrições, frequência e emissão de certificados;
b) responsabilizar-se pelo arquivo e organização dos documentos dos alunos; e
c) manter atualizado o cadastro de alunos e professores.

DIRETORIA GERAL

1. Seção de Desenvolvimento de Projetos

a) coordenar e apoiar a implantação de projetos e ações de aperfeiçoamento da gestão;
b) acompanhar e sistematizar os resultados da implantação de projetos administrativos de modo a contribuir para que a Assembléia Legislativa desempenhe adequadamente sua missão institucional;
c) elaborar estudos técnicos a fim de subsidiar decisões no nível estratégico;
d) acompanhar, avaliar e controlar indicadores de desempenho institucional, informando ao Diretor-Geral as distorções detectadas, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias para assegurar os resultados desejados;
e) assessorar na elaboração do planejamento estratégico da Assembléia Legislativa;
f) auxiliar no acompanhamento da implantação do planejamento estratégico;
g) desempenhar outras atribuições que lhe sejam pertinentes; e

h) avaliar o resultado de pesquisas de caráter institucional.

2. Seção de Desenvolvimento Organizacional

- a) realizar pesquisas e estudos de legislação para o assessoramento técnico-administrativo;
- b) assessorar na elaboração de normatizações da Assembléia Legislativa;
- c) desenvolver estudos a fim de modernizar e agilizar os métodos e processos de trabalhos internos;
- d) prestar assessoramento ao Diretor-Geral sobre assuntos relacionados com as atribuições de cada unidade setorial;
- e) acompanhar no Diário da Assembléia Legislativa as publicações de assuntos afetos à administração;
- f) elaborar estudos visando a atualização e readequação da estrutura organizacional da Assembléia Legislativa;
- g) auxiliar na coordenação da elaboração do Relatório Anual da Assembléia Legislativa;
- h) analisar os relatórios das Comissões Legais, encaminhados à Diretoria Geral; e
- i) desempenhar outras atribuições que lhe sejam pertinentes.

3. Seção de Despesas Orçamentárias

- a) acompanhar o processo de elaboração de execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- b) acompanhar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal da Assembléia Legislativa;
- c) promover estudos que propiciem ações de economicidade na Assembléia Legislativa;
- d) opinar em processos referentes a despesas não previstas no orçamento; e
- e) propor parcerias e convênios de cooperação técnica com órgãos ou entidades compatíveis com as atividades da instituição.

4. Seção de Secretaria

- a) prestar assessoramento e colaboração técnica nas atividades da Diretoria;
- b) elaborar e controlar a agenda da Diretoria Geral;
- c) redigir expedientes internos e externos;
- d) supervisionar o expediente encaminhando à Diretoria Geral;
- e) elaborar a redação de Portarias;
- f) efetuar o controle e arquivamento de expedientes e documentos;
- g) responsabilizar-se pelo recebimento e emissão de e-mail;
- h) secretariar as reuniões, elaborando as respectivas atas;
- i) responsabilizar-se pela atualização do cadastro de autoridades;
- j) manter atualizada a agenda de eventos internos e externos atinentes às atividades da Assembléia Legislativa; e
- k) desempenhar outras atribuições que lhe sejam pertinentes.

5. Assessoria Técnica Administrativa - Apoio Operacional

- a) realizar pesquisas sobre assuntos de interesse da Diretoria Geral;
 - b) responsabilizar-se pelo encaminhamento de documentos internos e externos;
 - c) providenciar o suprimento de material de expediente da Diretoria;
 - d) providenciar, quando necessário, a reprodução de documentos; e
 - e) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.
6. Assessoria Técnica Administrativa - Apoio Operacional
- a) realizar pesquisas sobre assuntos de interesse da Diretoria Geral;
 - b) responsabilizar-se pelo encaminhamento de documentos internos e externos;
 - c) providenciar o suprimento de material de expediente da Diretoria;
 - d) providenciar, quando necessário, a reprodução de documentos; e
 - e) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

DIRETORIA LEGISLATIVA

1. Seção de Suporte Técnico

- a) receber as proposições de origem parlamentar;
- b) realizar pesquisa no banco de dados da Assembléia Legislativa, a fim de evitar duplicidade de proposições;
- c) conferir, numerar e registrar as proposições de origem parlamentar;
- d) controlar o recebimento e a numeração das Mensagens Governamentais;
- e) relacionar todas as proposições, de origem governamental, parlamentar e outras, para distribuição no Plenário;

- f) elaborar a sinopse das correspondências a serem encaminhadas para distribuição no Plenário;
- g) providenciar a distribuição da pauta da Ordem do Dia aos Senhores Parlamentares; e
- h) auxiliar o Diretor no desempenho de suas atividades.

2. Seção de Coleta e Gerenciamento de Dados

- a) proceder o levantamento de dados referentes ao exercício dos mandatos dos Parlamentares, mantendo sua permanente atualização;
- b) converter em dados estatísticos as proposições recebidas e apreciadas;
- c) receber e providenciar os encaminhamentos, a documentação relativa à posse dos Parlamentares;
- d) providenciar a expedição das Carteiras Parlamentares;
- e) elaborar ofícios de comunicação interna e externa;
- f) levantar dados para o processamento do relatório anual da Diretoria; e
- g) auxiliar o Diretor no desempenho de suas atividades.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Pesquisa e Recebimento de Documentos

- a) auxiliar no recebimento das proposições de origem parlamentar;
- b) auxiliar na realização de pesquisa no banco de dados da Assembléia Legislativa, a fim de evitar duplicidade de proposições;
- c) auxiliar na distribuição da pauta da Ordem do Dia aos Senhores Parlamentares; e
- d) colaborar com a Chefia no desenvolvimento de todas as suas atividades.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Levantamento, Registro e Gerenciamento de Dados

- a) auxiliar no levantamento de dados referentes ao exercício dos mandatos dos Parlamentares, mantendo sua permanente atualização;
- b) auxiliar na expedição das Carteiras Parlamentares;
- c) auxiliar no levantamento de dados para o processamento do relatório anual da Diretoria; e
- d) colaborar com a Chefia no desenvolvimento de todas as suas atividades.

CONSULTORIA LEGISLATIVA

1. Seção de Revisão

- a) revisar gramaticalmente os textos produzidos na Consultoria Legislativa;
- b) cotejar e corrigir os textos legais e doutrinários citados nos Pareceres: Relatório e Voto, Voto Vista, Consultas, Notas Técnicas e demais trabalhos produzidos na Consultoria Legislativa; e
- c) adequar as proposições à técnica legislativa, conforme preceitua a Lei Complementar nº. 208, de 9 de janeiro de 2001, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração das Leis e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona".

2. Seção de Secretaria

- a) organizar os serviços de apoio da Consultoria Legislativa;
- b) secretariar as reuniões quando solicitado pela Chefia;
- c) receber e controlar o fluxo dos trabalhos solicitados à Consultoria Legislativa - entrada e saída de Pareceres: Relatório e Voto, Voto Vista, Consultas e Notas Técnicas, ofícios e demais documentos em tramitação ou expedidos pela Consultoria Legislativa; e
- d) elaborar, sob orientação do Chefe da Consultoria Legislativa, o Relatório Anual dos trabalhos.

3. Seção de Pesquisa

- a) realizar as pesquisas solicitadas pelos Consultores Legislativos e servidores designados para a função de Confiança: Assistência Técnica-Consultoria;
- b) zelar pela atualização, conservação e guarda das obras doutrinárias e técnicas pertencentes à Consultoria Legislativa;
- c) manter atualizados os arquivos dos documentos elaborados pela Consultoria Legislativa e material de pesquisa; e
- d) organizar os documentos elaborados pela Consultoria Legislativa: Pareceres: Relatório e Voto, Voto Vista, Consultas e Nota Técnicas, para encadernamento semestral.

COORDENADORIA DE APOIO AO PLENÁRIO

1. Seção de Secretaria do Plenário

- a) confeccionar as atas sucintas das Sessões Ordinárias/Extraordinárias, Especiais e Solenes, a serem lidas em Plenário;
- b) providenciar o registro de presença dos Deputados em Plenário, e inscrição para uso da palavra;
- c) proceder o controle estatístico das Sessões Plenárias;

- d) providenciar cópias de pronunciamentos e documentos relacionados às Sessões Plenárias;
- e) digitar requerimentos e outros documentos, quando solicitado pelos senhores Deputados, no decorrer das Sessões Plenárias;
- f) recepcionar, durante as Sessões Plenárias, as autoridades ou visitantes, informando sua presença aos Deputados ou a Mesa; e
- g) orientar o serviço de som durante as Sessões Plenárias.

2. Seção de Coordenação de Sessões Solenes e Especiais

- a) agendar, organizar e coordenar a realização de Sessões Solenes e Especiais;
- b) elaborar texto e providenciar a confecção de placas de homenagens;
- c) prestar orientação e assessoria aos proponentes das Sessões;
- d) elaborar roteiros das Sessões;
- e) colaborar com o cerimonial nas providências relativas às Sessões Plenárias;
- f) assessorar a Mesa durante a realização das Sessões; e
- g) organizar e acompanhar a execução de Sessões fora de sede.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Protocolo e Digitação

- a) responsabilizar-se pelo recebimento de proposições não capeadas;
- b) proceder a conferência e inserção no sistema de informática; e
- c) proceder a geração da Ordem do Dia para deliberação no Plenário.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Assistência ao Plenário

- a) controlar a presença e justificativas de ausências dos Deputados em Sessão;
- b) prestar assistência aos setores ligados ao Plenário durante as Sessões;
- c) prestar assistência a visitantes e galerias;
- d) controlar a presença de público nas galerias;
- e) comunicar a Mesa a presença de autoridades e visitantes no Plenário; e
- f) dar apoio a assessores e a imprensa durante as Sessões Plenárias.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE

1. Seção de Protocolo e Registro de Proposições

- a) receber proposições a serem encaminhadas às Comissões;
- b) classificar as proposições;
- c) conferir a proposições numerando-as dentro de sua classificação e rubricando as respectivas páginas;
- d) promover fotocópias de documentos destinados à instrução de projetos;
- e) fazer o cadastro no PROCLEGIS;
- f) registrar a entrada de projetos por Deputado;
- g) autuar o processo;
- h) enviar os processos à Coordenadoria das Comissões para posterior distribuição às Comissões, conforme despacho;
- i) encaminhar fotocópias das proposições à Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos e à Coordenadoria de Publicação para distribuição em avulso e publicação no Diário da Assembléia Legislativa;
- j) encaminhar cópias dos projetos à Seção de Análise, Elaboração e Revisão, e, para elaboração de Autógrafos e à Seção de Informática para a disponibilização do texto integral no site da Assembléia Legislativa;
- k) controlar prazos referentes ao processo em regime de urgência e àqueles que são normatizados pelo Regimento Interno e pela Constituição do Estado;
- l) fazer o encaminhamento às Comissões de documentos recebidos referentes a projetos em tramitação;
- m) manter o sistema PROCLEGIS e livros atualizados com as necessárias informações para o bom desempenho das suas atribuições;
- n) prestar informações ao público interno e externo; e
- o) assessorar a Coordenadoria.

2. Seção de Expediente

- a) providenciar para promulgação os Atos da Mesa, Atos da Presidência, leis, decretos legislativos, resoluções, emendas constitucionais;
- b) encaminhar as diligências (RQX) solicitadas pelas Comissões;
- c) encaminhar a comunicação ao Deputado sobre diligência de projeto;
- d) encaminhar a comunicação ao Deputado sobre parecer contrário da Comissão;

- e) encaminhar expediente convocando ou convidando autoridades para comparecer na Assembléia Legislativa;
- f) encaminhar os pedidos de informação, indicações e moções deliberados em Plenário;
- g) encaminhar os requerimentos deliberados em Plenário em forma de fax ou ofício;
- h) remeter cópia aos Deputados de respostas recebidas pela Assembléia Legislativa acerca de informações por ele requeridas;
- i) providenciar etiquetas com endereçamento de proposições;
- j) encaminhar cópias de decretos legislativos e de leis promulgadas ao Governador e à publicação no Diário Oficial;
- k) verificar e controlar a publicação de leis nos órgãos oficiais de publicação, confrontando com os autógrafos expedidos;
- l) manter atualizado o banco de informações com a listagem de autoridades oficiais;
- m) receber as leis sancionadas, informar na PROCLEGIS, registrar no livro, fotocopiar para o arquivo da Coordenadoria e encaminhar cópia para o Deputado autor;
- n) prestar informações ao público interno e externo; e
- o) assessorar a Coordenadoria.

3. Seção de Tramitação e Elaboração da Ordem do Dia

- a) receber processos deliberados nas Comissões Permanentes;
- b) analisar os pareceres oferecidos às proposições, para proceder de acordo com as normas regimentais;
- c) ordenar, na pauta, no comunicado ou na Ordem do Dia, as matérias que se encontram na Coordenadoria de Expediente com tramitação encerrada nas Comissões, para que as mesmas sejam apreciadas pelo Diretor da Diretoria Legislativa e posteriormente deliberadas em Plenário;
- d) proceder o controle de prazo regimental das proposições em discussão e votação em Plenário;
- e) determinar a remessa de matérias com seu respectivo trâmite encerrado para a Coordenadoria de Documentação, para posterior arquivamento;
- f) disponibilizar cópias da Ordem do Dia, do Comunicado e da Pauta ao Plenário, bem como confeccionar as folhas de votação, anexando-as aos projetos;
- g) registrar no processo o resultado da Ordem do Dia;
- h) prestar informações ao público interno e externo; e
- i) assessorar a Coordenadoria.

4. Seção de Análise, Elaboração e Revisão

- a) analisar os projetos de lei, lei complementar, projeto de conversão em lei de medida provisória, decreto legislativo e resolução, aprovados em Plenário e inserir as emendas, quando houver, para a confecção da redação final;
- b) analisar os projetos após aprovação da redação final para a confecção de autógrafo, decreto legislativo, resolução e lei promulgada;
- c) confeccionar autógrafos, Atos da Mesa, Atos da Presidência, emendas constitucionais, leis promulgadas, decretos legislativos, resoluções, despachos e outros documentos;
- d) conferir os projetos de lei, lei complementar, projeto de conversão em lei de medida provisória, decreto legislativo, resolução, Ato da Mesa, Ato da Presidência, ofício, fax, despachos e outros documentos.
- e) confeccionar ofícios externos: encaminhando autógrafo, decreto legislativo, lei, emenda constitucional, pedido de informação, indicação, moção, requerimento, acusar recebimento de correspondências recebidas e outros documentos;
- f) confeccionar ofícios internos: comunicando ao Deputado que o seu projeto recebeu parecer contrário nas Comissões; ou está diligência; ou que foi vetado;
- g) atualizar o Regimento Interno e a Constituição Estadual;
- h) revisar a Pauta do expediente de matérias encaminhadas à Assembléia Legislativa de interesse parlamentar, a ser distribuída aos Deputados no início da Sessão;
- i) analisar o expediente, carimbar, e despachar; e
- j) conferir a Ordem do Dia.

5. Seção de Informática

- a) emitir semanalmente relatório das matérias em tramitação;
- b) providenciar o encaminhamento de requerimento de prioridade;
- c) dar assessoramento técnico a outros setores da Coordenadoria;
- d) emitir relatórios de matérias em tramitação ou arquivadas de acordo com as solicitações;
- e) atualizar as informações no sistema PROCLEGIS;
- f) informar no sistema o encaminhamento dos autógrafos, números das leis e a publicação;

- g) conferir e confrontar os pareceres (papel e máquina) das proposições vindas das Comissões;
- h) elaborar a pauta das matérias em condições regimentais de serem incluídas na Ordem do Dia;
- i) elaborar comunicado sobre as matérias para Ordem do Dia;
- j) elaborar a pauta (Ordem do Dia) com as matérias para votação na Ordem do Dia;
- k) disponibilizar na página da Assembléia Legislativa a Pauta, o Comunicado e a Ordem do Dia;
- l) informar de imediato no sistema o resultado da Ordem do Dia;
- m) prestar informações ao público interno e externo; e
- n) assessorar a Coordenadoria.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Elaboração da Ordem do Dia

- a) inserir no sistema PROCLEGIS as informações pertinentes à elaboração da pauta, comunicado e da Ordem do Dia;
- b) colocar no processo o material necessário para deliberação em Plenário;
- c) informar de imediato no sistema o resultado da Ordem do Dia;
- d) prestar informações ao público interno e externo; e
- e) assessorar a Coordenadoria e Chefias.

7. Assessoria Técnica-Administrativa - Redação Final e de Autógrafos das Proposições

- a) inserir em emendas, quando houver, para a confecção da redação final;
- b) confeccionar autógrafo, decreto legislativo, resolução e lei promulgada;
- c) confeccionar ofícios externos: encaminhando autógrafo, decreto legislativo, lei, emenda constitucional;
- d) prestar informações ao público interno e externo; e
- e) assessorar a Coordenadoria e Chefias.

8. Assessoria Técnica-Administrativa - Encaminhamento de Expediente

- a) encaminhar correspondência externa assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário;
- b) receber, controlar e expedir documentos;
- c) encaminhar os requerimentos deliberados em Plenário em forma de fax ou ofício;
- d) prestar informações ao público interno e externo; e
- e) assessorar a Coordenadoria e Chefias.

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO

1. Seção Microfilmagem e Informação

- a) preparar a documentação a ser microfilmada e digitalizada, ordenando os papéis e elaborando os índices necessários para a abertura dos microfílmes;
- b) manter os microfílmens organizados para pesquisa;
- c) pesquisar a documentação microfilmada, quando solicitado;
- d) conferir e guardar papéis obedecendo a Tabela de Temporalidade, após microfilmados os documentos, providenciando sua manutenção;
- e) proceder o levantamento dos dados para elaboração de certidões e informações; e
- f) manter atualizado o índice e o quadro dos sistemas de microfílmens.

2. Seção de Documentação e Arquivo

- a) registrar as leis, diplomas, projetos e demais documentos recebidos, catalogando-os e classificando-os em livros próprios, bem como arquivá-los conforme o despacho;
- b) receber e conferir a documentação, observando os despachos;
- c) conservar os documentos em condições de manuseio, recuperando os papéis quando necessário;
- d) manter arquivo indexado em ordem alfabética e cronológica;
- e) atualizar mensalmente o índice dos arquivos;
- f) protocolar as proposições desarmadas; e
- g) atender as solicitações de consulta.

3. Seção de Controle e Manutenção do Banco de Dados da Legislação Estadual

- a) indexar diariamente a legislação publicada;
- b) atualizar alterações para promover a consolidação virtual;
- c) escanear as normas internas (resoluções, decretos e outros) após sua publicação, indexar, promover as alterações, mantendo atualizado o banco de normas da Assembléia Legislativa na intranet;
- d) revisar diariamente as anotações produzidas; e
- e) atender as solicitações sobre a legislação disponibilizada.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Pesquisa e Consolidação

- a) promover a pesquisa processual e na legislação sempre que necessário às atividades do banco da legislação;
- b) lavrar e digitar as certidões solicitadas;

- c) manter atualizados os serviços de e-mail e de atendimento de pesquisa no banco da legislação;
- d) realizar relatórios mensais sobre a legislação, no que se refere a erros de técnica redacional e legislativa, digitação, duplicação de normas, numeração etc., com a finalidade de consolidação virtual e correção; e
- e) promover a consolidação virtual.

5. Assessoria Técnica-Administrativa - Pesquisa e Arquivamento de Documentos

- a) zelar pelo patrimônio documental;
- b) prestar assessoria nos serviços de pesquisa e arquivamento de documentos;
- c) atender ao público; e
- d) promover a manutenção dos arquivos internos e externos.

Gerência do Centro de Memória

1. Assessoria Técnica-Administrativa - Laboratório de Conservação e Restauração Documental

- a) restaurar os documentos pertencentes ao acervo permanente da Assembléia Legislativa;
- b) manter o estoque de materiais necessários aos serviços de restauração;
- c) orientar os servidores que trabalham no laboratório para sua constante utilização técnica;
- d) supervisionar os trabalhos dos estagiários dentro do laboratório; e
- e) zelar pelos equipamentos do laboratório de restauração.

2. Assessoria Técnica-Administrativa - Atendimento à Pesquisa

- a) auxiliar no recebimento dos trabalhos encaminhados pela Coordenadoria de Documentação;
- b) respeitar a Tabela de Temporalidade no que concerne as normas gerais de arquivamento e descarte;
- c) promover a triagem e arquivamento dos documentos oriundos das Comissões Permanentes;
- d) manter atualizado os índices de arquivamento e descarte;
- e) atender ao público pesquisador; e
- f) manter ordenado o espaço do Centro de Memória.

COORDENADORIA DE PUBLICAÇÃO

1. Seção de Diagramação

- a) reorganizar e formatar documentos já digitados;
- b) diagramar documentos, dispondo-os de forma adequada à publicação no Diário da Assembléia Legislativa;
- c) controlar os documentos a serem publicados, obedecendo as datas de emissão e de tramitação; e
- d) digitar os documentos recebidos.

2. Seção de Controle

- a) elaborar e grampear os exemplares dos diários impressos;
- b) manter sob controle as matérias para publicação no Diário da Assembléia Legislativa;
- c) organizar e arquivar as matérias já publicadas;
- d) controlar e enviar através da rede os diários para o site da Assembléia Legislativa; e
- e) emitir relatório anual dos diários.

3. Seção de Revisão e Supervisão

- a) revisar documentos digitados;
- b) formular e elaborar o índice dos anais, para a confecção dos mesmos;
- c) pesquisar documentos, facilitando as consultas da Assembléia Legislativa;
- d) fornecer informações e dados pesquisados; e
- e) compor dicionário e bibliografia de documentos tramitados na Coordenadoria.

4. Seção de Suporte Administrativo

- a) responsabilizar-se pela elaboração do relatório anual da Coordenadoria;
- b) redigir expedientes internos e externos;
- c) efetuar o controle e arquivamento de expedientes e documentos;
- d) responsabilizar-se pelo recebimento e emissão de e-mail; e
- e) desempenhar outras atribuições que lhe sejam pertinentes.

5. Assessoria Técnica-Administrativa - Distribuição

- a) supervisionar a distribuição dos Diários, junto à Coordenadoria de Serviços Gerais;
- b) supervisionar a distribuição dos Diários, para outros órgãos junto ao Poder Executivo; e
- c) relacionar, agrupar e encaminhar a distribuição junto aos órgãos da Assembléia Legislativa.

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DO PLENÁRIO

1. Seção de Apoio Operacional

- a) organizar o material de expediente para a realização das Sessões Plenárias;
- b) assegurar o perfeito funcionamento do instrumental técnico de apoio ao funcionamento da Coordenadoria; e

- c) controlar e dividir os apanhamentos taquigráficos.
- 2. Seção de Controle de Registros**
- coletar os apanhamentos taquigráficos de discursos, palestras e pronunciamentos;
 - registrar os apanhamentos com os respectivos apartes;
 - esclarecer as dúvidas com o orador ou aparteante;
 - traduzir os apanhamentos, digitando-os diretamente no computador;
 - corrigir os equívocos gramaticais, mantendo fidelidade ao orador; e
 - corrigir os erros de digitação ao reproduzir matéria lida, copiando-as com fidelidade.

- 3. Seção de Revisão**
- acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos em Plenário junto aos taquígrafos apanhadores;
 - proceder à revisão dos textos traduzidos, mantendo fidelidade ao estilo do orador e observando as regras da língua portuguesa;
 - conferir a pauta da Ordem do Dia;
 - confirmar grafia de nomes próprios e expressões estrangeiras;
 - observar os discursos fortes que contenham expressões grosseiras, anti-regimentais, consultando a Chefia para possíveis alterações ou retirada de expressões da ata; e
 - disponibilizar com presteza os textos revisados à supervisão.

- 4. Seção de Supervisão**
- auxiliar a revisão, no caso de dúvidas;
 - montar as atas das Sessões Plenárias ou de quaisquer outros eventos;
 - proceder à leitura final das atas, corrigindo eventuais erros de digitação ou gramaticais e verificando a coerência geral de acordo com o Regimento Interno;
 - redigir o sumário dos discursos, apartes e intervenções pela ordem;
 - encaminhar as atas para publicação; e
 - disponibilizar as atas na rede interna.

- 5. Assessoria Técnica-Administrativa - Revisor Taquigráfico**
- acompanhar os taquígrafos apanhadores em Plenário;
 - montar os rodízios de revisão conforme a escala de taquígrafos;
 - proceder à correção dos textos traduzidos pelos taquígrafos, mantendo fidelidade ao estilo do orador e observando as regras gramaticais da língua portuguesa;
 - conferir a pauta da Ordem do Dia;
 - confirmar grafia de nomes próprios e expressões estrangeiras;
 - observar os discursos fortes que contenham expressões grosseiras, anti-regimentais, consultando o Chefe da revisão para possíveis alterações ou retirada de expressões da ata; e
 - disponibilizar com presteza os textos revisados à Chefia da revisão.

- 6. Assessoria Técnica-Administrativa - Revisor Taquigráfico**
- acompanhar os taquígrafos apanhadores em Plenário;
 - montar os rodízios de revisão conforme a escala de taquígrafos;
 - proceder à correção dos textos traduzidos pelos taquígrafos, mantendo fidelidade ao estilo do orador e observando as regras gramaticais da língua portuguesa;
 - conferir a pauta da Ordem do Dia;
 - confirmar grafia de nomes próprios e expressões estrangeiras;
 - observar os discursos fortes que contenham expressões grosseiras, anti-regimentais, consultando o Chefe da revisão para possíveis alterações ou retirada de expressões da ata; e
 - disponibilizar com presteza os textos revisados à Chefia da revisão.

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

- 1. Seção de Organização de Roteiros para a Revisão**
- elaborar roteiros das audiências públicas e das CPIs para apoiar o taquígrafo apanhador, contendo a relação seqüencial dos oradores e outros dados que demandam pesquisa; e
 - orientar o encadeamento dos registros taquigráficos para posterior revisão.
- 2. Seção de Revisão**
- revisar os apanhamentos previamente seqüenciados, corrigindo-os tanto na parte gramatical quanto redacional, preservando a fidelidade do que foi registrado e as características do orador; e
 - pesquisar termos ou palavras que suscitem dúvidas ao taquígrafo apanhador e alimentar o banco de dados do setor.

- 3. Seção de Supervisão**
- supervisionar a revisão dos textos, atentando para a diversidade na linguagem, no grau de cultura dos oradores e na gama de assuntos tratados; e
 - dirimir as dúvidas remanescentes do taquígrafo revisor e coordenar o andamento da revisão.

- 4. Seção de Redação Final**
- fazer a leitura final das atas;
 - conferir a observância do roteiro anteriormente elaborado; e
 - proceder à padronização dos textos dando-lhes homogeneidade e sentido lógico-formal.

- 5. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Técnico**
- responsabilizar-se pela Coordenadoria na ausência do Coordenador;
 - elaborar rodízios de audiências públicas e de CPIs realizadas na Capital e no interior; e
 - auxiliar os taquígrafos e revisores quando se fizer necessário.

- 6. Assessoria Técnica-Administrativa - Controle de Atividades**
- assessorar a Coordenadoria na elaboração da escala de horas trabalhadas dos taquígrafos revisores e apanhadores;
 - encarregar-se da observância do rodízio e da execução dos apanhamentos; e
 - fazer a montagem das atas das audiências públicas e CPIs e encaminhá-las para as Comissões, para publicação.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E DE TECNOLOGIA

- 1. Seção de Apoio e Logística**
- acompanhar as alterações e manutenção da sinalização interna e externa da Assembléia Legislativa;
 - supervisionar e acompanhar a aplicação do Ato da Mesa que regulamenta o uso de espaços da Assembléia Legislativa;
 - auxiliar na operacionalização das demandas da Comissão de Conservação, Ambientação e Visualização;
 - assessorar na elaboração do relatório anual do setor;
 - controlar as notificações de trânsito referentes aos veículos locados pela Assembléia Legislativa; e
 - prover apoio logístico e técnico a todos os setores da estrutura da Assembléia Legislativa.

- 2. Seção de Apoio Administrativo e de Controle de Estágios**
- conferir a documentação dos estagiários para assinatura de contrato;
 - encaminhar a documentação e termo de contrato de estágio para Agência Reguladora;
 - proceder o encaminhamento dos estagiários aos setores pertinentes;
 - controlar a frequência e a elaboração da folha de pagamento dos estagiários;
 - acompanhar e proceder a renovação e/ou encerramento do contrato do estagiário;
 - dar orientação necessária para o bom desempenho de suas funções;
 - executar atividades de apoio administrativo;
 - prestar assistência entre a Diretoria Administrativa e de Tecnologia e suas respectivas Coordenadorias; e
 - controlar o encaminhamento para arquivo de documentos da Diretoria Administrativa e de Tecnologia.

- 3. Assessoria Técnica-Administrativa - Suporte Técnico**
- secretariar a Comissão de Conservação, Ambientação e Visualização;
 - auxiliar na supervisão e acompanhamento da aplicação do Ato da Mesa que regulamenta o uso de espaços da Assembléia Legislativa;
 - preparar para o Presidente os despachos atinentes a Diretoria Administrativa e de Tecnologia; e
 - auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

- 4. Assessoria Técnica-Administrativa - Secretaria**
- auxiliar na manutenção do banco de dados do setor;
 - responsabilizar-se pelo recebimento e encaminhamento de e-mail, fax, telefonemas e ofícios internos e externos;
 - auxiliar na elaboração de comunicação interna da Diretoria;
 - proceder ao controle e arquivamento de documentos e correspondências do setor;
 - operacionalizar o protocolo digital para o controle de compras e serviços;
 - auxiliar na recepção de autoridades e visitantes à Diretoria; e
 - auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS**1. Seção de Projetos e Serviços Técnicos**

- a) elaborar, assessorar, acompanhar, executar e fiscalizar projetos para a construção e/ou reforma das dependências da Assembléia Legislativa nos assuntos que digam respeito à arquitetura e engenharia;
- b) elaborar, implantar, atualizar e manter projeto de comunicação visual;
- c) auxiliar os diversos setores da Coordenadoria no que se refere à execução dos projetos mobiliários e outros serviços de natureza técnica;
- d) elaborar, assessorar, acompanhar e fiscalizar a execução de projetos especiais para eventos patrocinados pela Assembléia Legislativa;
- e) elaborar, manter e atualizar arquivos de catálogos técnicos e outros;
- f) fornecer, quando for o caso, a quantificação e ou custos dos serviços de arquitetura e engenharia a serem realizados;
- g) desenvolver as atribuições que lhe são conferidas em conjunto com as demais Seções da Coordenadoria.

2. Seção de Desenho Digital

- a) executar tarefas de desenho técnico em meio digital, que lhe forem atribuídas, utilizando os softwares disponíveis na Coordenadoria;
- b) assessorar as demais seções da Coordenadoria na elaboração, acompanhamento e digitalização dos desenhos necessários para a execução dos serviços da Coordenadoria;
- c) digitalizar o arquivo das plantas originais de todos os projetos relativos ao prédio da Assembléia Legislativa;
- d) organizar o arquivo das plantas originais e arquivos em meio digital de todos os projetos relativos ao prédio da Assembléia Legislativa;
- e) manter atualizados e de forma organizada os projetos referidos no item anterior possibilitando o fácil acesso às informações solicitadas;
- f) organizar e encaminhar para microfilmagem os originais dos projetos implantados, mantendo o arquivo de cópias em papel, como forma de evitar o manuseio permanente dos originais e a pesquisa e leitura no computador;
- g) coordenar os trabalhos que são afetos à seção, objetivando a racionalidade e perfeita consecução dos mesmos;
- h) manter sob sua responsabilidade e zelar pelos materiais e equipamentos que compõem o patrimônio e estoque do setor;
- i) desenvolver as atribuições que lhe são conferidas em conjunto com as demais Seções da Coordenadoria.

3. Seção de Manutenção

- a) ter sob guarda e responsabilidade as máquinas, peças e materiais requisitados para o serviço de manutenção e controlar o consumo e ou utilização;
- b) coordenar serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas do prédio;
- c) acompanhar os serviços prescritos e executados pelas demais seções da Coordenadoria, relativo as suas atribuições;
- d) coordenar a manutenção de equipamentos, mobiliários e materiais da Assembléia Legislativa, de acordo com as suas atribuições;
- e) elaborar relatórios periódicos a respeito do desempenho e qualificação da mão-de-obra contratada;
- f) propor a adoção de medidas de caráter técnico quanto à conservação e manutenção interna e externa do prédio da Assembléia Legislativa;
- g) efetuar levantamento de dados para prescrição dos serviços a serem executados;
- h) acompanhar os técnicos das empresas contratadas que venham à Assembléia Legislativa para executar orçamentos e vistorias;
- i) manter e zelar pelos materiais e equipamentos que compõem o patrimônio e o estoque da Seção; e
- j) desenvolver as atribuições que lhe são conferidas em conjunto com as demais Seções da Coordenadoria.

4. Seção de Segurança dos Ambientes de Trabalho

- a) sugerir providências relativas à segurança e às condições de trabalho nos diversos setores;
- b) avaliar periodicamente as condições de trabalho nos ambientes da Assembléia Legislativa;
- c) propor reambientação baseadas nas avaliações realizadas nos ambientes de trabalho;
- d) reduzir e/ou eliminar a incidência de doenças relacionadas ao trabalho;
- e) criar e manter dispositivos de segurança e proteção à estrutura física dos ambientes, bem como aos visitantes do prédio da Assembléia Legislativa;

- f) examinar em conjunto com as demais Seções da Coordenadoria projetos de obras, mobiliários, instalações e equipamentos, de forma a obter melhores condições de trabalho;
- g) avaliar as situações de risco à saúde e propor a eliminação do risco ou a proteção adequada;
- h) elaborar treinamentos visando a difusão de informação sobre ergonomia, segurança e saúde do trabalho, conforto ambiental, prevenção de doenças e acidentes de trabalho, motivação e organização do trabalho;
- i) propor intervenções de caráter técnico no que se refere à segurança, elaborando relatórios periódicos e sugerindo medidas objetivando as correções necessárias;
- j) elaborar e implementar no âmbito da Assembléia Legislativa o Programa de Proteção aos Riscos Ambientais - PPRA;
- k) desenvolver as atribuições que lhe são conferidas em conjunto com as demais Seções da Coordenadoria; e
- l) trabalhar em sintonia com a Coordenadoria de Saúde e Assistência.

5. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Técnico

- a) fornecer informações e documentos solicitados pelas demais seções da Coordenadoria;
- b) zelar pelo patrimônio do arquivo e do expediente sob sua responsabilidade;
- c) manter organizado o arquivo das correspondências recebidas e expedidas e de outros documentos relativos aos trabalhos na Coordenadoria;
- d) coordenar os trabalhos que são afetos à seção, objetivando a racionalidade e perfeita consecução dos mesmos;
- e) organizar e tratar os dados estatísticos ligados aos serviços prestados pela Coordenadoria;
- f) emitir relatório mensal e anual à Coordenadoria de Serviços Técnicos; e
- g) desenvolver as atribuições que lhe são conferidas em conjunto com as demais Seções da Coordenadoria.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Fiscalização de Contratos e Materiais

- a) ter sob sua responsabilidade o acompanhamento e fiscalização de empresas contratadas para a manutenção de equipamento e realização de serviços de manutenção periódica dentro dos ambientes da Assembléia Legislativa;
- b) coordenar serviços de manutenção preventiva e corretiva prestados pelas empresas contratadas;
- c) acompanhar os serviços prescritos e executados pelas empresas terceirizadas, relativo as suas atribuições;
- d) coordenar a manutenção prestada por empresas contratadas em equipamentos, mobiliários e materiais da Assembléia Legislativa, de acordo com as suas atribuições;
- e) elaborar relatórios periódicos a respeito do desempenho e qualificação da mão-de-obra contratada;
- f) organizar a distribuição dos materiais e equipamentos, de acordo com a sua classificação;
- g) conferir as mercadorias adquiridas;
- h) sugerir a aquisição dos materiais e equipamentos necessários aos serviços executados pela Coordenadoria de Serviços Técnicos;
- i) coordenar os trabalhos que são afetos à seção, objetivando a racionalidade e perfeita consecução dos mesmos;
- j) manter e zelar pelos materiais e equipamentos que compõem o patrimônio e estoque do setor; e
- k) desenvolver as atribuições que lhe são conferidas em conjunto com as demais Seções da Coordenadoria.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS**1. Seção de Telefonia Fixa**

- a) receber, efetuar e controlar as ligações telefônicas da Assembléia Legislativa;
- b) controlar os serviços realizados na área de telefonia, agilizando as solicitações à empresa mantenedora;
- c) emitir relatório mensal das solicitações e serviços realizados;
- d) manter agendas de ramais, categoria, senhas e telefones atualizados; e
- e) manter atualizada a programação de mensagem de espera.

2. Seção de Sonorização

- a) coordenar e supervisionar os serviços de sonorização do Plenário e de todos os ambientes da Assembléia Legislativa;
- b) assegurar a transmissão de som de forma eficiente;
- c) coordenar as atividades da equipe responsável pela sonorização nos eventos externos; e
- d) controlar a agenda de utilização dos ambientes sob sua responsabilidade.

3. Seção de Supervisão de Plenário, Plenarinho e de Auditório

- a) controlar o desempenho dos equipamentos utilizados nos ambientes da Assembléia Legislativa;
- b) coordenar os serviços de atendimento executados nos ambientes da Assembléia Legislativa, durante as audiências públicas, reuniões, palestras, seminários e outros; e
- c) supervisionar os serviços de café, água, iluminação, e outros necessários à realização dos eventos.

4. Seção de Fiscalização e Controle de Contratos

- a) fiscalizar e controlar o contrato das prestadoras de serviços que Assembléia Legislativa mantém atualmente com as empresas de mão de obras terceirizadas;
- b) monitorar o recebimento dos salários, vale-transportes e vale-alimentação dos servidores terceirizados;
- c) coordenar a lotação dos servidores terceirizados;
- d) controlar a assiduidade dos servidores terceirizados que prestam serviços à Assembléia Legislativa; e
- e) emitir relatório de descontos das tarifas telefônicas dos Deputados e dos de mais setores.

5. Seção de Administração do Posto do Correio

- a) coordenar os serviços de emissão de correspondências através do contrato entre Assembléia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nos serviços telemáticos convencionais, adicionais, nas modalidades internacional, carga de máquina de franquear, bem como a venda de produtos postais, disponibilizados na unidade de atendimento na Assembléia Legislativa e serviços de sedex; e
- b) controlar os gastos com selos dos Deputados e demais setores da Assembléia Legislativa.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Controle e Distribuição de Correspondência

- a) enviar, receber e distribuir jornais, revistas e demais correspondências em geral; e
- b) encaminhar as correspondências dos Deputados e demais setores; e
- c) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

7. Assessoria Técnica-Administrativa - Serviços de Apoio

- a) supervisionar os serviços de garçonagem;
- b) supervisionar a barbearia dos Deputados;
- c) dar atendimento aos serviços desenvolvidos durante realização de eventos no Plenário, e em outros ambientes da Assembléia Legislativa; e
- d) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

8. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Técnico de Sonorização

- a) responsabilizar-se pela operação dos serviços de som e gravação, no auditório, Plenarinho, espaço cultural, hall, sala das Comissões ou, em ocasiões especiais, fora das dependências da Assembléia Legislativa; e
- b) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

9. Assessoria Técnica-Administrativa - Manutenção Técnica

- a) coordenar os reparos e consertos dos aparelhos de som da Assembléia Legislativa;
- b) promover a contínua manutenção preventiva e corretiva de forma a manter a efetividade dos serviços; e
- c) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

Gerência de Protocolo-Geral

1. Assessoria Técnica-Administrativa - Informação e Distribuição de Documentos

- a) indexar em fichas de controle a correspondência encaminhada pelos diversos setores da Assembléia Legislativa;
- b) controlar o fluxo dos documentos;
- c) manter as fichas de protocolo atualizados;
- d) informar aos interessados a situação e destino dos documentos; e
- e) auxiliar a Gerência no desenvolvimento de suas atividades.

COORDENADORIA DE RECURSOS MATERIAIS**1. Seção de Compras de Bens e Serviços**

- a) realizar levantamento prévio de preços (orçamento);
- b) formalizar e encaminhar processos à Diretoria Financeira;
- c) organizar e instruir processos licitatórios;
- d) emitir ordens de compra;
- e) providenciar a reposição dos bens patrimoniais irrecuperáveis, quando solicitado;
- f) elaborar mapas de compras de bens e serviços; e
- g) identificar a modalidade de compra, se direta ou através de processos licitatórios.

2. Seção de Cadastro, Arquivo e Compras Externas

- a) organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores, propondo a inclusão e a exclusão daqueles considerados inidôneos;

- b) formalizar cópia dos processos licitatórios e de aquisição direta;
- c) organizar o arquivo de acordo com as modalidades de licitação; e
- d) verificar, in loco, as mercadorias a serem adquiridas.

3. Seção de Orçamentos

- a) instruir processos licitatórios;
- b) efetuar preços médios de mercado para processos licitatórios;
- c) elaborar mapas de compras de bens e serviços;
- d) acompanhar os editais; e
- e) realizar levantamento prévios das despesas autorizadas.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Técnico

- a) auxiliar na atualização do cadastro de fornecedores;
- b) auxiliar na organização dos processos de licitação;
- c) contribuir na elaboração das ordens de compra;
- d) assessorar no acompanhamento dos editais;
- e) auxiliar no levantamento de dados para elaboração do relatório final; e
- f) auxiliar às Chefias de Seções no desenvolvimento de suas atividades.

5. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Técnico

- a) auxiliar na atualização do cadastro de fornecedores;
- b) auxiliar na organização dos processos de licitação;
- c) contribuir na elaboração das ordens de compra;
- d) assessorar no acompanhamento dos editais;
- e) auxiliar no levantamento de dados para elaboração do relatório final; e
- f) auxiliar às Chefias de Seções no desenvolvimento de suas atividades.

Gerência de Almoxarifado**1. Assessoria Técnica-Administrativa - Controle de Material Permanente**

- a) proceder o registro de entrada e saída de móveis e equipamentos novos e material de expediente;
- b) realizar inspeção de conferência de especificações de materiais adquiridos;
- c) elaborar relatório mensal de controle de material permanente e de consumo interno;
- d) controlar a variação de estoque; e
- e) responsabilizar-se pelo encaminhamento do relatório de ressarcimento de verba de Gabinete e Liderança.

COORDENADORIA DE TRANSPORTES**1. Seção de Controle e Movimentação**

- a) realizar conferência dos relatórios mensais;
- b) controlar diárias dos motoristas;
- c) supervisionar os traslados na contratação de ônibus e vans;
- d) elaborar relatórios de multas para encaminhamento ao Diretor Administrativo e de Tecnologia;
- e) conferir os documentos de veículos quanto a multas e revisões; e
- f) conferir a Carteira Nacional de Habilitação dos motoristas da Assembléia Legislativa.

2. Seção de Manutenção de Veículos

- a) prestar serviços de mecânica, lataria e reparos em geral;
- b) encaminhar os veículos para as oficinas especializadas;
- c) prestar atendimento de emergência para os Gabinetes; e
- d) executar tarefas administrativas diversas.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Suporte Administrativo

- a) desempenhar funções no controle de expedientes recebidos;
- b) supervisionar os roteiros e escalas de viagens;
- c) controlar entradas e saídas dos veículos; e
- d) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Controle de Veículos

- a) conferir gastos com combustíveis;
- b) controlar adiantamento de combustíveis para frota de veículos;
- c) controlar a kilometragem da frota e emitir relatórios mensais; e
- d) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

COORDENADORIA DE INFORMÁTICA**1. Seção de Administração de Licenças**

- a) controlar os bens patrimoniais lotados na Coordenadoria de Informática;
- b) controlar o empréstimo de equipamentos para servidores da Assembléia Legislativa;
- c) controlar prazos de garantia e contratos de manutenção dos equipamentos de informática, encaminhando-os quando necessário, para reparos ou substituição;

- d) instalar, atualizar versões e controlar as cópias dos sistemas licenciados pela Assembléia Legislativa em uso em microcomputadores;
- e) realizar consulta de viabilidade técnica referente à aquisição e manutenção de equipamentos de informática;
- f) requisitar à Coordenadoria de Recursos Materiais a aquisição de peças e equipamentos de informática;
- g) elaborar a minuta dos editais de licitação, bem como a dos contratos, acordos, convênios ou ajustes pertinentes à Coordenadoria de Informática;
- h) cumprir as recomendações e determinações contidas no plano de segurança da informação elaborado pela Coordenadoria de Informática; e
- i) apresentar mensalmente relatório de atividades e cronograma para o próximo mês.

2. Seção de Web

- a) projetar e executar o desenvolvimento, implantação e manutenção preventiva e corretiva das páginas estáticas e dinâmicas para a internet/intranet, zelando pelo correto acesso às páginas estáticas e de acesso restrito, seguindo os padrões ergonômicos e os estabelecidos pela Coordenadoria de Informática;
- b) sugerir padrões a serem seguidos nas páginas estáticas e dinâmicas;
- c) promover ações que orientem o usuário acerca do correto uso da tecnologia, através de informativos nas páginas da internet/intranet;
- d) produzir páginas de conteúdo de forma a reduzir a manutenção e oferecer uma gama maior de serviços aos usuários;
- e) gerenciar e supervisionar as atividades dos profissionais contratados pela Assembléia Legislativa para esta finalidade;
- f) cumprir as recomendações e determinações contidas no plano de segurança da informação elaborado pela Coordenadoria de Informática; e
- g) apresentar mensalmente relatório de atividades e cronograma para o próximo mês.

3. Seção de Multimídia

- a) coordenar a operacionalização dos sistemas de multimídia utilizados na Assembléia Legislativa;
- b) operar os sistemas de multimídia do Plenário (voto eletrônico, vídeo cassete, datashow, telões, câmera de documentos e outros);
- c) dar suporte sobre terminais de votação nas Sessões Plenárias;
- d) prestar suporte técnico sobre recursos audiovisuais em audiências públicas, seminários e outros eventos que ocorrerem no Plenário, Plenarinho, auditório e sala das Comissões;
- e) gerenciar e supervisionar as atividades dos profissionais contratados pela Assembléia Legislativa para esta finalidade;
- f) cumprir as recomendações e determinações contidas no plano de segurança da informação elaborado pela Coordenadoria de Informática; e
- g) apresentar mensalmente relatório de atividades e cronograma para o próximo mês.

4. Seção de Administração da Rede

- a) planejar e executar backup, com definição de procedimentos de recuperação de dados, coordenação na recuperação de desastres envolvendo computadores servidores e elaboração de *scripts* de operação e gerenciamento;
- b) gerenciar o uso dos recursos do sistema, planejando sua capacidade;
- c) providenciar a migração de sistemas operacionais: atualização de versão de sistemas operacionais e aplicativos de rede;
- d) aplicar, imediatamente após a disponibilização, as correções de segurança dos softwares em produção, desenvolvimento e homologação;
- e) instalar, configurar, manter e administrar os sistemas operacionais para computadores servidores;
- f) instalar, configurar, manter e administrar o *firewall* e *proxy*, implementando as políticas de segurança definidas pela Assembléia Legislativa, definindo critérios e regras de filtragem, protegendo o ambiente corporativo de acessos não autorizados;
- g) instalar, configurar, manter e administrar serviços de e-mail, integrado com recursos de antivírus, anti-spam, bloqueio de anexos;
- h) instalar, configurar e administrar servidores de páginas http como apache e IIS da Microsoft, implementando rotinas de segurança e otimizando desempenho;
- i) instalar, configurar e administrar servidores de arquivos;

- j) instalar, configurar e administrar serviços de rede como DNS, FTP, DHCP, NTP, SMTP, SNMP, SAN, WMI, MMS, NAT, NAC, VLAN, VPN, SMB, SSH, TELNET, SSL, POP, IMAP, etc;
- k) criar e manter atualizada a documentação sobre o ambiente de rede, contemplando configuração de sistemas operacionais, *switches*, *routers*, rotinas de backup;
- l) criar e administrar contas de usuário para o ambiente de rede;
- m) manter seguro e operacional o sinal da TVAL na internet e intranet, com implementação;
- n) gerenciar e supervisionar as atividades dos profissionais contratados pela Assembléia Legislativa para esta finalidade;
- o) cumprir as recomendações e determinações contidas no plano de segurança da informação elaborado pela Coordenadoria de Informática;
- p) projetar, implantar, manter a execução de banco de dados;
- q) administrar, manter e prover acesso às informações contidas nos bancos de dados, respeitando as restrições de segurança e privacidade das informações;
- r) gerenciar e manter em funcionamento os equipamentos servidores;
- s) prover recursos de segurança das informações através de restrição de acesso e cópias de segurança;
- t) dar suporte à elaboração da base de dados da legislação catarinense;
- u) gerenciar e supervisionar as atividades dos profissionais contratados pela Assembléia Legislativa para esta finalidade; e
- v) apresentar mensalmente relatório de atividades e cronograma para o próximo mês.

5. Assessoria Técnica-Administrativa - Supervisão do Programa Interlegis

- a) divulgar o Programa Interlegis e prestar suporte a todas as Câmaras Municipais que aderirem ao Programa Comunidade Virtual do Legislativo Brasileiro;
- b) organizar a agenda e disponibilizar recursos para utilização da sala de videoconferência;
- c) organizar treinamentos e disponibilizar a sala de multiuso para realização de reuniões e debates;
- d) operar os equipamentos do Interlegis quando necessário;
- e) supervisionar as atividades dos profissionais contratados pela Assembléia Legislativa para esta finalidade;
- f) cumprir as recomendações e determinações contidas no plano de segurança da informação elaborado pela Coordenadoria de Informática; e
- g) apresentar mensalmente relatório de atividades e cronograma para o próximo mês.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Manutenção de Sistemas

- a) executar a manutenção dos sistemas, de acordo com os padrões estabelecidos pela Coordenadoria de Informática, revisando a documentação de modo a garantir que as alterações estabelecidas estejam de acordo com os propósitos dos projetos;
 - b) elaborar plano de trabalho, especificando prazos para a conclusão de cada uma das etapas referente ao desenvolvimento de sistemas;
 - c) levantar informações para projetos de sistemas junto aos usuários;
 - d) propor alteração de sistemas existentes ou em desenvolvimento;
 - e) desenvolver estudos da estrutura organizacional, rotinas de trabalho e de otimização dos recursos computacionais, visando melhorar os benefícios propiciados pelos sistemas de processamento de dados;
 - f) propor a implantação ou alteração dos padrões de documentação a serem adotados no desenvolvimento de sistemas;
 - g) efetuar estudos acerca da implantação e manutenção de metodologias para o desenvolvimento de sistemas;
 - h) orientar programadores e implantadores quanto às suas responsabilidades no desenvolvimento e implantação de sistemas;
 - i) coordenar a implantação de sistemas; e
- formalizar os procedimentos administrativos e operacionais relacionados aos sistemas, compreendendo a elaboração de manuais de documentação do projeto e operação dos sistemas, compatibilizando-os com as normas da Coordenadoria de Informática.

Gerência de Projetos e Desenvolvimento

1. Assessoria Técnica-Administrativa - Atendimento aos Usuários

- a) orientar e esclarecer dúvidas sobre a utilização de equipamentos, softwares e sistemas desenvolvidos ou licenciados pela Assembléia Legislativa;

- b) encaminhar os problemas aos setores competentes da Coordenadoria de Informática para solução;
- c) prestar suporte na utilização de e-mail, acesso à internet, sistemas operacionais e pacotes de automação de escritório (editor de textos, planilhas, banco de dados, etc.) homologados pela Coordenadoria de Informática;
- d) gerenciar e supervisionar as atividades dos profissionais contratados pela Assembléia Legislativa para esta finalidade;
- e) cumprir as recomendações e determinações contidas no plano de segurança da informação elaborado pela Coordenadoria de Informática; e
- f) apresentar mensalmente relatório de atividades.

Gerência de Suporte e Manutenção

1. Assessoria Técnica-Administrativa - Manutenção de Equipamentos

- a) encaminhar os problemas aos setores competentes da Coordenadoria de Informática para solução;
- b) consertar os equipamentos fora da garantia;
- c) instalar e configurar periféricos de informática em equipamentos da Assembléia Legislativa;
- d) orientar os usuários acerca da correta utilização dos equipamentos;
- e) controlar a entrada e saída de microcomputadores, com manutenção externa;
- f) providenciar chamados de empresas quanto aos equipamentos em garantia;
- g) observar o período de garantia dos equipamentos, informando à Gerência de Suporte e Manutenção;
- h) gerenciar e supervisionar as atividades dos profissionais contratados pela Assembléia Legislativa para esta finalidade; e
- i) apresentar relatório de atividades e cronograma.

COORDENADORIA DE DIVULGAÇÃO E SERVIÇOS GRÁFICOS

1. Seção de Comunicação Visual, Editoração, Cadastro e Distribuição de Avulso

- a) controlar o número de cópias utilizadas pelos Gabinetes dos Deputados e demais setores;
- b) enviar os relatórios de requisições de fotocópias para a Coordenadoria do Orçamento Parlamentar;
- c) receber e ordenar as matérias legislativas (projetos de emenda constitucional, de lei, de resolução e outros);
- d) distribuir os avulsos e manter o arquivo organizado;
- e) responsabilizar-se pela programação visual, criação e edição gráfica de publicações; Revista do Legislativo, Regimento Interno, Constituição Estadual; Relatório Anual, livros, convites, cartões, capas, formulários, blocos e outros impressos;
- f) criar, compor e produzir a arte-final das logomarcas, dos impressos, dos anúncios publicitários e das publicações oficiais da Assembléia Legislativa;
- g) elaborar composições gráficas, dando suporte aos setores administrativos e parlamentares na elaboração de material de divulgação de Sessões Especiais, Solenes, audiências públicas;
- h) receber, por e-mail ou através de mídia digital (cd, disquete ou rede), material de impressão dos Gabinetes dos Deputados;
- i) enviar arquivos para impressão; e
- j) zelar pelo pleno funcionamento dos equipamentos, providenciando sua manutenção quando necessária.

2. Seção de Fotocópia

- a) coordenar os trabalhos de reprodução através de equipamento fotocopiador;
- b) controlar as solicitações de cópias para emissão de relatório quantitativo;
- c) coordenar os trabalhos de impressão coloridas e preto e branco;
- d) fiscalizar destino de insumo utilizados nos equipamentos;
- e) controlar o material (toner, papel, óleo, etc) para uso dos equipamentos; e
- f) zelar pelo pleno funcionamento dos equipamentos, providenciando sua manutenção quando necessária.

3. Seção de Serviços Gráficos

- a) transformar originais em filmes, revelar de chapas *offset* e serviços de impressões gráficas através de máquina *offset* e duplicadora digital;
- b) proceder o corte de papel, refilo de material impresso, grampeamento, dobragem, blocagem, encadernações espirais e mono-binder;
- c) controlar material de almoxarifado interno; e
- d) organizar o produto da produção para posterior distribuição.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Técnico de Impressão

- a) auxiliar o Chefe de Seção na elaboração e execução dos serviços de impressões preto-branco e colorida;

- b) auxiliar no controle de material para uso dos equipamentos;
- c) fiscalizar destino de insumo; e
- d) solicitar manutenção de equipamento quando necessário.

5. Assessoria Técnica-Administrativa - Impressão e Acabamento

- a) auxiliar o Chefe de Seção na elaboração e execução dos serviços gráficos; e
- b) auxiliar no corte de papel, refilo de material, impressão *offset*, manutenção e limpeza do equipamento *offset*.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Controle, Cadastro e Distribuição

- a) controlar o número de cópias utilizadas pelos Gabinetes dos Deputados e demais setores;
- b) enviar os relatórios de requisições de fotocópias para a Coordenadoria do Orçamento Parlamentar;
- c) receber e ordenar as matérias legislativas (projetos de emenda constitucional, de lei, de resolução e outros); e
- d) distribuir os avulsos e manter o arquivo organizado.

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES

1. Seção de Atendimento ao Público

- a) dirigir e administrar o desenvolvimento dos trabalhos realizados pelas atendentes "via balcão";
- b) identificar e controlar os registros dos visitantes;
- c) direcionar os cidadãos que vêm em busca de seus representantes e de informações;
- d) orientar e encaminhar o cidadão que busca por informações sobre os seus direitos e deveres;
- e) manter atualizada a agenda de atividades do hall da Assembléia Legislativa;
- f) acompanhar matérias em tramitação nas Comissões e no Plenário, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- g) manter atualizado o banco de dados de "Atendimento ao Cidadão";
- h) pesquisar junto aos órgãos públicos os serviços de atendimento oferecidos ao cidadão gratuitamente;
- i) manter atualizado o banco de dados das entidades filantrópicas; e
- j) disponibilizar o banco de dados dos terceirizados e estagiários.

2. Seção de Atendimento On-line

- a) receber, responder e ou encaminhar e-mails do "fale conosco" no site da Assembléia Legislativa;
- b) atualizar e disponibilizar as informações municipais, bem como alimentar o banco de dados municipais da site da Assembléia Legislativa;
- c) atender via *on-line* consultas e projetos de pesquisa de interesse do público interno e externo;
- d) atender e informar via *on-line* as informações de conhecimento pertinentes ao acesso da Legislação Estadual, Federal e Municipal disponibilizada no site da Assembléia Legislativa e outras;
- e) receber dos cidadãos, sugestões, propostas, críticas, observações, comentários e denúncias referentes aos setores público e privado;
- f) organizar diariamente o arquivo de e-mails recebidos e expedidos do do fale - conosco;
- g) inserir e conferir informações no banco de endereços eletrônicos;
- h) supervisionar o sistema de unificação de dados;
- i) atender as necessidades de pesquisas de interesse do público externo e interno; e
- j) colaborar na identificação, organização, atualização e divulgação de informações sobre os municípios catarinenses.

3. Seção de Assuntos Legislativos

- a) supervisionar a atualização diariamente da agenda dos eventos da Assembléia Legislativa no site;
- b) manter ordenadas as informações de conhecimento da agenda visual, no hall da Assembléia Legislativa;
- c) atualizar e alimentar o projeto "Histórico da Movimentação Parlamentar" no site da Assembléia Legislativa;
- d) manter atualizado o projeto-pesquisa sobre as bancadas dos partidos, constituintes, líderes e vice-líderes, Mesa, pesquisa parlamentar, suplentes em exercício e Presidentes da Assembléia Legislativa - 1947 até hoje;
- e) manter atualizado o banco de dados das Sessões Solenes e homenageados da Assembléia Legislativa;
- f) cadastrar informações das Comissões Permanentes, Comissões Especiais e Comissões de Inquéritos Parlamentares; e
- g) cadastrar todos os assessores e Chefes das Comissões Permanentes.

4. Seção de Controle da Documentação

- a) conferir e atualizar os endereços do guia telefônico, "livreto informativo";
- b) conferir e atualizar as informações dos ramais e telefones, disponibilizados no *site* da Assembléia Legislativa;
- c) manter atualizados os dados e endereços dos Deputados e ex-Deputados;
- d) atualizar as informações contidas no banco de dados sobre instituições federais estaduais, municipais e particulares;
- e) manter organizados e arquivados os expedientes recebidos e expedidos;
- f) revisar os bancos de dados do programa Access;
- g) catalogar revistas, folder, livros e livretos recebidos; e
- h) coordenar os serviços de revisão de documentos político-parlamentares e de matérias institucionais.

5. Assessoria Técnica-Administrativa - Atualização e Revisão

- a) revisar os bancos de dados do setor;
- b) manter atualizadas as pastas de informações da Assembléia Legislativa e do Governo do Estado;
- c) manter ordenado todos os diários da Assembléia Legislativa;
- d) revisar antes da publicação o "guia telefônico"; e
- e) preparar a expedição de correspondências.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Suporte Técnico

- a) organizar o banco de dados da Assembléia Legislativa e zelar pela qualidade de seu conteúdo;
- b) manter e atualizar as bases de dados do Sistema Integrado nas quais se armazenam dados da Assembléia Legislativa, o registro dos municípios catarinenses e o registro de instituições públicas e da sociedade civil;
- c) elaborar folder informativo; e
- d) executar o Projeto Histórico-Institucional, que consiste em pesquisa histórica, da Assembléia Legislativa, constituintes, Mesa, suplentes, partidos políticos, representação política dos parlamentares; legislaturas e Sessões Legislativas.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**1. Seção de Processamentos Licitatórios**

- a) auxiliar os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações;
- b) designar e providenciar os Atos, por orientação do Coordenador, dos Pregoeiros e auxiliares de apoio;
- c) elaborar, expedir e providenciar as publicações dos resultados das licitações;
- d) providenciar e acompanhar os recursos administrativos eventualmente impetrados pelas licitantes;
- e) prestar às licitantes todas as informações, inclusive cópias, dos atos e documentos relacionados com os processos licitatórios;
- f) providenciar os Atos dos recursos administrativos para efeito de assinatura da autoridade competente da Assembléia Legislativa;
- g) providenciar as informações para o Tribunal de Contas do Estado (TC 32), sobre os atos mensalmente praticados na Coordenadoria de Licitações (licitações, contratos, aditivos, convênios, protocolos, acordos, cessões, concursos, etc); e
- h) manter sob vigilância todos os processos licitatórios até a sua conclusão final.

2. Seção de Apoio Operacional

- a) controlar todos os serviços de secretaria (guarda e expedição de correspondência, controle do material de expediente, atendimento do público/licitantes, etc.);
- b) auxiliar o Coordenador nos seus afazeres do dia-a-dia (atendimento das consultas efetuadas via telefone e e-mail, controle e acompanhamento dos serviços efetuados pelos terceirizados e estagiários);
- c) oferecer subsídios ao Coordenador quanto à organização da fase interna das contratações, sejam elas advindos dos processos licitatórios ou de aquisição direta;
- d) controlar os processos de aquisição direta, com o respectivo registro no sistema de processamento de dados;
- e) viabilizar os trabalhos das Comissões Legais (Comissão Permanente de Licitações e Comissão de Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros), promovendo a interação dos trabalhos e auxiliando na pré-elaboração dos processos;

- f) manter organizados os arquivos e pastas de documentos da Coordenadoria (ofícios, contratos, termos aditivos, convênios, protocolos, acordos, ajustes, etc.);
- g) supervisionar e acompanhar, na fase interna, a elaboração dos processos licitatórios;
- h) elaborar, expedir e publicar os atos da Coordenadoria (na Imprensa Oficial, nos jornais e no Diário da Assembléia Legislativa);
- i) providenciar as assinaturas nos contratos, convênios, acordos, protocolos e outros ajustes junto aos interessados/contratados;
- j) providenciar e manter na Coordenadoria livros atualizados, publicações legais e regulamentares, instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado, coletâneas jurisprudenciais e doutrinárias;
- k) elaborar no final de cada exercício orçamentário, ou sempre que solicitado pela autoridade competente, relatório das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Licitações;
- l) organizar, junto com o Presidente da Comissão Permanente de Licitações e/ou Pregoeiro, o agendamento das Sessões Públicas e dos processos licitatórios;
- m) encaminhar para a Procuradoria Jurídica todos e quaisquer documentos legais para exame e aprovação;
- n) encaminhar para a Comissão de Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros os instrumentos legais para efeito de confecção e/ou conferência; e
- o) manter e controlar o sistema de arquivo e o material de expediente utilizado na Coordenadoria, solicitando a substituição e o abastecimento sempre que necessário.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio aos Processamentos Licitatórios

- a) auxiliar os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações;
- b) auxiliar na elaboração, expedição e providências necessárias as publicações dos resultados das licitações;
- c) acompanhar os recursos administrativos eventualmente impetrados pelas licitantes;
- d) providenciar cópias dos atos e documentos relacionados com os processos licitatórios;
- e) auxiliar no levantamento de informações para o Tribunal de Contas do Estado; e
- f) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Suporte Administrativo

- a) controlar todos os serviços de secretaria;
- b) auxiliar a Chefia de Seção nos seus afazeres do dia-a-dia (atendimento das consultas efetuadas via telefone e e-mail, controle e acompanhamento dos serviços efetuados pelos terceirizados e estagiários);
- c) oferecer subsídios a Chefia de Seção quanto à organização da fase interna das contratações, sejam elas advindos dos processos licitatórios ou de aquisição direta;
- d) auxiliar no controle dos processos de aquisição direta, com o respectivo registro no sistema de processamento de dados;
- e) auxiliar na viabilização dos trabalhos das Comissões Legais (Comissão Permanente de Licitações e Comissão de Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros);
- f) manter organizados os arquivos e pastas de documentos da Coordenadoria (Ofícios, contratos, termos aditivos, convênios, protocolos, acordos, ajustes, etc.);
- g) organizar, junto com o Presidente da Comissão Permanente de Licitações e/ou Pregoeiro, o agendamento das Sessões Públicas e dos processos licitatórios; e
- h) auxiliar na manutenção e controle do sistema de arquivo e o material de expediente utilizado na Coordenadoria, solicitando a substituição e o abastecimento sempre que necessário.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**1. Seção de Informações**

- a) registrar, documentar e armazenar as informações, de forma computadorizada;
- b) criar e acompanhar banco de dados relacionais, tanto de forma sistêmica como esporádica, para atender necessidades de informação de pessoal;
- c) criar fórmulas de controle da composição de cargos comissionados e limite de verbas;
- d) elaborar documentos modelo de Portarias, Atos da Mesa e outros; e
- e) elaborar relatórios mensal e anual do setor.

2. Seção de Processos e Atos

- a) controlar e acompanhar o processo de servidores à disposição;
- b) providenciar encaminhamento de processos;
- c) expedir documentos por determinação da Mesa; e
- d) coordenar a expedição de Termos de Posse, Portarias e Atos da Mesa.

3. Seção de Admissão, Posse e Conferência de Atos e Portarias

- a) orientar, receber e organizar a documentação necessária à admissão do servidor;
- b) coordenar a elaboração do Termo de Posse necessário ao ingresso do servidor no quadro de pessoal;
- c) coordenar a conferência de Atos e Portarias; e
- d) registrar a ordem de expedição e numeração de Atos e Portarias.

4. Seção de Serviços Atendimento ao Plano de Saúde

- a) providenciar o encaminhamento do processo de adesão ao plano de saúde conveniado com a Assembléia Legislativa;
- b) auxiliar aos servidores no que concerne aos assuntos referentes ao plano de saúde;
- c) providenciar a entrega das carteiras de saúde, bem como sua renovação; e
- d) prestar informações referentes ao limite de cobertura ao plano de saúde, tempo de carência, documentação exigida para tipo de petição e demais orientações.

5. Assessoria Técnica-Administrativa - Atualização e Controle de Dados

- a) auxiliar na atualização do banco de dados;
- b) colaborar na elaboração de Termos de Posse, Portarias e Atos da Mesa;
- c) auxiliar na compilação de dados para a confecção do relatório anual do setor;
- d) colaborar no controle de limites de valores e quantitativos de servidores comissionados e servidores à disposição; e
- e) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Protocolo e Arquivamento

- a) protocolar e encaminhar processos e demais documentos;
- b) proceder o arquivamento de documentos;
- c) responsabilizar-se pelo recebimento e encaminhamento de e-mail;
- d) auxiliar na elaboração de comunicação interna da Diretoria; e
- e) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

7. Assessoria Técnica-Administrativa - Acompanhamento de Admissão e Posse

- a) orientar os servidores para a correta junção da documentação admissional;
- b) auxiliar na conferência da documentação e na convocação para assinatura do termo de posse;
- c) auxiliar na organização dos documentos de posse e admissão; e
- d) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

COORDENADORIA DE ATOS E REGISTROS FUNCIONAIS**1. Seção de Processamento da Informação**

- a) processar os registros funcionais, mantendo e atualizando os dados dos servidores;
- b) elaborar relatórios abrangendo todas as situações funcionais;
- c) providenciar a escala de férias dos servidores;
- d) desenvolver atividades relacionadas ao cadastramento, lotação e movimentação de pessoal;
- e) coordenar a microfilmagem dos documentos dos servidores;
- f) efetuar o controle de frequência dos servidores efetivos, comissionados e a disposição da Assembléia Legislativa;
- g) coordenar a emissão de identificação funcional;
- h) manter atualizado o cadastro dos servidores de origem externa;
- i) providenciar atualizações de programas tecnológicos; e
- j) executar outras atividades correlatas.

2. Seção de Informação de Processos Administrativos

- a) instruir processos relativos a direitos e deveres dos servidores;
- b) instruir processos administrativos;
- c) atender diligências de procedência administrativa ou jurídica;
- d) expedir certidões de tempo de serviço/contribuição e outras;
- e) atender solicitações funcionais oriundas de órgãos de origem externa;
- f) revisar informações sempre que for julgado necessário; e
- g) executar outras atividades correlatas.

3. Seção de Controle de Processos e Movimentação de Servidores

- a) controlar o fluxo dos processos administrativos;
- b) controlar servidores que se encontram à disposição de outros órgãos;
- c) manter atualizado os relatórios de cargos e benefícios;
- d) controlar servidores de outros órgãos à disposição da Assembléia Legislativa;
- e) controlar servidores que se encontram licenciados (licença-prêmio, licença para concorrer a cargo eletivo, licença para exercer cargo eletivo, licença para tratamento de saúde, licença gestação, licença para frequentar curso e outras);
- f) organizar coletâneas da legislação pertinente aos servidores;
- g) realizar estudos, pesquisas e levantamentos relacionados aos servidores;
- h) expedir correspondências; e
- i) realizar outras atividades correlatas.

4. Seção de Averbação de Documentação

- a) averbar toda documentação que envolve a vida funcional do servidor;
- b) elaborar relatórios mensais e anuais relativos à movimentação de pessoal;
- c) providenciar a abertura de pastas funcionais;
- d) organizar e manter atualizado o acervo dos servidores;
- e) expedir correspondências; e
- f) realizar outras atividades correlatas.

5. Seção de Benefícios e Atendimento ao Servidor

- a) orientar os servidores quanto aos seus direitos e deveres;
- b) emitir requerimentos de benefícios;
- c) conferir e analisar documentos comprobatórios constantes dos processos;
- d) dar suporte aos atendimentos de diligências nos processos de concessão de benefícios;
- e) manter contato com os servidores para esclarecimentos ou envio de documentação;
- f) informar o servidor do deferimento ou não do pedido de benefícios;
- g) manter o servidor informado das decisões; e
- h) realizar outras atividades correlatas.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio ao Processamento da Informação

- a) assessorar o Coordenador e o Chefe da Seção de Processamento da Informação no desenvolvimento e execução das atividades de sua competência;
- b) planejar e implementar programas de cadastramento dos servidores;
- c) levantar as necessidades de novos relatórios;
- d) analisar relatórios e encaminhar os resultados ao Coordenador para providências;
- e) analisar e sugerir mudanças nos programas e processos da Seção de Processamento da Informação; e
- f) realizar outras atividades correlatas.

7. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio ao Controle de Processos e Movimentação de Servidores

- a) assessorar o Coordenador e o Chefe da Seção de Controle de Processos e Movimentação de Pessoal no desenvolvimento e execução das atividades de sua competência;
- b) assessorar no controle da documentação dos servidores de outros Órgãos à disposição da Assembléia Legislativa;
- c) sugerir quando necessário, mudanças no trâmite interno de processos;
- d) assessorar na criação e emissão de relatórios provenientes de movimentação dos servidores; e
- e) realizar outras atividades correlatas.

8. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio à Averbação de Documentação

- a) assessorar o Coordenador e o Chefe da Seção de Averbação de Documentação no desenvolvimento e execução das atividades de sua competência;
- b) avaliar as averbações e sugerir mudanças no programa informatizado;
- c) assessorar na criação e execução de relatórios provenientes de documentação averbada;
- d) analisar e sugerir mudanças nos processos da Seção de Averbação de Documentação; e
- e) realizar outras atividades correlatas.

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL

1. Seção da Folha de Pagamento dos Deputados

- a) elaborar e confeccionar a folha de pagamento dos senhores Deputados;
- b) elaborar o pagamento de convocação e desconvocação ordinárias e extraordinárias;
- c) executar alterações e atualizações financeiras;
- d) emitir relatórios de consignações;
- e) emitir relatórios bancários e em meio magnético;
- f) atualizar dados cadastrais;
- g) emitir fichas financeiras anualmente;
- h) elaborar relatórios para recolhimento mensal; e
- i) elaborar e emitir informações financeiras à Secretaria da Receita Federal dos senhores Deputados e servidores da Assembléia Legislativa para fins de declaração de Imposto de Renda na Fonte (DIRF).

2. Seção da Folha de Pagamento dos Servidores Inativos

- a) elaborar e confeccionar a folha de pagamento dos servidores inativos;
- b) executar alterações e atualizações financeiras;
- c) emitir relatórios de consignações;
- d) emitir relatórios bancários e em meio magnético;
- e) emitir fichas financeiras anualmente;
- f) confeccionar guias de proventos;
- g) cadastrar novas aposentadorias;
- h) cadastrar e emitir relatórios referentes a descontos judiciais;
- i) elaborar o recadastramento anual; e
- j) executar e controlar os descontos em folha de pagamento dos planos de saúde vinculados ao Estado ou privados, bem como, enviar os arquivos de retorno para o fechamento contábil daqueles planos de saúde.

3. Seção da Folha de Pagamento dos Servidores Ativos

- a) elaborar e confeccionar a folha de pagamento dos servidores ativos;
- b) executar alterações e atualizações financeiras;
- c) emitir relatórios de consignações;
- d) cadastrar novos servidores do quadro funcional;
- e) efetuar o pagamento de férias;
- f) efetuar cálculos e implantação de benefícios;
- g) emitir fichas financeiras anualmente;
- h) elaborar e emitir relatórios para a repercussão financeira quando solicitado;
- i) efetuar cálculos de liminares;
- j) efetuar cálculos referentes a serviços extraordinários;
- k) elaborar arquivos mensais para o crédito do vale-alimentação em meio magnético;
- l) elaborar e emitir informações ao Ministério do Trabalho e Emprego dos servidores da Assembléia Legislativa através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); e
- m) elaborar e emitir informações dos servidores da Assembléia Legislativa para fins de comprovação de contribuição à Previdência Social e ao Ministério do Trabalho e Emprego através de Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

4. Seção de Registro, Controle e Apoio Técnico

- a) elaborar consultas junto às Procuradorias Jurídica, Legislativa e de Finanças, quando necessário;
- b) acompanhar a publicação de leis e decretos que versem sobre matérias inerentes a Coordenadoria;
- c) providenciar o cumprimento de decisões judiciais;
- d) supervisionar os serviços prestados pela empresa responsável pelo programa de vale-alimentação;
- e) confeccionar e emitir certidões e declarações diversas;
- f) emitir informações e ofícios para todas as esferas do Poder Público e da iniciativa privada quando solicitado;
- g) emitir a solicitação para a compra de vale-transporte;
- h) acompanhar e elaborar os arquivos para o depósito do PASEP em folha de pagamento dos servidores da Assembléia Legislativa;

- i) elaborar e emitir certidões para o IPESC para o pagamento de pensão por morte; e
- j) elaborar informações para o IPESC sobre a remuneração e contribuição dos servidores vinculados àquele Regime Previdenciário.

5. Seção de Informações e Atendimento ao Público

- a) entregar comprovantes de rendimentos pagos e de retenção de Imposto de Renda na Fonte;
- b) emitir e controlar as certidões de margem consignável para empréstimos junto às instituições financeiras;
- c) emitir declarações para a antecipação do pagamento do 13º salário junto às instituições financeiras;
- d) elaborar certidões para o pagamento de auxílio-funeral;
- e) controlar a entrega do vale-alimentação;
- f) controlar a entrega do vale-transporte;
- g) elaborar relatório mensal com todas as alterações efetuadas em folhas de pagamento;
- h) manter os arquivos da Coordenadoria organizados e atualizados;
- i) organizar, remeter e guardar fichas financeiras microfilmadas juntamente com o CIASC; e
- j) prestar atendimento ao público em geral.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Operacional

- a) auxiliar a Seção de Registro, Controle e Apoio Técnico, quanto à elaboração e controle do vale-transporte;
- b) cadastrar e emitir relatório mensal para a AFALESC, referente aos servidores que tem direito ao auxílio-educação;
- c) auxiliar a Seção de Informações e Atendimento ao Público quanto à organização e manutenção dos arquivos desta Coordenadoria;
- d) auxiliar a Seção de Informações e Atendimento ao Público quando solicitado; e
- e) auxiliar no controle e entrega do vale-alimentação.

7. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio aos Serviços de Folha de Pagamento

- a) auxiliar as Seções de Folha de Pagamento dos Servidores Ativos, Inativos e Deputados, quanto ao controle e digitação de seguros, empréstimos e demais descontos em folha de pagamento;
- b) auxiliar na confecção e entrega dos contracheques;
- c) fazer o recolhimento mensal dos descontos efetuados em folha de pagamento;
- d) cadastrar os servidores no programa do PASEP; e
- e) auxiliar no controle dos descontos em folha de pagamento dos planos de saúde do Estado ou privado.

8. Assessoria Técnica-Administrativa - Informações Técnicas

- a) auxiliar na elaboração dos arquivos para o depósito do PASEP em folha de pagamento dos servidores;
- b) auxiliar na elaboração e emissão de informações dos servidores para fins de comprovação de Contribuição à Previdência Social e ao Ministério do Trabalho e Emprego através de Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP);
- c) auxiliar na elaboração e emissão de informações financeiras à Secretaria da Receita Federal dos Senhores Deputados e servidores para fins de Declaração de Imposto de Renda na Fonte (DIRF); e
- d) auxiliar na elaboração e emissão de informações ao Ministério do Trabalho e Emprego dos servidores através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE PESSOAL

1. Seção de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoal

- a) elaborar o diagnóstico de necessidades de formação, capacitação e aprimoramento dos servidores;
- b) promover estudos com vistas ao aperfeiçoamento dos processos atinentes à gestão de recursos humanos;
- c) proceder pesquisas voltadas ao desenvolvimentos de recursos humanos e ao aprimoramento do processo de avaliação de desempenho;
- d) elaborar pesquisas no mercado referentes a cursos, palestras, seminários e outros de interesse da Assembléia Legislativa;
- e) analisar as solicitações de concessão de auxílio financeiro para custeio de cursos de graduação, pós-graduação e capacitação dos servidores;
- f) promover a avaliação das potencialidades do corpo funcional da Assembléia Legislativa;
- g) coordenar a operacionalização das demandas da Comissão de Avaliação e Desempenho; e
- h) acompanhar a aplicação dos mecanismos de avaliação de desempenho.

2. Seção de Lotação e Acompanhamento de Pessoal

- a) levantar e direcionar as demandas de servidores relacionadas com suas formações e atividades funcionais na Assembléia Legislativa;
- b) acompanhar os processos de lotação de servidores;
- c) analisar e propor a readaptação de servidores na sua atividade ocupacional, encaminhando quando necessário para cursos de qualificação;
- d) acompanhar o desenvolvimento da formação continuada do servidor, propondo ações para sua progressão;
- e) assessorar na implantação de projetos de formação continuada;
- f) dar suporte às atividades de qualificação externa dos servidores;
- g) acompanhar eventos importantes da vida funcional e educacional do servidor, apresentando manifestações de estímulo e congratulações;
- h) promover, em parceria com a Coordenadoria de Saúde e Assistência, projetos de preparação para aposentadoria do servidor;
- i) auxiliar na avaliação das necessidades de recursos humanos, visando à realização de concursos e realocação de pessoal;
- j) assessorar na elaboração de normas e regulamentos para concursos públicos e estágios probatórios; e
- k) assessorar nas providências necessárias à publicação e divulgação de editais de abertura de inscrição para concursos públicos.

3. Seção de Projetos e Gestão do Conhecimento

- a) elaborar e assessorar a implantação de projetos de capacitação profissional e formação continuada dos servidores;
- b) propor planos de desenvolvimento gerencial;
- c) gerenciar a implantação e atualização do banco de dados do perfil educacional e profissional dos servidores;
- d) elaborar programas de capacitação aos servidores durante o estágio probatório;
- e) acompanhar e avaliar, junto à Escola do Legislativo, o desenvolvimento do plano de qualificação profissional;
- f) gerenciar a disponibilização no *site* da Assembléia Legislativa de publicações de monografias, teses, dissertações e trabalhos técnicos dos servidores sobre temas de interesse do legislativo;
- g) avaliar e acompanhar custos relacionados à capacitação de pessoal;
- h) propor a celebração de convênios com entidades especializadas em ministrar cursos; e
- i) elaborar o relatório anual da Coordenadoria.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento

- a) auxiliar na operacionalização das demandas da Comissão de Avaliação de Desempenho;
- b) dar apoio técnico na preparação e realização de concurso público;
- c) auxiliar na elaboração do diagnóstico de necessidades de formação, capacitação e aprimoramento dos servidores;
- d) colaborar na pesquisa de cursos e eventos de interesse do servidor; e
- e) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

5. Assessoria Técnica-Administrativa - Informação e Atualização de Dados

- a) disponibilizar e atualizar no *site* informações de interesse do servidor;
- b) atualizar o banco de dados do setor;
- c) proceder ao *back-up* dos arquivos;
- d) responsabilizar-se pela comunicação com o servidores via e-mail; e
- e) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

COORDENADORIA DE ESTÁGIOS ESPECIAIS**1. Seção de Assessoramento de Assuntos Institucionais**

- a) executar as diretrizes da Coordenadoria, notoriamente o programa Antonieta de Barros;
- b) promover ações referentes ao processo educativo;

- c) estabelecer relações com a Escola do Legislativo, conforme a lei 13.075/2004;
- d) proporcionar elo entre os estagiários do Programa Antonieta de Barros, seus respectivos estabelecimentos de ensino e entidades indicadoras;
- e) oportunizar a ampliação de perspectiva, na construção da cidadania crítica; e
- f) instrumentalizar o debate da política de ação afirmativa.

2. Seção de Assessoramento de Relações Humanas

- a) dar ênfase aos aspectos psicopedagógicos e de serviço social;
- b) praticar visitas domiciliares, visando o conhecimento dos responsáveis pelos estagiários, suas relações familiares e suas comunidades;
- c) capacitar a formação dos adolescentes, no que se refere a valores, responsabilidades e respeitabilidade;
- d) assegurar o entendimento acerca de seus direitos constitucionais na integralidade do ser;
- e) propor a realização de trabalhos, seminários, palestras e participação em audiências públicas;
- f) descrever o acompanhamento do perfil psicopedagógicos dos estagiários;
- g) garantir o acesso a espaços públicos ainda não vivenciados pelos estagiários; e
- h) promover e ampliar a igualdade de oportunidades dos jovens do Programa Antonieta de Barros-PAB.

3. Assessoria Técnica Administrativa - Secretaria

- a) secretariar as atividades da Coordenadoria e da administração dos estagiários e agência de integração empresa/escola;
- b) elaborar ofícios internos e externos;
- c) monitorar a entrega de relatórios;
- d) organizar as documentações;
- e) estabelecer convênios com parceiros do Projeto Antonieta de Barros;
- f) realizar a execução de atividades previstas no planejamento, como estratégia de eficácia;
- g) averiguar a frequência dos estagiários e da equipe;
- h) manter o diálogo com o estagiário cotidianamente, na busca de melhor entrosamento entre eles, a equipe da CEE e os servidores da Assembléia Legislativa; e
- i) propiciar eventos que vislumbrem a construção da cidadania.

DIRETORIA FINANCEIRA**1. Seção de Apoio Administrativo**

- a) acompanhar, junto à Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita do Estado e seu reflexo no orçamento da Assembléia Legislativa, conferindo: participação percentual e prazos estipulados em lei para a transferência desses recursos;
- b) acompanhar, conjuntamente com a Coordenadoria de Tesouraria, o saldo bancário da Assembléia Legislativa e as aplicações no mercado financeiro;
- c) organizar, em conjunto com a Coordenadoria de Tesouraria, agenda de pagamento da folha de Deputados e servidores, e acompanhar a sua execução;
- d) assessorar a Diretoria quando da elaboração da proposta orçamentária, e acompanhar a sua execução;
- e) auxiliar na redação de correspondências, relatórios e demais documentos;
- f) promover a comunicação entre a Diretoria e suas Coordenadorias; e
- g) efetuar outras atividades correlatas.

2. Seção de Controle de Processos

- a) analisar processos de pagamento de despesa, visando conferir à sua regularidade e formalidade;
- b) agendar despacho com a Secretaria Geral do Gabinete da Presidência, para coleta de assinaturas em documentos e processos de pagamentos;
- c) organizar, mensalmente, em conjunto com a Coordenadoria de Tesouraria, cronograma de dispêndio financeiro para pagamento de obrigações da Assembléia Legislativa;
- d) auxiliar na elaboração de agenda de pagamento de fornecedores e prestadores de serviços, e acompanhar a sua execução;
- e) organizar e manter registros e controle de processos; e
- f) efetuar outras atividades correlatas.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Serviços de Expediente

- a) receber e expedir documentos;
- b) requisitar, controlar e distribuir o material necessário à execução dos serviços;
- c) digitar textos e manter atualizado o sistema de controle de consignações, próprio da Diretoria Financeira, com inserção na folha de pagamento; e
- d) executar outras tarefas correlatas.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Serviços de Seleção e Guarda de Documentos

- a) receber, selecionar e classificar documentos;
- b) organizar documentos para microfilmagem;
- c) organizar e atualizar os arquivos da Diretoria; e
- d) executar outras tarefas correlatas.

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**1. Seção de Análise e Empenhamento de Despesa**

- a) analisar previamente os processos de empenhamento de despesa, com vistas à verificação de sua regularidade;
- b) proceder à liberação de dotação orçamentária, com vistas à aquisição de bens e serviços;
- c) emitir notas de empenho, de estorno e anulação, autorizados pelo ordenador de despesa;
- d) analisar os empenhos emitidos, promovendo, se for o caso, sua regularização;
- e) manter contato com as unidades responsáveis pelos processos de aquisição de materiais e serviços;
- f) efetuar o cadastramento de credores e solicitar alterações quando necessárias;
- g) receber e expedir documentos, e atender ao público interno e externo; e
- h) executar outras tarefas correlatas.

2. Assessoria Técnica-Administrativa - Serviços de Execução Orçamentária

- a) proceder à conferência da classificação de despesa, conforme normas vigentes;
- b) analisar previamente os processos de pagamento de despesa, com vistas à verificação de sua regularidade;
- c) conferir documentos fiscais, com base nos respectivos empenhos e contratos;
- d) confirmar a existência de declaração de recebimento de material ou serviço no verso dos documentos fiscais;
- e) emitir anualmente a declaração de rendimentos de pessoas físicas ou jurídicas que tenham sofrido retenção na fonte;
- f) informar o saldo orçamentário, e efetuar o bloqueio dos valores consignados em orçamento prévio para a aquisição de bens e serviços;
- g) receber e expedir documentos, e atender ao público interno e externo; e
- h) executar outras tarefas correlatas.

COORDENADORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**1. Seção de Adiantamento de Recursos Antecipados**

- a) efetuar o adiantamento de diárias;
- b) efetuar o adiantamento de combustíveis para veículos a serviço da Assembleia Legislativa;
- c) elaborar ordens bancárias de adiantamentos de diárias e combustíveis, e encaminhá-las à Coordenadoria de Tesouraria para pagamento;
- d) analisar a regularidade das notas de combustíveis e relatórios de viagem quando da prestação de contas, aprovando ou rejeitando-as, nos termos da legislação vigente;
- e) atender o público interno;
- f) montar, classificar e arquivar processos de pagamento de diárias e combustíveis; e
- g) executar outras tarefas correlatas.

2. Assessoria Técnica-Administrativa - Serviços de Análise de Prestação de Contas

- a) controlar a liberação de verbas de subvenção social;
- b) analisar e registrar processos de liberação de verbas para entidades assistenciais sem fins lucrativos;
- c) cadastrar entidades no sistema governamental (CIASC);
- d) emitir expediente às entidades beneficiadas para prestação de contas de verbas recebidas;
- e) analisar a regularidade das prestações de contas de subvenção social, aprovando ou rejeitando-as, conforme legislação vigente;
- f) atender o público interno e externo;

- g) elaborar o processo de tomada de contas especial em conjunto com a Procuradoria de Finanças, para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado;
- h) montar, classificar e arquivar processos de pagamento de subvenções sociais, para análise do Tribunal de Contas do Estado; e
- i) executar outras tarefas correlatas.

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**1. Seção de Escrituração e Geração de Relatórios**

- a) organizar, nos prazos determinados, toda a documentação necessária para a montagem dos balancetes mensais e do balanço anual, bem como a emissão de outros demonstrativos contábeis;
- b) emitir, diariamente, boletim financeiro;
- c) contabilizar, controlar e acompanhar os resultados da gestão orçamentária e financeira; e
- d) executar outras tarefas correlatas.

2. Assessoria Técnica-Administrativa - Serviços de Acompanhamento e Registro das Variações Patrimoniais

- a) analisar e selecionar documentos a serem arquivados;
- b) fornecer informações destinadas à elaboração de relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- c) acompanhar e controlar as variações patrimoniais; e
- d) executar outras tarefas correlatas.

COORDENADORIA DE TESOURARIA**1. Seção de Tesouraria**

- a) participar da análise de processos de pagamento;
- b) emitir ordens bancárias;
- c) elaborar boletim de caixa, diariamente;
- d) ser solidário na guarda dos talonários de cheques e extratos bancários;
- e) auxiliar no controle das contas da Assembleia Legislativa (conciliação bancária), acompanhando os saldos bancários e as aplicações financeiras;
- f) atender o público interno e externo; e
- g) executar outras tarefas correlatas.

2. Assessoria Técnica-Administrativa - Serviços Financeiros Auxiliares

- a) atender e orientar os clientes interno e externo;
- b) organizar e atualizar os arquivos da documentação financeira;
- c) expedir e receber documentos;
- d) executar serviços externos; e
- e) executar outras tarefas correlatas.

COORDENADORIA DO ORÇAMENTO PARLAMENTAR**1. Seção de Controle do Orçamento dos Gabinetes Parlamentares**

- a) emitir, diariamente, relatório referente às despesas com os Gabinetes Parlamentares;
- b) receber e analisar os pedidos de expedientes relativos a diárias de parlamentares e servidores, para dentro, fora do Estado e exterior;
- c) inserir no sistema as despesas referentes a passagens terrestres e aéreas;
- d) receber, analisar de acordo com a legislação vigente, e encaminhar para empenho os processos de subvenção social dos Gabinetes Parlamentares;
- e) prestar atendimento aos pedidos de participação em cursos; e
- f) confirmar os relatórios de despesas fixas emitidos pelos setores referentes a telefones fixos e móveis, correspondências, impressos, fotocópias, material de expediente, assinaturas de revistas e jornais, restaurantes e combustíveis.

2. Seção de Controle de Verbas Indenizatórias

- a) receber e analisar os lotes de despesas referentes às verbas indenizatórias do exercício parlamentar;
- b) atender e orientar o público interno, no que se refere às despesas indenizatórias; e
- c) conferir, em sistema próprio, o lançamento dos lotes de verbas indenizatórias e encaminhar a Coordenadoria de Execução Orçamentária.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Serviços de Apoio Técnico

- a) executar, diariamente, o lançamento das despesas dos Gabinetes Parlamentares;
- b) receber, analisar e elaborar processos de subvenção social;
- c) atender e orientar o público externo, no que se refere à subvenção social; e
- d) prestar atendimento e orientação ao público interno referente às despesas de Gabinete Parlamentar.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Serviços de Secretaria

- a) elaborar relatórios mensais das despesas de Gabinete Parlamentar;
- b) protocolar os processos de subvenção social encaminhado à Diretoria Financeira;
- c) encaminhar os processos para assinatura do Procurador Financeiro e para o Chefe de Gabinete da Presidência;
- d) responsabilizar-se pelo encaminhamento dos processos para Secretaria Geral, a fim de serem aprovados pela Mesa; e
- e) arquivar e ordenar os expedientes recebidos e expedidos.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**1. Seção de Sala de Imprensa**

- a) prestar atendimento aos jornalistas que procuram a Assembléia Legislativa;
- b) agendar, organizar e acompanhar entrevistas solicitadas por bancadas e/ou Deputados;
- c) fazer as convocações para coletivas;
- d) passar as pautas aos veículos; e
- e) administrar a sala de imprensa.

2. Seção do Centro de Documentação Jornalística

- a) planejar, organizar, implantar e manter os arquivos de áudio e vídeo da TVAL, do AL Notícias e da Rádio Assembléia Legislativa Digital.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Administrativo

- a) controlar a frequência de pessoal de toda a Diretoria, em especial terceirizados e estagiários; e
- b) organizar viagens do ponto de vista burocrático, transporte de pessoal e equipamentos, locação de equipamentos, pagamento de horas-extras, prestações de contas e afins.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Pesquisa e Produção de Documentos

- a) assessorar a Diretoria de Comunicação Social, em especial nas pesquisas necessárias à produção de projetos para a área; e
- b) escrever textos como artigos, pronunciamentos, relatórios e afins.

COORDENADORIA DE IMPRENSA**1. Seção de Redação**

- a) responsabilizar-se pela produção diária de matérias sobre tudo o que acontece na Assembléia Legislativa e pelas atividades fora da sede; e
- b) acompanhar a disponibilização do material produzido no site da Assembléia Legislativa, o qual é enviado diariamente por e-mail (boletins) a todos os veículos de comunicação do Estado e é utilizado no jornal semanal, AL Notícias.

2. Seção AL Notícias

- a) produzir o informativo semanal AL Notícias, com a síntese dos fatos que marcaram a semana na Assembléia Legislativa.

3. Seção de Fotografia

- a) responsabilizar-se pelos registros fotográficos dos acontecimentos e fatos jornalísticos da Assembléia Legislativa, complementando a produção de matérias pela Redação; e
- b) atender ainda às solicitações da Presidência e dos Deputados.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Clipping e Expedição

- a) responsabilizar-se pela impressão e distribuição do *clipping* de notícias e pela expedição do AL Notícias e de outros impressos da Diretoria; e
- b) responsabilizar-se pela atualização do *mailing*.

COORDENADORIA DE RÁDIO**1. Seção de Jornalismo**

- a) responsabilizar-se pela produção jornalística da emissora, cobertura de Sessões e Comissões, entrevistas e debates.

2. Assessoria Técnica-Administrativa - Programação

- a) responsabilizar-se pela grade de programação da emissora e pela produção dos programas em estúdio.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Operações Técnicas

- a) responsabilizar-se pelas operações técnicas e guarda dos equipamentos.

COORDENADORIA DE TV**1. Seção de Produção**

- a) responsabilizar-se pela produção dos programas de entrevistas, debates, documentários e especiais.

2. Seção de Programação

- a) responsabilizar-se pela concepção e manutenção da grade de programação da emissora, definindo, respeitando e mantendo os horários dos programas e a qualidade da transmissão.

3. Assessoria Técnica-Administrativa - Jornalismo

- a) responsabilizar-se por toda a produção jornalística;
- b) definir e discutir as pautas com os editores dos telejornais;
- c) repassar aos repórteres e produtores e ao chefe de operações a pauta e as atividades do dia seguinte e os equipamentos necessários;
- d) determinar à produção que providencie carro e demais condições para as reportagens;
- e) repassar ao coordenador a necessidade de diárias; e
- f) responsabilizar-se por passar o texto final do telejornal antes de ir ao ar, com o editor de texto.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Operações Técnicas

- a) coordenar o trabalho dos operadores de câmeras e auxiliares;
- b) distribuir as pautas de acordo com o Chefe de Jornalismo; e
- c) supervisionar e coordenar todo o trabalho técnico, envolvendo cinegrafistas, *switchers* e técnicos.

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 160, de 15/08/2007

Disciplina e fixa o quantitativo das funções de confiança.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, RESOLVE: *nos termos do art. 17 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006,*

Art. 1º Disciplinar as funções de confiança de que trata o art. 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006 e fixa o quantitativo na forma especificada no Anexo Único deste Ato de Mesa.

Art. 2º As funções de confiança de Chefia de Seção - PL/FC-3 e Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2, integrarão a estrutura da Chefia de Gabinete da Presidência, Diretoria-Geral, Procuradoria, Diretorias e Coordenadorias.

Parágrafo único. Na estrutura de Gerência somente poderá ser atribuída função de confiança de Assessoria Técnica-Administrativa.

Art. 3º As funções de confiança de que trata o art. 2º deste Ato são privativas de servidor efetivo do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Parágrafo único. O servidor designado deverá estar lotado no setor ao qual estiver vinculada a função de confiança, devendo ser imediatamente dispensado quando houver modificação na sua lotação.

Art. 4º Somente poderá ocorrer substituição na Chefia de Seção ou na Assessoria Técnica-Administrativa quando o titular afastar-se pelo período superior ou igual a sessenta dias.

Art. 5º As denominações, atribuições e designações para as funções de confiança de Chefia de Seção e de Assessoria e Assistência Técnicas dar-se-ão por Ato da Mesa no prazo de 30 dias a contar da publicação deste Ato.

Art. 6º As despesas decorrentes deste Ato correrão por conta do orçamento próprio da Assembléia Legislativa.

Art. 7º Fica revogado o Ato da Mesa nº 384, de 04 de dezembro de 2006, exceto em relação aos servidores designados para as funções de confiança de Chefia de Seção - PL/FC-3 e de Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2 da Procuradoria e da Coordenadoria de Saúde e Assistência.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

ANEXO ÚNICO DO ATO 160, DE 15/08/2007

SETORES	FUNÇÕES DE CONFIANÇA	
	CHEFIA DE SEÇÕES PL/FC-3	ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA PL/FC-2
Chefia de Gabinete da Presidência	04	02
Secretaria-Geral	02	02
Coordenadoria de Eventos	02	02
- Gerência de Cerimonial	00	02
- Gerência Cultural	00	02
- Gerência de Relações Institucionais	00	01
Coordenadoria da Escola do Legislativo	05	04
Coordenadoria da Biblioteca	02	01
Diretoria-Geral	04	02
Procuradoria Jurídica	03	02
Procuradoria de Finanças	02	02
Diretoria Legislativa	02	02
Consultoria Legislativa	03	00
Coordenadoria de Apoio ao Plenário	02	02
Coordenadoria de Expediente	05	03
Coordenadoria de Documentação	03	02
- Gerência do Centro de Memória	00	02
Coordenadoria de Publicação	04	01
Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário	04	02
Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões	04	02
Diretoria Administrativa e de Tecnologia	02	02
Coordenadoria de Serviços Técnicos	04	02
Coordenadoria de Serviços Gerais	05	04
- Gerência de Protocolo-Geral	00	01
Coordenadoria de Recursos Materiais	03	02
- Gerência de Almoxarifado	00	01
Coordenadoria de Transportes	02	02
Coordenadoria de Informática	04	02
- Gerência de Suporte e Manutenção	00	01
- Gerência de Projetos e Desenvolvimento	00	01
Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos	03	03
Coordenadoria de Informações	04	02
Coordenadoria de Licitações	02	02
Diretoria de Recursos Humanos	04	03
Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal	05	03
Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Pessoal	03	02
Coordenadoria de Saúde e Assistência	08	06
Coordenadoria de Estágios Especiais	02	01
Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais	05	03
Diretoria Financeira	02	02
Coordenadoria de Tesouraria	01	01
Coordenadoria de Contabilidade	01	01
Coordenadoria de Prestação de Contas	01	01
Coordenadoria do Orçamento Parlamentar	02	02
Coordenadoria de Execução Orçamentária	01	01
Diretoria de Comunicação Social	02	02
Coordenadoria de Imprensa	03	01
Coordenadoria de TV	02	02
Coordenadoria de Rádio	01	02

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 161, de 15/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, nos termos do artigo 17 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006 e c/c o artigo 2º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para as funções de

confiança de Chefia de Seção - PL/FC-3 e de Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2, estabelecidas no anexo III-B, da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006, conforme os anexos I, II, III, IV, V e VI, integrantes deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar em 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

ANEXO I do ato 161, de 15/08/2007**Chefia de Gabinete da Presidência****Chefia de Seção - PL/FC-3**

Seção de Controle de Agenda
Seção de Secretaria da Recepção
Seção de Serviços de Copa
Seção de Serviços de Recepção
Secretaria Geral

1902
1995
0456
1873

Myllene Vieira Camilli
Valeria Maria Buss
Edemir Vitor Pereira
Carmen Lucia Marian Souza

Chefia de Seção - PL/FC-3

Seção de Redação e Revisão
Seção de Suporte Técnico

2143
1145

Marcia Regina Petri
Maria Salete Willemann

Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Arquivo	1533	Miriam Cristina Valle Dalbosco
Expedição e Controle de Documentos	2103	Maria Lucia Fedeli Goncalves
Coordenadoria de Eventos		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Planejamento de Eventos Externos	1551	Washington Luis Mignoni
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Mestre de Cerimônias	1810	Soraia Marcal Boabaid
Gerência de Relações Institucionais		
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Apoio das Relações Institucionais	2106	Ana Maria Baggio da Silva
Gerência Cultural		
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Apoio e Planejamento de Eventos	1366	Diva Guimaraes de C. Cintra
Controle e Supervisão do Acervo	1294	Debora Mara Cardoso Borges
Escola do Legislativo		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Comunicação	0721	Marcos Aurelio Gungel
Seção de Projetos Especiais	1847	Isabella de Araujo B. Flores
Seção de Secretaria Acadêmica	2201	Luciane Dutra Meurer
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Núcleo de Cursos de Graduação e Pós-Graduação	0979	Flavia Mª de S. G. de Oliveira
Núcleo de Ensino a Distância	2003	Clovis Nelson Pires da Silva
Núcleo de Pesquisa e Assessoramento do Programa de Agentes Políticos	1801	Mabel Santos da Silva
Coordenadoria da Biblioteca		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Serviços de Referência	1889	Anita Maria Cardoso Vieira
Seção de Serviços Técnicos	1997	Geni Rebelatto dos Santos
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Pesquisa	1399	Claudio Jose Ramos Couto
ANEXO II do ato 161, de 15/08/2007		
Diretoria Legislativa		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Coleta e Gerenciamento de Dados	0871	Fabio Sprotte Floriani
Seção de Suporte Técnico	0863	Valter Hones
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Levantamento, Registro e Gerenciamento de Dados	1788	Paulo Eliseu Santos
Pesquisa e Recebimento de Documentos	1252	Maria Marcia de Melo Barreto
Consultoria Legislativa		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Pesquisa	1133	Arlinda Sandri
Seção de Revisão	0961	Noeli Terezinha Livi
Seção de Secretaria	1481	Rosvite Inez Machry
Coordenadoria de Apoio ao Plenário		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Coordenação de Sessões Solenes e Especiais	1349	Elizabeth Silveira Brandalise
Seção de Secretaria do Plenário	1876	Cleo Fatima Manfrin
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Assistência ao Plenário	1338	Maria Elizabeth Gonzaga
Protocolo e Digitação	1201	Adilson Agenor Peres
Coordenadoria de Expediente		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Análise, Elaboração e Revisão	2115	Gilmar Carginin
Seção de Expediente	1573	Marcia Otilia Sasso
Seção de Informática	1571	Marlise Furtado A R Burger
Seção de Protocolo e Registro de Proposições	1990	Dirce Lucia Piano
Seção de Tramitação e Elaboração da Ordem do Dia	0703	Rozane Marques Alves
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Elaboração da Ordem do Dia	1592	Mari Angela Pauli Custodio
Encaminhamento de Expediente	0704	Amilton de Araujo Soares
Redação Final e de Autógrafos das Proposições	1969	Maristela D. da Silveira Lima
Coordenadoria de Documentação		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Controle e Manutenção do Banco de Dados da Legislação	2044	Adelia Ferrari Cardoso
Seção de Documentação e Arquivo	0753	Maria Dalva Stahelin
Seção de Microfilmagem e Informação	1502	Cristiani Luchi Silveira
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Pesquisa e Arquivamento de Documentos	1799	Valci Antenor Manoel Dionisio
Pesquisa e Consolidação	0775	Adriana Lauth Gualberto
Gerência do Centro de Memória		
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Atendimento a Pesquisa	1132	Marli Lima Barroso
Laboratório de Conservação e Restauração Documental	1448	Amilton Goncalves
Coordenadoria de Publicação		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Controle	1105	Sonia V. de Carvalho Bernardes
Seção de Diagramação	1116	Nereu B. Spinola Bittencourt
Seção de Revisão e Supervisão	1027	Luiz Alberto Orsi
Seção de Suporte Administrativo	0772	Henrique Jose da Costa

Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Distribuição	1453	Celio Teodoro Dias
Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Apoio Operacional	1534	Nadia Regina Pereira
Seção de Controle de Registros	1170	Jacqueline S Thiago C Guaresma
Seção de Revisão	1503	Cristina L. Pinto Weschenfelder
Seção de Supervisão	1483	Rita de Cassia Costa
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Revisor Taquigráfico	1328	Rosana Fontes Noronha
Revisor Taquigráfico	1812	Cleusa Botelho Crippa
Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Organização de Roteiros para Revisão	1818	Denise Videira Silva
Seção de Redação Final	1814	Dulcineia Maria Goulart
Seção de Revisão	1210	Siomara Goncalves Videira
Seção de Supervisão	1439	Margareth Balsini Genovez
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Apoio Técnico	1437	Iwana Lucia Lentz
Controle de Atividades	0578	Maria de Fatima da Rocha
ANEXO III do ato 161, de 15/08/2007		
Diretoria Administrativa e de Tecnologia		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Apoio Administrativo e de Controle de Estágios	1872	Rosana Pio Silveira
Seção de Apoio e Logística	1921	Marcelo Domingues
Coordenadoria de Serviços Tecnicos		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Desenho Digital	0945	Luiz Otavio Garcia
Seção de Manutenção	1574	Mansur Melquiades E Junior
Seção de Projetos e Serviços Técnicos	0428	Leogildo Agenor Lino
Seção de Segurança dos Ambientes de Trabalho	2138	Clerson Larroyd
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Apoio Técnico	1811	Celita Pinto Fortkamp
Fiscalização de Contratos e Materiais	0705	Fernando Antonio Russi
Coordenadoria de Serviços Gerais		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Administração do Posto do Correio	1248	Julio Cesar Prates
Seção de Fiscalização e Controle de Contratos	2094	Teresinha Bloemer Pickler
Seção de Sonorização	1274	Vicente Cravo Di Pietro
Seção de Supervisão de Plenário, Plenarinho e de Auditório	1292	Luiz Roberto Silveira
Seção de Telefonia Fixa	0437	Celia Maria Silva
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Apoio Técnico de Sonorização	1622	Elias Bruno Steinbach
Controle e Distribuição de Correspondência	0395	Domingos Luiz Cardoso
Serviços de Apoio	2160	Julio Barbosa Matiauda
Gerência de Protocolo Geral		
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Informação e Distribuição de Documentos	1473	Messias Marciano de Sousa Neto
Coordenadoria de Recursos Materiais		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Cadastro, Arquivo e Compras Externas	2091	Izauro Luiz Pereira
Seção de Compras de Bens e Serviços	1429	Carlos Henrique Machado
Gerência de Almoarifado		
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Controle de Material Permanente	1505	Edmilson Mattos
Coordenadoria de Transportes		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Controle e Movimentação	1373	Jayr de Oliveira Mattos Filho
Seção de Manutenção de Veiculos	2162	Luiz Carlos Paiva Junior
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Controle de Veiculos	0521	Fernando Jose Althoff
Suporte Administrativo	1605	Olivio Armando dos Santos
Coordenadoria de Informática		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Administração de Licenças	1355	Paulo Jose Rosa
Seção de Administração da Rede	1194	Flavio Pittigliani Vieira
Seção de Multimídia	1089	Maria das Dores Rezende Ize
Seção de Web	1102	Rubervaldo da Silva
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Supervisão do Programa INTERLEGIS	1339	Joao de Aquino Conceicao Neto
Gerência de Suporte e Manutenção		
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Manutenção de Equipamentos	1228	Ricardo Valerio Oriano
Gerência de Projetos e Desenvolvimento		
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Atendimento aos Usuários	1449	Adiel Fernandes Cipriano
Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Comunicação Visual, Editoração,		
Cadastro e Distribuição de Avulsos	1237	Alvaro Pacheco de Souza
Seção de Fotocópia	1704	Roberson Dornbusch
Seção de Serviços Gráficos	1376	Angelino Savio Quartiero

Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Apoio Técnico de Impressão	1121	Joao Carlos dos Santos
Controle, Cadastro e Distribuição	1455	Daura N. Meneses de Aguiar
Impressão e Acabamento	1593	Maureci Vieira
Coordenadoria de Informações		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Assuntos Legislativos	1891	Lucila Antunes
Seção de Atendimento ao Público	2123	Maria de Lourdes Nasario
Seção de Atendimento on-line	2107	Odicelia H. Nascimento Moura
Seção de Controle da Documentação	1269	Sirlene Michels Zunino
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Atualização e Revisão	0647	Vania Elizabeth S. de Toledo
Coordenadoria de Licitações		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Apoio Operacional	2169	Sinara L. Valar Dal Grande
Seção de Processamentos Licitatórios	1332	Helio Estefano Becker Filho
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Apoio aos Processamentos Licitatórios	1998	Bernadete Albani Leiria
ANEXO IV do ato 161, de 15/08/2007		
Diretoria de Recursos Humanos		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Admissão, Posse e Conferencia de Atos e Portarias	1017	Vera B. Martins Lopes Vieira
Seção de Atendimento ao Plano de Saúde	0652	Jose Carlos Carvalho Cook
Seção de Informações	1705	Ivone de F. Bonomini de Luna
Seção de Processos e Atos	2537	Cintia Mara Sche Viegas
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Acompanhamento de Admissão e Posse	0688	Nelise Regina de Souza
Atualização e Controle de Dados	1609	Nadia Makhoul Neves
Protocolo e Arquivamento	1500	Ciro Silveira
Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção da Folha de Pagamento dos Deputados	0935	Ricardo Cascaes Sabino
Seção da Folha de Pagamento dos Servidores Ativos	0844	Celio Cesar da Silva
Seção da Folha de Pagamento dos Servidores Inativos	0697	Renei Carlos Rachadel
Seção de Informações e Atendimento ao Público	2139	Solange B. R. B. Goncalves
Seção de Registro, Controle e Apoio Técnico	1567	Luiz Henrique Russi
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Apoio Operacional	1509	Elizabet Souza Aragao
Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Pessoal		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Lotação e Acompanhamento de Pessoal	1563	Heloisa Helena Cardoso
Seção de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoal	2144	Rosalba Fiuza Lima
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento	0707	Alberto Magno Paladini
Coordenadoria de Estágios Especiais		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Assessoramento de Assuntos Institucionais	1568	Lucia H Coelho Prazeres
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Secretaria	1556	Antonio Carlos Vieira Junior
Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Averbação de Documentação	1361	Maria Izabel Maciel
Seção de Benefícios e Atendimento ao Servidor	1994	Luciane Fadel da Costa
Seção de Controle de Processos e Movimentação de Servidores	2066	Ana Maria de Queiroz Garcia
Seção de Informação de Processos Administrativos	1620	Hugo Gregghi
Seção de Processamento da Informação	1013	Sergio Luiz Sell
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Apoio a Averbação de Documentação	2001	Laurici Silva do Herval
Apoio ao Controle de Processos e Movimentação de Servidores	0388	Odair Machado de Franca
Apoio ao Processamento da Informação	1955	Claire Knapp
ANEXO V do ato 161, de 15/08/2007		
Diretoria Financeira		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Apoio Administrativo	0616	Manoel Jose Fabiano
Coordenadoria de Tesouraria		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Tesouraria	1218	Jailton Dias da Cunha
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Serviços Financeiros Auxiliares	1083	Julio Cesar Silva
Coordenadoria de Contabilidade		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Escrituração e Geração de Relatórios	1903	Marcio Ferreira
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Serviços de Acompanhamento e Registro das Variações Patrimoniais	1858	Imer Caldas
Coordenadoria de Prestação de Contas		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Adiantamento de Recursos Antecipados	0641	Tulio Cesar Mafra

Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Serviços de Análise de Prestação de Contas	0975	Andre Luiz Pacheco Furtado
Coordenadoria do Orçamento Parlamentar		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Controle de Verbas Indenizatórias	1175	Joao Roberto Pio
Seção de Controle do Orçamento dos Gabinetes Parlamentares	0763	Carlos Castilho de Mattos
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Serviços de Apoio Técnico	1989	Guilhermina M. Santos Engel
Serviços de Secretaria	2109	Sandra Regina Guimaraes
Coordenadoria de Execução Orçamentária		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Análise e Empenhamento de Despesa	1887	Valci Martins
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Serviços de Execução Orçamentária	1844	Clayton Avila Alves

ANEXO VI do ato 161, de 15/08/2007

Diretoria de Comunicação Social		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Sala de Imprensa	0406	Jamile Machado
Seção do Centro de Documentação Jornalística	1149	Luciano de Carvalho Oliveira
Coordenadoria de Imprensa		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de AL Notícias	0730	Cleia Maria Braganholo
Seção de Fotografia	1521	Jonas Lemos Campos
Seção de Redação	1179	Rubens Chaves Vargas
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Clipagem e Expedição	0604	Marco Apolo de Freitas
Coordenadoria de TV		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Produção	1390	Marise Ortiga Rosa
Coordenadoria de Rádio		
Chefia de Seção - PL/FC-3		
Seção de Jornalismo	1507	Eduardo Rocha
Assessoria Técnica-Administrativa - PL/FC-2		
Operações Técnicas	2700	Joao Machado Pacheco Neto
Programação	1848	Ivan Althoff de Medeiros

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 162, de 15/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, nos termos dos artigos 17 e 25 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006

RESOLVE:

Art. 1º CONSIDERAR DESIGNADOS para exercer a função de Assessoria Técnica Consultoria - código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, desde a data de suas respectivas lotações, os servidores abaixo relacionados, lotados na Consultoria Legislativa:

I - desde 1º de fevereiro de 2006:

Matr	Nome do Servidor
2186	Carlos Alberto de Lima Souza
1092	Dejane Luiza Bortoli
0550	Henrique Ramos Filho
2538	Isabela Vieira Schuhmacker
0295	Jose Lucio Buchele
2543	Jucara Helena Rebelato
0843	Manoel Renato Back
1369	Marilea Marcon Correa
0783	Martim Afonso Palma de Haro
1363	Miriam A de Athaide F. Krieger
1756	Neroci da Silva Raupp
0937	Reinhard Richter
1582	Silmara Quintao da Silveira
0784	Zany Estael Leite

II - desde 1º de março de 2006:

Matr	Nome do Servidor
1843	Fabiano Augusto F. Krieger
1917	Liciamara Faria Laus Campos
2192	Paulo Ricardo Gwosdz
0620	Sergio Rogério Furtado Arruda
	III - desde 24 de março de 2006:

Matr	Nome do Servidor
1010	Fabio Matias Poli
1933	Jose Mauricio Cordeiro
	IV - desde 16 de maio de 2006:

Matr	Nome do Servidor
1458	Gerson R. de Bandeira Pamplona
	V - desde 1º de julho de 2006:

Matr	Nome do Servidor
1894	Maria Helena Teixeira Diniz
0976	Roberto Tagliari Lima
0438	Sálvio Zulmar de Souza
	VI - desde 1º de agosto de 2006:

Matr	Nome do Servidor
1877	Antonio Henrique C Bulcao Vianna
	VII - desde 1º de outubro de 2006:

Matr	Nome do Servidor
1459	Gilberto Simões de Bona
	VIII - desde 31 de outubro de 2006:
Matr	Nome do Servidor
1025	Epitacio Bittencourt Sobrinho
	IX - desde 1º de novembro de 2006:
Matr	Nome do Servidor
0638	Armando Jose Muller
2187	Nadiesda Ghizzo Schmidt
1539	Paulo Ricardo Merlin
	X - desde 14 de março de 2007:
Matr	Nome do Servidor
2004	Julio Cesar de Souza

Art. 2º CONSIDERAR DISPENSADO da função de Assessoria Técnica Consultoria - código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 12 de fevereiro de 2007, o servidor NEROCI DA SILVA RAUPP, matrícula nº. 1756.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 163, DE 15/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do artigo 17 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006.*

Art. 1º CONSIDERAR DESIGNADOS para exercer a função de Assessoria Técnica-Orçamento Estadual - código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, desde 1º de fevereiro de 2006, os servidores abaixo relacionados, lotados na Coordenadoria do Orçamento Estadual:

Matr	Nome do Servidor
0457	Joao Maria Gomes da Silva
0658	Vera Lucia Pereira Pacheco
0962	Nivaldo Cesar Senes Santos
1001	Nelson Henrique Moreira
1461	Getulio Dorta de Melo
1986	Sergio Francisco Ambrosi
2021	Miguel Donizete Baby
2202	Jorge Blank

Art. 2º Ficam revogadas as Resoluções e Portarias de nºs 1182 e 1184, de 18 de novembro de 1999; e 403, de 8 de dezembro de 2004.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 164, de 15/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do artigo 17 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006.*

CONSIDERAR DESIGNADOS para exercer a função de Assistência Técnica-Consultoria - código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, desde 1º de fevereiro de 2006, os servidores abaixo relacionados, lotados na Consultoria Legislativa:

Matr	Nome do Servidor
0961	Noeli Terezinha Livi
1133	Arlinda Sandri
1481	Rosvite Inez Machry
2028	Dulcinea Moreira

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 165, DE 15/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC

RESOLVE:

Art 1º DISPENSAR os servidores abaixo relacionados, da Função de Confiança - PL/FC-3, lotados na Consultoria Legislativa:

Matr	Nome do Servidor
0961	Noeli Terezinha Livi
1133	Arlinda Sandri
1481	Rosvite Inez Machry

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar em 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 166, DE 15/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC nos termos do artigo 17 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercer a função de confiança de Assistência Técnica-Consultoria - PL/FC-3:

Matr	Nome do Servidor
4992	Adriana Helena de Sousa Gezak
1901	Armando L. Carvalho Agostini
1094	Aldo Luiz Garcia

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar em 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 167, DE 15/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC

RESOLVE: *nos termos do artigo 17 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006.*

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para exercer a função de confiança de Assessoria Técnica-Patrimônio - PL/FC-3:

Matr	Nome do Servidor
1598	Sania Barreto Perfeito
1907	Anibal Cantalicio Estanislau
1153	Milton Francisco Oscar Filho
1425	Sergio Luiz Cardoso

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar em 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1894, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **HILDA GONÇALVES TOKARSKI**, matrícula nº 4868, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Genésio Goulart).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1895, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **HILDA GONÇALVES TOKARSKI**, matrícula nº 4868, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Genésio Goulart).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1896, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade*

com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **KARINE ALVES GUIMARÃES DA SILVA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Genésio Goulart).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1897, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ADERBAL MOREIRA CARDOSO**, matrícula nº 4886, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Professor Grando).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1898, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ADEMIR KLEIN**, matrícula nº 2738, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Professor Grando).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1899, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LEANDRO LORENZETTI**, matrícula nº 5498, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Narcizo Parisotto).
Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1900, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **LEANDRO LORENZETTI**, matrícula nº 5498, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Narcizo Parisotto).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1901, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CLEYTON WILLIAN DUARTE**, matrícula nº 4602, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Gelson Merisio).
Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1902, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **SINARA REGINA LANDT**, matrícula nº 4365, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1903, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **SINARA REGINA LANDT**, matrícula nº 4365, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1904, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JUVINO DA SILVA CAMARGO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1905, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOÃO BARTOLOMEU**, matrícula nº 5283, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Decio Goes).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1906, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JOÃO BARTOLOMEU**, matrícula nº 5283, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Decio Goes).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1907, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **LUIZ DAL FARRA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Decio Goes).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1908, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR a servidora **SINARA LUCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, para exercer a função de Pregoeira, e a servidora **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, na função de Pregoeira substituta, no Pregão nº 021/2007, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULÇÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, **HELIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775 e **REINHARD RICHTER**, matrícula nº 0937, nos termos do Edital de Pregão nº 021/2007.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1909, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR a servidora **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, para exercer a função de Pregoeira, e o servidor **HELIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, na função de Pregoeiro substituto, no Pregão nº 022/2007, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULÇÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, **SINARA LUCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775 e **REINHARD RICHTER**, matrícula nº 0937, nos termos do Edital de Pregão nº 022/2007.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1910, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR o servidor **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULÇÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, para exercer a função de Pregoeiro, e o servidor **HELIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, na função de Pregoeiro substituto, no Pregão nº 024/2007, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, **SINARA LUCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775 e **REINHARD RICHTER**, matrícula nº 0937, nos termos do Edital de Pregão nº 024/2007.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1911, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR o servidor **HELIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, para exercer a função de Pregoeiro, e o servidor **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULÇÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, na função de Pregoeiro substituto, no Pregão nº 025/2007, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775 e **REINHARD RICHTER**, matrícula nº 0937, nos termos do Edital de Pregão nº 025/2007.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1912, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **MARISE ORTIGA ROSA**, matrícula nº 1390, na DCS - Coordenadoria de TV.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1913, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **BONIFACIO THIESEN**, matrícula nº 1129, na DCS - Coordenadoria de TV.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1914, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **IVELISE SELL MACIEL**, matrícula nº 1460, na Comissão de Segurança Pública.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1915, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Elisandro Lotin de Souza	5410	12%	12%	17/04/07	0619/07
Edson Franca da Rocha	4853	6%	6%	05/06/07	0948/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1916, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Atribuir aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE POS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Jacqueline de O. V. Bittencourt	1591	1287/07	Especialização	13/07/07
Euclides Bagatoli	1928	1314/07	Especialização	18/07/07
Fredolino Becker	0427	1303/07	Especialização	17/07/07
Wellington Zomkowski	José 2172	1309/07	Especialização	18/07/07
Cleo Fatima Manfrin	1876	1372/07	Especialização	31/07/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1917, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ALVARO LUIZ BORTOLOTTI PREIS**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/08/07 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1918, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 2º, incisos I, II e III, do Ato nº 374 de 28/11/2006,*

ANTECIPAR o início das férias relativas ao exercício de 2007, do servidor **NEREU B. SPINOLA BITTENCOURT**, matrícula nº 1116, do dia 03 de dezembro para o dia 20 de setembro de 2007.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1919, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1843, de 09/08/2007.

Neroci da Silva Raupp

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1920, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Paulovik Pizzolatti Debiasi	4397	3%	3%	02/04/07	0997/07
Paulo Renato Farias	3841	3%	3%	27/03/07	1030/07
Maria Cecília Sens Burg	3505	6%	6%	04/06/07	1124/07
Debora Angelica Parisotto Furlan	3529	3%	3%	24/01/07	1220/07
Terezinha de Farias Marciano	4466	3%	3%	02/07/07	1256/07
Aneci Alfredo Finger	4459	3%	3%	01/07/07	1268/07
Carlos Eduardo de Souza	3809	3%	3%	01/07/07	1292/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1921, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **ELIZABETE SILVEIRA BRANDALISE**, matrícula nº 1349, na Coordenadoria de Apoio ao Plenário.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1922, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **SORAIA MARÇAL BOABAID**, matrícula nº 1810, na Coordenadoria de Eventos.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1923, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **JOYCE MARIA RAMOS BASTOS**, matrícula nº 1159, na Comissão de Segurança Pública.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1924, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **JOSE CARLOS CARVALHO COOK**, matrícula nº 0652, na Diretoria de Recursos Humanos.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1925, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **VICENTE CRAVO DI PIETRO**, matrícula nº 1274, na Coordenadoria de Serviços Gerais.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1926, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 2º, incisos I, II e III, do Ato nº 374 de 28/11/2006,*

ANTECIPAR o início das férias relativas ao exercício de 2007, do servidor **VANIO CARDOSO DARELLA**, matrícula nº 0938, do dia 01 de novembro para o dia 10 de setembro de 2007.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1927, de 15/08/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63 parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **GIANCARLO GIANNI BORTOLUZZI**, matrícula nº 2019, por 90 (noventa) dias, a partir de 26/07/07.

PORTARIA Nº 1928, de 15/08/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63 parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **NEUCY FERREIRA**, matrícula nº 0464, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/08/07.

PORTARIA Nº 1929, de 15/08/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ROSELIA FLORENCIO**, matrícula nº 1999, por 15 (quinze) dias, a partir de 13/08/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1930, de 15/08/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63 parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARILEA MARCON CORRÊA**, matrícula nº 1369, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 13/08/07.

PORTARIA Nº 1931, de 15/08/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63 parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARIA LUIZA BRASIL**, matrícula nº 1134, por 30 (trinta) dias, a partir de 15/08/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1932, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PREMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo	Processo nº
1262	Rita de Cassia dos Santos	17/06/02 16/06/07	1299/2007
1390	Marise Ortiga Rosa	03/07/02 02/07/07	1326/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1933, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Valentin Jurdines Colodel	3775	3%	6%	31/07/07	1408/07
Rosimilia Lima Fonseca	0860	3%	36%	06/08/07	1456/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1934, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **RAQUEL BITTENCOURT TISCOSKI**, matrícula nº 1541, na Procuradoria Jurídica.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1935, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

DISPENSAR RAQUEL BITTENCOURT TISCOSKI, matrícula nº 1541, da Função de Confiança - PL/FC-3, a partir de 01/08/07 (Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1936, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *conforme o Termo de Convênio nº 08088/2003-8, que visa a cooperação técnico-profissional recíproca entre o pessoal dos poderes Legislativo e Executivo,*

LOTAR **ANTONIO FRANCISCO DA SILVA**, servidor do Poder Executivo à disposição na Assembléia Legislativa, no Gabinete do Deputado Sargento Amauri Soares.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1937, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

DISPENSAR ALDO LUIZ GARCIA, matrícula nº 1094, da Função de Confiança de Assistência Técnica de Direção - PL/FC-4, a partir de 01/08/07 (Diretoria Geral).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1938, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **ALDO LUIZ GARCIA**, matrícula nº 1094, na Consultoria Legislativa.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1939, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **JULIO CESAR SILVA**, matrícula nº 1083, na DF - Coordenadoria de Tesouraria.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1940, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **MANOEL JOSE FABIANO**, matrícula nº 0616, na Diretoria Financeira.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1941, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **HENRIQUE JOSE DA COSTA**, matrícula nº 0772, na DL - Coordenadoria de Publicação.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1942, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **FLAVIO PITTIGLIANI VIEIRA**, matrícula nº 1194, na DAT - Coordenadoria de Informática.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1943, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **PAULO JOSE ROSA**, matrícula nº 1355, na DAT - Coordenadoria de Informática.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1944, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **RUBENVALDO DA SILVA**, matrícula nº 1102, na DAT - Coordenadoria de Informática.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1945, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **ADIEL FERNANDES CIPRIANO**, matrícula nº 1449, na DAT/ Coordenadoria de Informática - Gerência de Projetos e Desenvolvimento.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1946, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *conforme o Termo de Convênio nº 08088/2003-8, que visa a cooperação técnico-profissional recíproca entre o pessoal dos poderes Legislativo e Executivo,*

LOTAR **MARIA ELIZABETE LIMA DE MEDEIROS**, servidora do Poder Executivo à disposição na Assembléia Legislativa, no Gabinete do Deputado José Natal Pereira.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1947, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

DISPENSAR **ELIZABETE SILVEIRA BRANDALISE**, matrícula nº 1349, da Função de Confiança - PL/FC-4, a partir de 01/08/07 (Diretoria Legislativa).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 363/07**

Padroniza velocidade máxima permitida na passagem dos veículos automotores pelos redutores eletrônicos nas rodovias estaduais.

Art. 1º Fica padronizada a velocidade máxima permitida, em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora), na passagem dos veículos automotores em todos os redutores eletrônicos de velocidade ("lombadas eletrônicas") instalados nas rodovias estaduais.

§1º É obrigatória a indicação da velocidade máxima (50 km/h) junto aos redutores eletrônicos.

§2º É obrigatória a indicação da velocidade máxima permitida, através de placas de sinalização, bem como, por meio de sinalização horizontal demarcada sobre o pavimento da via, a uma distância de 100 (cem) metros do equipamento fiscalizador, nos padrões previstos pelo Código Brasileiro de Trânsito e seus anexos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Sargento Amauri Soares
Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente
Sessão de 15/08/07

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei, tem como objetivo padronizar a velocidade máxima em 50 km/h, junto aos redutores eletrônicos nas rodovias estaduais, visando facilitar o trânsito dos veículos, bem como, proporcionar maior comodidade aos motoristas, evitando a preocupação com as diferentes velocidades máxima permitidas nos diferentes redutores eletrônicos de velocidade, ora a 40 Km/h, ora 50 Km/h. e ora a 60 Km/h.

Não tem razão para impor velocidade máxima permitida de 40 Km/h nos redutores eletrônicos de velocidade, nas rodovias catarinenses.

Exemplarmente, municípios do nosso Estado já efetuaram a padronização em 50 Km/h e solucionaram um grande problema existente para a população, no trânsito do município, em virtude dos equívocos que frequentemente ocorriam, em relação às diferentes velocidades máximas permitidas nos diferentes redutores eletrônicos de velocidade.

Da mesma forma, na maior parte das rodovias federais, a velocidade máxima permitida junto aos redutores eletrônicos, já estão padronizados em 50 Km/h.

As regras de trânsito, tem que ter o objetivo de harmonizar as relações no trânsito, contribuindo para a inexistência, ou redução de conflitos. Nesse sentido, a padronização da velocidade vem contribuir, inclusive com a redução de acidentes leves, as quais ocorrem com mais frequência perante os redutores eletrônicos com diferentes velocidades máximas, pelo fato de provocar certa confusão aos motoristas.

Ante o exposto, espera-se o apoio desta casa para aprovação do presente projeto, o qual, antes de qualquer coisa, tem por objetivo manifestar respeito aos motoristas que transitam nas rodovias do Estado catarinense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 364/07

Declara de utilidade pública a "Associação de Militares da Reserva e Pensionistas da Marinha" com sede e foro no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Militares da Reserva e Pensionistas da Marinha em Florianópolis", com sede e foro no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
José Natal Pereira
Deputado Estadual - PSDB

Lido no Expediente
Sessão de 15/08/07

JUSTIFICATIVA

A Associação de Militares da Reserva e Pensionistas da Marinha em Florianópolis - AMIRPEM - entidade que tem por finalidade promover a integração e harmonia entre os seus integrantes é a Associação que congrega os militares da reserva remunerada e não remunerada, os reformados, pensionistas e funcionários civis aposentados da Marinha do Brasil.

Tem por finalidade principal promover pesquisas, coletas e divulgar informações de cunho social, científico e cultural entre seus Associados.

Importante salientar que na busca de seus objetivos promove e participa de estudos, debates e encontros, nas datas magnas e dias festivos da marinha, representando e defendendo seus associados perante os poderes constituídos.

Face a relevância dos propósito a que se destina a referida entidade, tenho a certeza de que a mesma é merecedora do fim a que se destina do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2007
José Natal Pereira
Deputado Estadual
*** X X X ***